



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF
ESCOLA CLASSE CÔRREGO DO ARROZAL

Projeto Político Pedagógico

Brasília
2023



Sumário

Os Movimentos de Construção Coletiva Do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Córrego do Arrozal ECCA. Uma Trajetória Florescendo...	4
APRESENTAÇÃO	4
Movimentos de construção do Projeto Político e Pedagógico PPP	4
IDENTIFICAÇÃO	8
HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	10
DESCRIÇÃO HISTÓRICA	10
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	11
DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	13
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS ECONÔMICAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE	14
FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	19
MISSÃO	21
PRINCÍPIOS	21
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS	23
PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS: PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA EM NOSSA ESCOLA.	24
OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS OBJETIVO GERAL	30
OBJETIVO ESPECÍFICO	30
FUNDAMENTAÇÃO: TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	34
CONCEPÇÕES TEÓRICAS	34
FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS:	34
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS:	35
FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS:	35
ENSINO E APRENDIZAGEM	37
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	39
TEMAS TRANSVERSAIS: EIXOS INTEGRADORES	42
LETRAMENTO	43
LUDICIDADE	44
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE	45
CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA DIREITOS HUMANOS	45

EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE	46
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR	91
VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	93
A PRÁXIS PEDAGÓGICA - FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA	93
PLANO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES	95
ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	97
RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE	102
METODOLOGIAS	103
PEDAGOGIA POR PROJETOS	103
PARTICIPAÇÃO PRODUTIVA NAS ATIVIDADES DE CLASSE E EXTRACLASSE	105
RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM SALA DE AULA E NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	106
MONITOR E OS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS	110
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR	110
AVALIAÇÃO	
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: UM NOVO OLHAR EM RELAÇÃO À CRIANÇA	113
REGISTRO PEDAGÓGICO: PRÁTICA QUE AUXILIA NO MOMENTO DA ESCRITA	113
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	116
AVALIAÇÃO EXTERNA/REDES/LARGA ESCALA	119
O CONSELHO DE CLASSE E SEU USO FORMATIVO	122
PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	124
	91
OBJETIVOS	126
METAS	126
AÇÕES	126
ANUAL	126
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PEDAGÓGICA	128
AÇÕES	128
GESTÃO DE PESSOAS	129
RECURSOS FINANCEIROS BREVE HISTÓRICO DO USO DOS RECURSOS	131
A GESTÃO ADMINISTRATIVA	132

PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	134
OS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR ACOMPANHAMENTO	134
AVALIAÇÃO DO PPP	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERENCIAIS	172
BIBLIOGRÁFICOS	172

OS MOVIMENTOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO ARROZAL.

UMA TRAJETÓRIA FLORESCENDO...

APRESENTAÇÃO

Movimentos de construção do Projeto Político e Pedagógico PPP

Fruto de uma urgente necessidade de valorização das Infâncias e da construção de uma escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social. Os movimentos de tessitura do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Classe Córrego do Arrozal (ECCA) marca sem dúvida a ênfase na aproximação e no trabalho conjunto para sua concretização, assumindo como coletivos os desafios presentes e as inúmeras possibilidades de futuro que ele apresenta.

É preciso uma aldeia para se educar uma criança. Este é o vento que orienta este projeto político pedagógico: a ideia de que uma pessoa, especialmente uma criança, só se desenvolve plenamente quando, não apenas sua família nuclear, mas toda uma comunidade se une para acolhê-la, escutá-la e construir junto o presente e o futuro. Para isso, no entanto, é necessária à construção dessa aldeia capaz de educar uma criança e essa é a proposta deste projeto político pedagógico: constituir uma aldeia, a Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal, e ser constituído por ela.

Ao apresentar nosso PPP reafirmamos o compromisso com a construção de uma educação integral pública e democrática, que possibilite a todos os estudantes a formação crítica e emancipadora necessária à transformação social. Por isso, a intenção é que as proposições aqui expressas sejam materializadas no cotidiano escolar, por meio de ações, reflexões e avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos Projetos específicos da ECCA.

A Comunidade de Aprendizagem aqui é vista como um importante espaço de trocas de pessoas unidas por um laço comum. Esse laço que une é a busca por uma educação emancipadora, pela transformação social por meio da reconfiguração das práticas, tempos e espaços escolares. É uma comunidade que aprende, ensina e produz processos de cuidado com o desenvolvimento humano, o meio ambiente e com a sociedade; que compartilha

cultura apropria-se de seus espaços, do seu território e, nesse processo, conhece e reconhece todos os saberes da comunidade.

O PPP constitui-se parte essencial da organização do trabalho da Unidade Escolar. Trata-se de um documento vivo, capaz de adequar-se às demandas sociais, educacionais e legais que surgem. Por isso, torna-se fundamental que este documento seja revisto regularmente para adequar-se, corrigir-se, inserir-se nos novo marcos legais que constantemente se apresentam.

Iniciamos uma viagem nas sendas do nosso PPP e inventário. As questões aqui discutidas e tecidas permitem refletir sobre nossas próprias experiências e travessias na educação. Buscamos tecer o inventário da ECCA junto ao PPP a partir de um amplo e profícuo diálogo com toda comunidade, assim fios da trama da cultura, da história, das lutas da escola podem ser ligadas, trançadas e entrelaçadas.

O inventário das escolas do campo é um diagnóstico etnográfico, preciso e detalhado da realidade na qual estão inseridas estas escolas. Este documento é um trabalho de pesquisa muito importante para o currículo da escola e para definição de políticas públicas sobre a educação do campo. Ele consiste em mobilizar conhecimentos históricos, culturais e também do ambiente.

A Modalidade Educação do Campo tem sedimentação pedagógica nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo. Este último configura-se como um instrumento pedagógico fundamental e específico para o processo de construção ou consolidação da identidade da escola do campo. Assim, o Inventário deve ser a base que sustentará o PPP das referidas unidades escolares - (UE).

Ressalta-se, portanto, que esses documentos vigentes correlacionam-se e devem ser articulados durante seus respectivos percursos pedagógicos e metodológicos de elaboração/atualização – que têm natureza dinâmica, interdisciplinar e contínua, com a realidade.

Ao considerar a realidade das comunidades nas quais as unidades escolares do campo estão inseridas é preciso analisar suas características, necessidades e possibilidades locais. Essa constatação reforça a importância da tessitura do PPP entrelaçada ao Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da comunidade escolar, pois este é um instrumento

investigativo, letivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês das respectivas comunidades dos estudantes. É indispensável um planejamento pedagógico pensado a partir do (a) estudante e do seu lugar de produção de vida, de identidade cultural e de formas de organização social da comunidade.

Pensar coletivamente a construção do Projeto Político Pedagógico da escola pressupõe a superação das relações de poder instauradas na organização do trabalho escolar e a construção de práticas democráticas que contribuem para uma educação de caráter transformador. Denota repensar, refletir e incorporar novas ideias e formas democráticas à prática educativa numa perspectiva emancipatória e transformadora da educação, exigindo compromisso político pedagógico dos profissionais que atuam no ambiente escolar.

Esse processo dialético de organização do trabalho pedagógico estabelece uma significativa análise teórica da prática escolar, a fim de compreender as contradições, limites e possibilidades que a constituem. Assim, a construção de uma proposta transformadora deve empreender ações, no sentido de criar e ampliar os espaços de participação na definição das políticas públicas de educação e na gestão democrática. A participação e a construção coletiva transformam o projeto político pedagógico num instrumento de democratização das relações e de socialização do saber, pois esse projeto é a própria organização do trabalho escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades.

Na perspectiva de uma concepção de educação transformadora, a ECCA constrói coletivamente o Projeto Político Pedagógico, trazendo como referência o Projeto Político Pedagógico Carlos Mota que enfatiza que é um grande desafio para a educação, transformar a sociedade. Elencamos que não é um processo fácil nem tampouco começou por agora.

É um processo que se inicia todos os anos. Em 2022, é instituído a comissão organizadora, e se efetiva com *os encontros participativos, desenvolvendo o trabalho: Territórios de Escuta e Diálogos*, no ano de 2023.

Esse processo que se inicia em 2022, quando foi instituído o grupo de partilha e estudos para implementação do PPP e resgate de memórias, se concretizou com *o ECCA florescer, desenvolvendo o trabalho de escuta da comunidade e das crianças*, no ano de 2023.

Uma comunidade só se constitui na pluralidade. Assim, todo esse processo vem contando com a participação efetiva das equipes da escola, da gestão, das famílias e das crianças. Tanto é assim que realizamos neste ano Assembleias com a Comunidade e reuniões com a equipe docente no decorrer do bimestre para apresentação e alteração do Projeto Político Pedagógico. Nas reuniões coletivas, às quartas-feiras e sábados, foram feitas as alterações e sugestões do texto do PPP.

Nosso Projeto Político Pedagógico (PPP) tem por objetivo registrar, estruturar e estabelecer subsídios para as práticas realizadas pela ECCA. É um documento que explicita o modo de ser, fazer e pensar da escola, relacionando-o com a vida das crianças, adolescentes, jovens e famílias que atende, e com a comunidade do Arrozal, território que abriga a escola desde a sua construção.

Criada a partir de uma perspectiva de luta popular, A ECCA carrega em sua trajetória a promoção e o incentivo a práticas democráticas. E foram esses princípios que nortearam a elaboração participativa deste documento. Contando com a participação de seus profissionais e colaboradores, o Projeto Político Pedagógico a seguir expressa as diferentes vozes que compõem o cotidiano da instituição e reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade para todos e todas.

Mais do que um texto, o PPP proclama a existência de um trabalho que transpassa as paredes e porteiros que cercam a instituição para fazer jus àquilo que a ECCA realmente é: uma comunidade educativa, focada na escuta às crianças e num processo profundo de autonomia para a construção do conhecimento, do saber significativo e da valorização da criatividade, numa práxis escolar fundamentada *na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural*.

Importante relatar que no ano de 2022 e 2023 utilizamos o questionário de avaliação institucional, a avaliação foi realizada no decorrer do primeiro semestre nas reuniões bimestrais. O Projeto Político Pedagógico da ECCA então floresce de estudos pedagógicos, discussões, reflexões, participação dos sujeitos na semana pedagógica, na avaliação institucional, nos conselhos de classe, nas pesquisas e consultas junto à toda comunidade escolar, que ocorre durante todo ano letivo. Onde o diálogo sobre as questões abaixo foram centrais no movimento de constituição da nossa escola.

O que é educação pública?

O que é qualidade social em educação na escola pública?

Como podemos traduzir a qualidade social da educação em nossas práticas pedagógicas?

Quais os valores que orientam nossas práticas pedagógicas?

O que significa educar para a sustentabilidade, para a diversidade, para a cidadania e educação em e para os direitos humanos?

O que o grupo entende que seja a função social da escola pública?

Qual é sua finalidade?

Quais as concepções e práticas de gestão pedagógica e administrativa defendidas pelo grupo?

Quais as concepções do grupo sobre: currículo escolar; avaliação da aprendizagem institucional, de redes; gestão escolar; formação continuada na escola; educação integral; escola inclusiva; considerando as etapas/modalidades ofertadas pela escola (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Integral e Inclusiva).

Qual o entendimento do grupo sobre escola inclusiva (estudantes ANEE, com transtornos funcionais, heterogeneidade, garantia do direito à aprendizagem)? Desse movimento de estudo e diálogos definimos a filosofia da nossa Escola, reafirmando nossa intencionalidade.

Qual a escola que temos?

Qual a escola que queremos?

A ECCA mantém registrada, em todos os posts de sua rede social, um breve resumo da história da Escola na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A comunidade escolar, considerando todo o movimento da educação, pode conhecer e explorar os temas como, quando e sempre que quiser, pois todos são relevantes para delinear a proposta pedagógica. Para acompanhar o percurso e as memórias da construção coletiva do projeto político e pedagógico acesse nosso Instagram: [Infâncias no Córrego do Arrozal](#).

Dando continuidade, a partir de 2023 recomeçamos uma série de estudos, diálogos e ações realizadas pelas instâncias coletivas da escola (coordenações pedagógicas, Conselho Escolar, Assembleia Geral etc.) que culminou na criação de um grupo de trabalho (GT) *Territórios e diálogos*. Esse grupo ganhou força na Assembleia escolar, no início do ano de 2023, organizada para apresentação dos projetos da escola, dentre eles o “Inventário conectando escola e vida”.

Isso porque a participação familiar, nessa assembleia, fora tamanha que várias Comissões, visando melhorias na escola (na merenda, no recreio, na elaboração da Roda de Conversa, na idealização e participação de atividades culturais) foram criadas. No final do abril, na Assembleia Geral, houve o fortalecimento do Grupo de Trabalho (GT) que se

debruçou sobre o então Projeto político-pedagógico a fim de agregar os resultados das discussões que permearam as reuniões, encontros e rodas de conversas da comunidade e do Conselho Escolar.

O documento base com a nova versão do Projeto político-pedagógico da Escola Classe Córrego do Arrozal foi revisto e será atualizado ao longo de 2023. De tal modo, ainda no ano de 2022, a escola passou a adotar as rodas de conversas com maior frequência semanal, e a realizar o projeto Cultural Griô - *proporcionando a participação direta das crianças na escolha de projetos culturais desenvolvidos na escola* - a buscar alternativas metodológicas que propiciassem transformações socioculturais a uma educação antirracista e dialógica. A ideia presente era levar em conta as necessidades de aprendizagens das crianças e pré-adolescentes, de modo a propiciar diversas interações com diferentes colegas e docentes, além de promover vivências e dinâmicas para compreensão e conhecimento de valores.

No âmbito das coordenações pedagógicas o foco foi no investimento da formação continuada em serviço, desenhada a partir das demandas da equipe docente, o que significou estudo sobre alfabetização e linguística, educação para o movimento, fortalecimento da lei 10.639 matemática e a análise de práticas de escolas inovadoras.

Nesses momentos, também houve a discussão sobre o que as crianças da escola desejariam. Nas reuniões dos conselhos de classe a coordenação pedagógica dialogava com a equipe para romper com a visão convencional de sala de aula e com o objetivo de que nenhum (a) professor (a) trabalhasse sozinho (a), dando mais um passo nas mudanças significativas da organização do trabalho pedagógico.

A ideia presente foi a de fortalecer os espaços de coordenação pedagógica e do conselho de classe, primando também pela formação continuada de educadores na perspectiva da Comunidade de Aprendizagem e na articulação entre os 3 níveis de avaliação: dos estudantes, pelos professores, do trabalho pedagógico e externa (em larga escala). Além disso, a equipe gestora atual da escola socializou sua atuação em importantes participações em atividades externas, como na Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (CONANE), e no percurso de formação “Escolas em Transição”, que reuniu instituições de todo Distrito Federal, trazendo as experiências ao grupo.

Na Assembleia Geral de maio de 2023, a equipe docente lotada na escola, junto com o Grupo de Trabalho de elaboração do PPP, além de representantes do Conselho Escolar (eleitos para o biênio 2017 - 2019) iniciou mais uma atualização do Projeto político-pedagógico da ECCA, cuja versão final foi aprovada em assembleia, em maio. A efetiva

construção de uma Comunidade de Aprendizagem continua em 2023, com a instituição da metodologia de trabalho por projetos e por meio de vivências de espaços de aprendizagens múltiplos e flexíveis. Também em 2023 foram criadas 7 comissões (meio ambiente e sustentabilidade, Ciclos, Acolhimento, Tecnologia e Comunicação, Comunidade de Aprendizagem, Alimentação e PPP) que irão subsidiar a continuação da Comunidade de Aprendizagem, que agora busca se consolidar a partir da efetivação deste Projeto político-pedagógico. Este ano também passamos a contar com a assessoria da UNB para o planejamento estratégico anual.

Na busca por reconstruir e reestruturar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ECCA com a essencial participação das crianças dada a importância ao processo de organização desse momento de construção junto com elas, originou as rodas de conversas que instituídas tiveram a intenção que a priori estas, cidadãs em construção, se constituíssem um poder coletivo com voz ativa no que concerne a seus interesses e necessidades. As crianças exerceram seu papel de cidadãos ativos, participativos e conhecedores dos seus direitos e deveres por meio além de rodas de conversa, de passeios pelos arredores da unidade escolar e da cidade, observação do trajeto de casa para escola, fotografias, entrevistas e conversas com membros da comunidade.

IDENTIFICAÇÃO

Dados de identificação

Instituição Educacional:

Escola Classe Córrego do Arrozal.

Código INEP: 53013506.

CNPJ: 05.140.156/0001-91

Endereço: BR 020, Km 13/14,

Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho/DF.

Telefone: (61) 99514-7419.

Criação: 09 de janeiro de 2002

Turno de funcionamento: Diurno.

Turmas ofertadas: 2º Período da Educação Infantil

1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Educação Integral

EQUIPE DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO ARROZAL GESTÃO 2023

EQUIPE DE PROFESSORAS E PROFESSORES:

Alessandra Ribeiro

Andrea Da Silva Souza

Denise Maria De Oliveira Castro

Gardenia Fernandes Dos Santos

Jeane Rodrigues Da Silva

Joaquim Geova Ribeiro De Sena

Jucelina Monteiro Gil

Jurandir Neres De Santana

Karinne Karla De Lima Rodrigues

Leidiane Freitas Fernandes

Maria Da Gloria Gomes De Azevedo

Marli Alves Dos Santos

Michelle Campelo Costa

Nilma De Castro Lopes Magalhaes

Patricia Nogueira Misquita Souto

Paulo Henrique Alves Dias

Rosangela Souza Almeida Sales

Ruth Soares Goncalves Santos

Vanusa Da Costa Coelho Lemo

Equipe Especializada De Apoio Aprendizagem:

Janne Pereira Martins

Orientação Educacional:

Maria da Glória Gomes de Azevedo

Equipe De Apoio Às Ações Docentes

Projeto Biblioteca Flor do Cerrado

Andrea Da Silva Souza
Jeane Rodrigues Da Silva
Marli Alves Dos Santos

Projeto de Tecnologia

Paulo Henrique Alves Dias

Projeto de Promoção da Alimentação Escolar

Ana Paula Coutinho

Projeto assistência às Famílias

Nilma De Castro Lopes Magalhaes

Projeto: Direto da Horta Ambiente Ecoalfabetizador

Joaquim Geova Ribeiro De Sena

Diretora: Anete Aparecida Cardoso Silva

Vice-diretora: Ana Paula Sousa

Chefe De Secretaria: Adriana da Silva Gonçalves

Supervisão administrativa: Michele Pereira Silva (cargo em construção)

Conselho Escolar: Nilma de Castro Lopes Magalhães e Elielda Soares

Coordenação Pedagógica: Rodrigo Cezar da Silva Campos

Coordenação Pedagógica da Educação Integral: Meiriane Gonzaga Silva Teixeira

Equipe De Vigilantes – Global

Fábio Ferreira de Sousa Macedo

Francisco Rosivaldo Aguiar da Cunha.

Marcelo Oliveira Guimarães

Rodrigo Rodrigues de Oliveira Santos

Equipe Da Limpeza - Juiz De Fora

Dayane Leitão Barbosa

Elielda Soares Ferreira Damacena

Idelcy Francisca de Souza,

Igor Alves de Souza

Marivaldo Alves de Souza

EQUIPE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR GE

Roberto Carlos Alves

Simone Gomes Monteiro

Eliene Rosa de Matos

EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS:

Veronica Ramos da Silva

Ires Lady Chagas

Susane Araujo Campos

HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

Tecendo memórias sustentando travessias

Os carros que passam a cem quilômetros por hora na BR-020 dificilmente reparam na placa pequena, desbotada, pichada e parcialmente coberta pelo matagal, que indica o Córrego do Arrozal. Ela fica no quilômetro treze, ainda na região administrativa de Sobradinho, no Distrito Federal, mas quase na divisa com Planaltina.

O território é formado por chácaras, acampamentos, assentamentos e ocupações, além de alguns poucos estabelecimentos, como a escola, algumas igrejas e a associação de produtores local. Seguindo a estrada de terra vermelha à esquerda por mais dois quilômetros, outra placa é vislumbrada.

Nas tessituras das lembranças de nossa escola ficam as janelas e os caminhos pela frente. Em frente, o cerrado atravessa e na mala de viagem desta escola o ontem e o agora, ao acender o candeeiro que ilumina nossa escola, nossas infâncias aqui carecem de ter a memória acordada para não perder o chão e os sonhos que essa escola trilha. Entendemos o diagnóstico como processo fundamental para identificarmos as fragilidades e potencialidades de nossa instituição.

Para darmos início ao diagnóstico da ECCA, articulamos todos os segmentos envolvidos no processo ensino e aprendizagem para colhermos dados necessários a essa construção. Utilizamos várias estratégias com essa finalidade, entre elas, as reuniões coletivas com a comunidade escolar, além de questionários socioeconômicos e entrevistas com moradores da região. Outra estratégia utilizada foi uma visita aos arredores da escola com os professores, os funcionários e os alunos, em momentos diferentes, para que eles pudessem observar avaliar e sugerir ações de ressignificação dos espaços, com a finalidade de melhor atendê-los.

A Escola Classe Córrego do Arrozal é uma Escola do Campo, foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. No entanto, suas origens remontam a meados da década de 1990. Nossa escola foi construída a partir da divisão da fazenda Sálvia em espaços de terra para diversos segmentos da sociedade, onde famílias foram se assentando. Foram se formando os registros que mostram que nossa escola funcionou em uma sala de aula na igreja e depois em uma sala de aula da Associação. Até que com muita luta se garante um espaço de terra doado pela Embrapa Cerrados que historicamente também recebeu terras

para que a escola funcionasse. A fazenda foi dividida, teve seus hectares cedidos ao colégio Agrícola, Embrapa e cedida a assentar a população do Movimento dos trabalhadores Sem Terra. A escola se constitui na luta das comunidades do campo pela busca de educação para os seus filhos. Sua construção como patrimônio da comunidade começa na igreja, passando pela Associação e tem sua trajetória marcada pela luta na busca por um terreno para construção da sede própria. O resgate destes fatos é contado oralmente pelos mais velhos é trazido por fotos na linha do tempo de atuação das equipes, famílias e crianças e nas narrativas orais.

Ao destrinchar os diferentes bairros e territórios que conformam a região do Córrego do Arrozal é possível entender diversas inquietudes e especificidades que caracterizam a região a mesma é diferenciada pela presença de assentamentos precários, posse de terra irregular, ausência de infraestrutura e com problemas sociais carecendo, portanto de maior atenção pelo poder público.

Estudos da UNB apontam que no Córrego do arrozal uma entre cada 3 crianças ou adolescentes estão vulneráveis à pobreza. E ainda cabe registrar como característica para vulnerabilidade da região a presença marcante do narcotráfico e parte dele atuando na absorção e aliciamento de crianças e adolescentes e jovens pelo crime organizado dentro de comunidades periféricas. A inserção dos adolescentes e crianças em espaços de criminalidade tem sido perpetuado e naturalizado formando um ciclo geracional no qual a relação com o narcotráfico se mostra como alternativa possível para as famílias da região. Outro aspecto além das inúmeras situações de vulnerabilidade já vivenciadas no território do Arrozal no tocante à saúde há muita precariedade e as famílias vivenciam privação de direitos.

Entre os anos de 1994 e 1998 a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. Ela nasce para atender a população dessa região. A atual região poligonal é uma arena de conflitos, diversos são os atores envolvidos que reivindicam o direito de uso e posse da terra. Diante desse cenário, apresentamos a seguir, as principais narrativas sobre a constituição da sua historicidade. Pesquisa com os moradores mais antigos e junto ao IBRAM registram, ainda, que o local em tela está inserido dentro da APA (Área de Preservação Ambiental) do Rio São Bartolomeu criada pelo Decreto Federal nº 88.940, de 7 de novembro de 1983 e, também, a qual teve o seu zoneamento aprovado pela Lei Distrital 5334, de 19 de maio de 2014. A área em questão localiza-se entre as Unidades Hidrográficas de Sobradinho e Mestre D'armas, ambas inseridas na Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu, na região hidrográfica do Paraná.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Quem chega ao simpático prédio, se depara de imediato com os fortes indícios da arte de cuidar e educar, entrelaçados com o pé de ipê e o ingazeiro. O primeiro surge no corredor da entrada: “Bem-vindos! A alegria da nossa escola é ter vocês aqui conosco!” O sorriso alegre no rosto das crianças ao passar pelos professores e pela equipe, dá certas evidências de que as boas-vindas trilha o dia de luta da escola. É assim, no dia a dia, com cada uma das 250 crianças da educação infantil e do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental que chegam à Escola Classe Córrego do Arrozal.

Atendemos aos filhos de trabalhadores do campo da região, que migraram para cá de outras regiões, principalmente do Nordeste, em busca de melhores condições de vida. “Os primeiros moradores da região através das memórias dos nossos avôs e avós que aqui contribuem relatam que existem aqui mais de 20 núcleos familiares que residem nessa região há mais de 50 anos”, conforme nos relata Nicodemus Lopes, conselheiro tutelar, e filho dessas terras. “Temos pequenos agricultores, alguns pecuaristas, temos a área de proteção ambiental do Arrozal”.

O nome Arrozal nas narrativas dos pioneiros deve-se ao fato de que no passado existia um capim muito parecido com o arroz que é plantado à beira de terras alagadas com muita água, assim contam muitos dos moradores mais antigos dessa região. A luta pela terra marca o surgimento da escola e dos assentados a luta por direitos além da terra, a luta da vez é por conseguir resolver um problema sério nos acampamentos: o analfabetismo.

Atualmente as famílias necessitam acreditar que por meio da educação, em especial, podem transformar a realidade em que vivem e proporcionar a seus filhos uma melhor qualidade de vida e ensino. As famílias ou responsáveis possuem nível de escolaridade inicial, boa parte são mães solas e mantenedoras do lar, devido à profissão ficam muito tempo longe das crianças e isso reflete, de modo inquestionável, no acompanhamento e desenvolvimento dos filhos. Os alunos são provenientes de comunidades extremamente carentes, que vive em meio a muitas preocupações cotidianas. Os alunos vivem no campo e em área de periferia urbana ao mesmo tempo, transitando pelas duas realidades. Conhecem os benefícios e as dificuldades do campo e da cidade. Todos os alunos utilizam o transporte escolar oferecido pelo governo. Atualmente, somos atendidos por 3 ônibus escolares que atendem a 10 comunidades. Até o ano passado estes quebravam constantemente devido às más condições das estradas, muitas vezes, as crianças chegavam em casa horas depois que

saiam da escola. E por vezes, eram transportadas em apenas dois ônibus, que ficavam superlotados trazendo risco à segurança dos alunos.

Quanto ao acesso à escola, o transporte coletivo é precário e insuficiente, o que traz diversos problemas quanto a chegada e saída dos funcionários das empresas terceirizadas (Conservação e Limpeza e Cocção de Alimentos), bem como dos Educadores Sociais Voluntários. O transporte coletivo só passa duas vezes por dia na região e em horários que não atendem à demanda da escola. Isso, por vezes, atrapalha o desenvolvimento de atividades essenciais.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

Características sociais econômicas e culturais da comunidade

O período que vai desde a fundação da escola até a consolidação da sua história atual passa pela construção de Brasília e do surgimento das cidades-satélites, que é caracterizado pelo autoritarismo na gestão do território e pela remoção das populações mais pobres de invasões próximas ao Plano Piloto para as cidades-satélites. No início da construção de Brasília, os trabalhadores se localizavam em acampamentos próximos aos canteiros de obras à oferta de habitação foi inferior à demanda para todas as classes de renda, principalmente para os mais pobres. A exclusão desse segmento do mercado imobiliário levou ao aparecimento de ocupações, em áreas urbanas e rurais.

Assim, já durante a sua construção, surgiram os acampamentos espontâneos, nesse primeiro período da construção da capital, deve ser destacado a consolidação da ocupação poli nuclear, com a exclusão dos trabalhadores do perímetro valorizado e planejado, forçando a segregação espacial e criando a periferia, antes mesmo da consolidação do centro.

Construiu-se assim, um modelo de ocupação do território calcado na desigual distribuição espacial de renda com intenso crescimento urbano das periferias, que concentraram as populações pobres. É certo que depois de idas e vindas de avanços históricos e derrotas cotidianas, surgem os assentamentos dessa região de Sobradinho, na Fazenda Sálvia, localizada no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, na BR-020, se instalam com suas barracas e tendas, num terreno com infraestrutura precária, com água de poço e sem coleta ou rede de esgoto.

O local é habitado por famílias com baixa renda, das quais 55% recebe entre 1 a 3 SM de rendimentos mensais, 17% recebe até 1 SM e 5%, acima de 5 SM. Os terrenos e as

ruas são irregulares e os materiais utilizados para a construção variam desde chapas de madeira até lona, passando por lata e papelão. Os equipamentos públicos são quase inexistentes. A escola atende os moradores do Condomínio Petrópolis, Nova Colina, Assentamento Renascer, Palmares, Zilda, Miguel Lobato, MATR e MST e do Núcleo Rural Córrego do Arrozal. Tratam-se de setores extremamente vulneráveis e considerados de risco pela Defesa Civil. De início, cumpre destacar que muitos são os questionamentos acerca da regularização da área em questão, além disso, a indefinição sobre os limites da área enseja litígios no referido espaço e dificuldades na aplicação das políticas de preservação do meio ambiente, na qual se incluem a emissão de licenciamento ambiental para área.

Ao analisar os cursos de água existentes no polígono do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA SR-28. O INCRA, órgão Fundiário criado por Lei, gestor da Reforma Agrária, na sua competência, inclui a demarcação de lotes, cadastramento e seleção de trabalhadores para serem assentados nos Projetos de Assentamento. Por seu turno, o INCRA SR-28, recebeu da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, uma área com 760,9281 ha por meio do Termo de Transferência de Domínio datado em 30/04/2009 e outra área com 144,1734 (ha), de acordo com a Portaria nº 18, publicada no DOU 31/08/2010.

De acordo com Informação técnica do grupo de trabalho estabelecido pela portaria Parecer Técnico 3 (2895590) SEI 00391-00011122/2017-95 / pg. 4 INCRA/SR-

28/DFE/GAB/Nº 58110 retificada pela portaria INCRA/SR-28 DFE/GAB/Nº 105/10, contida nas folhas 82 a 92 do processo 0391-001450/2010, que por sua vez trata do Relatório de Viabilidade Ambiental do Imóvel Fazenda Sálvia, as transferências foram realizadas para que o INCRA pudesse realizar o assentamento de famílias de trabalhadores integrantes do Movimento dos - Trabalhadores Desempregados - MTD, do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural - MATR e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Essa área era ocupada anteriormente, de forma parcial, pela EMBRAPA e pelo atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. Consolidou-se 2 projetos de assentamento nas áreas transferidas pela SPU ao Incra, o assentamento Renascer e Palmares que é objeto do processo de licenciamento ambiental nº 0391- 001450/2010, que se encontra em fase de análise de requerimento de Licença Prévia (trata do licenciamento, segundo informações do Núcleo de Licenciamento de Assentamentos e Parcelamentos de Solos Rurais).

O crescimento populacional do Núcleo Rural fez com houvesse necessidade de ampliar o atendimento. Assim, entre 1999 e 2001 a escola passou a funcionar na associação

comunitária local utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino ofertando da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 2001, após doação de um terreno da EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede própria na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF. Em 2008 foi implantada em nossa escola a Educação Integral para todos os estudantes. No ano de 2009 a Instituição funcionou com 05 salas de aula, oferecendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em 2011 a Escola passa a atender apenas à Educação Básica (Ensino Fundamental de 09 anos). Possuindo uma Sala de Recurso Generalista que atendia aos estudantes diagnosticados, contando com uma Biblioteca e com um Laboratório de Informática que foram reformados em parceria com a Rede Gasol e inaugurados em 19 de maio de 2011.

Entre os anos de 2012 e 2013 o prédio escolar passou a ser compartilhado com a EC Brochado da Rocha, que estava em reconstrução. Em 2013, a escola foi vencedora do Prêmio Gestão Escolar do concurso anual realizado pelo CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, e tem o objetivo de valorizar e motivar as escolas públicas no desenvolvimento de uma gestão democrática de qualidade.

Decorridos 21 anos do início de suas atividades, a escola vivenciou diversas alterações da proposta pedagógica do ensino na SEEDF. Ao mesmo tempo, também viu surgir o desejo de abraçar novas metodologias educacionais, mais emancipadoras, dialógicas e transformadoras da realidade social, e de se constituir como Comunidade de Aprendizagem junto ao Currículo em Movimento.

Nessa narrativa é necessário lembrar que no ano de 2020, ao iniciar as atividades como a escola já fazia nos últimos anos, reunindo a equipe gestora, a equipe escolar e o corpo docente nos encontros da semana pedagógica, escolhendo turmas, definindo a coordenação e o planejamento estratégico para o ano letivo. Em 11 de março, o governador suspendeu todas as atividades que não fossem essenciais, inclusive as da escola, devido à pandemia da COVID 19. E precisamos nos reinventar, aprender a usar os recursos tecnológicos e iniciar aulas mediadas por tecnologias.

Em junho de 2020, fomos convocados ao retorno pela Secretaria de Educação e dia 13 de julho, oficialmente, demos início aos encontros remotos com as crianças, mediados por tecnologias. Nesse momento, nossa meta era acolher cada docente, criança e suas famílias. Foi um ano desafiador, com muitas perdas para todos, mas enfrentamos tendo por base nossos valores: amorosidade, respeito, solidariedade e muita empatia. A escola não consegue contribuir para a elaboração da adequação do currículo e do acesso escolar e não foi possível

chegar a todas as crianças. Em 2021, iniciamos o ano letivo na modalidade remota seguindo os parâmetros do ano anterior, até agosto quando se inicia o ensino híbrido com turmas separadas por semana alternadas e horários intercalados.

No ano de 2022, retornamos totalmente na modalidade presencial ainda com horários intercalados para entrada, saída, bem como o horário de lanche, parque e recreio. Foram adotadas medidas de biossegurança em conformidade com as Orientações indicadas pela SEDF e Secretaria de Estado de Saúde. Vale ressaltar que atendendo a uma demanda solicitada pela equipe docente e diretiva desde 2022, foi criada uma Comissão de Solidariedade, responsável por mobilizar a comunidade por meio de ações e campanhas de doação de cestas básicas, absorventes, para aquisição de óculos, agasalho, e outros itens que se fizessem necessários; para reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender a todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem; realizar levantamento da situação das famílias e da equipe que trabalha na escola por meio de questionário; oferecer acesso a dispositivos de acesso à internet a todos e todas que dela precisarem para realizar o trabalho pedagógico; continuar a trabalhar com projetos, efetivando a metodologia da Comunidade de Aprendizagem.

Diante dessa realidade, essa suspensão escancarou a grande desigualdade existente entre os estudantes, da rede pública e privada e mesmo dentro da própria rede pública, e trouxe várias questões educacionais, emocionais e psicológicas para serem enfrentadas pelas crianças, suas famílias e a escola. E que nos afetam até hoje em 2023. Em 2022 iniciamos também os diálogos referentes a adesão à Educação Integral, com oficinas diversificadas e significativas para o acompanhamento e aprendizagem de nossas crianças, entre elas: culturas, contos, psicomotricidade, artes, teatro, horta, acompanhamento de português e matemática.

Ainda sobre diagnóstico da realidade escolar e de acordo com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), índice que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. A ECAA 2021 obteve o índice de rendimento de 4,7 considerado um preocupante índice. Com isso, a escola é colocada numa situação de “em atenção” porque não atingiu suas metas, tendo tido ainda queda no rendimento.

Portanto, a escola tem o desafio de crescer. Destacamos aqui cinco aspectos para melhoria do IDEB da Escola Classe Córrego do Arrozal: mudanças na cultura organizacional, com o envolvimento de todos os atores escolares no processo de ensino-

aprendizagem; gestão eficaz de pessoas; uso de avaliações diagnósticas; foco em formação continuada e incentivo ao compartilhamento de boas práticas; e gestão para a aprendizagem.

No entanto, como uma medida externa à escola, é importante olhá-la com cautela, especialmente ao se observar a evolução do Ideb dentro de uma perspectiva comparativa entre as metas da escola, dos municípios, dos Estados e Distrito Federal e do país. Os dados indicam uma questão estrutural que vai além da realidade individual de cada escola, envolvendo políticas macro para atingimento das metas.

Logo assim, no aspecto micro, é importante observar a realidade escolar, cujas diversidades e complexidade não são captadas por testes padronizados. O momento atual, no entanto, pede aumento na preocupação porque, com a pandemia causada pela COVID-19 e a suspensão das atividades escolares e sua substituição por aulas remotas, mediadas por aplicativos, a perspectiva não é de aumento do IDEB. A ECCA pode não atingir a meta proposta.

Ainda assim, é preciso ter em mente que as importantes (Educação Integral e Pedagogia de Projetos) mudanças realizadas na organização do trabalho pedagógico envolvem complexidades, embora sejam percebidas pela escola como essenciais para a transformação de práticas seculares com as quais se busca romper.

É importante destacar também que a escola busca trabalhar outras dimensões e criar indicadores, para além dos que já são normalmente utilizados na área da educação (*saber aprender/fazer; saber cuidar; saber ser e saber conviver*), que envolvem uma dinâmica muito mais complexa e muito mais humanizadora das relações na escola. Por fim, acredita-se que o aprofundamento da experiência da Comunidade de Aprendizagem poderá impactar positivamente, com o retorno das atividades presenciais, o desenvolvimento acadêmico de nossas crianças. Em 2023 utilizamos o índice de rendimento do Ideb que agrega ao trabalho pedagógico o resultado das avaliações em larga escala e a possibilidade de resultados mais direcionados, pra traçar metas mais específicas para cada ano.

Em relação às equipes profissionais, é importante atentar para o alto percentual de professoras e professores decorrentes de contratos temporários na Educação Infantil e 1º ano do BIA. Essa realidade impacta e dificulta o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, pois interrompe o vínculo entre crianças e equipes educadoras, dificulta a inserção desses profissionais no projeto político-pedagógico da escola e cria descontinuidades em projetos e ações importantes para o desenvolvimento dos e das estudantes.

Essa não é uma percepção isolada da ECCA: o próprio INEP desenvolveu em 2015 o Indicador de Regularidade Docente (IRD) informando que: “A alta rotatividade de

professores nas escolas pode afetar o estabelecimento de vínculo com a escola e alunos, pois um professor que permanece pouco tempo na escola tem menos condições para identificar situações específicas dos alunos e da comunidade atendida pela escola, de dar continuidade a planejamentos, nem de contribuir na resolução de eventuais problemas pelos quais a escola esteja passando (BRASIL, 2020, p. 5).

Também é importante informar que há equipes profissionais terceirizadas, com vínculo direto com empresas contratadas pelo Distrito Federal via licitação: responsáveis pela limpeza, pela merenda e pela vigilância/ portaria. Ao lado desses profissionais, a escola conta ainda com pessoal de suporte (ESV e voluntários em geral) e pessoal em formação (estagiários, e integrantes do programa de iniciação à docência - PIBID) que contribuem para o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola, aprimorando as ações em direção a uma Comunidade de Aprendizagem e recebendo aprimoramento de seu processo de formação.

Entendendo que a realidade objetiva da comunidade escolar é dinâmica e construída historicamente a partir das configurações subjetivas dos sujeitos que a compõem, faz-se necessário que o diagnóstico do contexto escolar seja atualizado anualmente. O PPP em tela apresenta o diagnóstico do ano de 2022 e 2023, cujos dados também foram gerados a partir das experiências do ano de 2021 no contexto do ensino do remoto.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

As infâncias são uma delicadeza do tempo

Na perspectiva de Currículo em movimento, precisamos estar dispostos a questionar nossos conhecimentos e nossas práticas pedagógicas; a discutir a função social da escola e o aligeiramento dos saberes; a romper com a concepção conservadora de ciência e currículo e de fragmentação do conhecimento; a reinventar-nos, compreendendo que a educação é construção coletiva.

A função social da Escola Classe Córrego do Arrozal dialoga com o pensamento de Paulo Freire, Saviani, Libâneo e Freitas. A partir das discussões com a comunidade escolar definiu-se que a função da escola é promover a estruturação, a organização e práticas que incentivem a humanização do desenvolvimento: cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, de modo que possam contribuir com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

Para construir a função social da escola, retomamos o diálogo sobre o currículo que traz no entrelace escola e vida, concepção de homem e de mundo, projeto de sociedade num intenso movimento. Iniciar a discussão do Projeto Político-Pedagógico analisando a função social da Escola na sociedade atual favorece a compreensão do sentido de sua existência secular, como instituição formal de educação de crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo, discutir a função social da escola nos remete a pensar ainda nosso papel como profissionais da educação; sobre que projeto de educação, de formação e de sociedade que defendemos cotidianamente, no exercício de nosso trabalho. (DISTRITO FEDERAL, 2014e, p. 14).

É compreender, rememorar, repensar, redefinir a função social da escola e de cada profissional da educação. É desvelar as relações de poder que estão ocorrendo na escola e para além dela. Isso exige, entre outros aspectos, a compreensão e o questionamento de concepções que suportam a organização dos espaços tempos escolares; a explicitação de interesses que definem as políticas educacionais; a compreensão do que seja método e as intenções que o sustentam (ANTONIO; GEHRKE e SAPELLI, 2008).

É importante a contextualização que se segue, o Brasil foi um país de implantação tardia das escolas, o que reflete muito no descaso com a educação pública que enfrentamos até os dias de hoje. As primeiras escolas instaladas no país foram trazidas pelos jesuítas, em 1549 e, até 1759. Elas exerceram a função de catequizar e colonizar. Tivemos, depois as “aulas régias” e, mesmo com a independência (1822) e a Proclamação da República (1889), não houve no Brasil uma proposta prática de educação pública universalizada.

No século XX, o liberalismo educacional teve maior expressão no Manifesto dos Pioneiros da Educação, que defendia a natureza essencialmente pública de ensino, sua gratuidade, obrigação, a coeducação, escola única, materializada por uma escola ativa baseada no trabalho e centrada nos estudantes. O movimento da Escola Nova surgiu com a promessa de promover a mudança social por meio da escolarização.

A função da escola, portanto, é a de possuir um teor mais democrático, para corrigir o privilégio e a privação injusta. Na prática, a escola pública não se universalizou, gerando um fosso entre uma minoria escolarizada e uma grande parcela da população sem instrução e sem acesso à educação formal mínima.

Na década de 1960, Paulo Freire apontou no cenário educacional, afirmando a função libertadora da educação, concretizada a partir da problematização da realidade imediata, da conscientização das pessoas sobre o que as aprisiona e o seu papel na transformação e

reinvenção do mundo. Este breve histórico mostra que as escolas, hoje, apresentam elementos de variadas tendências educacionais, e refletem um pouco dos fracassos e contradições de políticas educacionais equivocadas e até mesmo da ausência delas. Um dos desafios que se coloca para as escolas que buscam superar suas contradições é, portanto, alcançar o máximo de coerência possível entre o que desejam e o que realizam na prática, ou seja, encontrar equilíbrio entre seu discurso e ação.

A literatura crítica da Educação traz referências importantes para essa análise. Bourdieu e Passeron (1970), Althusser (1998) e Establet e Baudelot (1971) denunciaram as formas de educação dominadora que espelham a desigualdade social. Bourdieu e Passeron (1970) falam da violência simbólica da escola sobre as pessoas, ao supervalorizar a cultura escolarizada, em detrimento da cultura popular, a qual é especialmente negada em sua expressão linguística. A função da Educação, nesse caso, tem sido a de perpetuar a desigualdade social, por meio da escolarização (SAVIANI, 2008).

No Brasil, Freitas (2003) denuncia o papel da avaliação na perpetuação da exclusão social, apontando o movimento dialético da escola na superação das suas contradições. Saviani (2007) propôs a Pedagogia Histórico-Crítica, articulando a escola às necessidades da classe trabalhadora através de um método que consiste no compartilhamento da prática social entre professoras (es) e estudantes, por meio da análise de um problema prático, da compreensão da realidade e da transformação social. Crítico do dualismo da escola brasileira (escola para ricos x escola para pobres).

Libâneo (2012) endereçou críticas severas às práticas e políticas neoliberais que desvalorizam a aprendizagem. Propôs a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos, apontando a necessidade de vínculo entre conteúdos e processos de formação por meio das experiências socioculturais dos estudantes (LIBÂNEO, 1985). Para que isso ocorra, é necessário criar um espaço legítimo de transformação de práticas sociais a partir do exercício dos valores e princípios nas ações educativas que têm como base o acolhimento e a escuta de todos/todas que chegam à escola. É nesse sentido que as relações interpessoais ganham centralidade e baseiam-se no diálogo amoroso e na descolonização de toda prática que desumaniza as pessoas.

MISSÃO

A missão de uma instituição é sua razão de existir, seu propósito. No caso da Comunidade de Aprendizagem da ECCA é: Promover uma Educação que valorize e respeite

as características individuais da comunidade de aprendizagem, que incentive o seu desenvolvimento integral, visando à formação cidadã para participar efetivamente da construção de uma sociedade mais ética, justa e feliz.

PRINCÍPIOS

No que se refere aos Princípios, ressaltamos que o ensino nesta Unidade Escolar será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

As matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática são: A Educação Integral, que fundamenta o Currículo em Movimento da Educação Básica do DF e tem como princípios: integralidade, intersetorialização, transversalidade, diálogo escola e comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar.

Nesse sentido, como coletivo, que vem discutindo e questionando-se acerca do processo ensino aprendizagem, entendemos que as relações que estabelecemos com o mundo formam um verdadeiro mosaico já que as relações sociais se dão a partir da interação entre as pessoas e, nessa medida, concordamos que a educação que defendemos toma como referência toda a experiência de vida própria do sujeito.

Tanto Freire (1986, 1987, 1989), como Vigotski (1988, 1997, 2003), se pronunciam acreditando e defendendo o processo ensino aprendizagem como algo que se desenvolve de forma interativa, envolvendo uma contextualidade, as trocas que permeiam esse processo e sua dimensão individual e subjetiva.

Para Vigotski (1988), o conhecimento humano acontece na direção do social para o individual, ou seja, a construção do conhecimento depende da ação partilhada, uma vez que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. Na perspectiva da teoria Vigotskiana, a construção do indivíduo não ocorre somente devido os processos de maturação orgânica, mas principalmente através de trocas estabelecidas entre o sujeito e o mundo que o cerca.

Entendemos que, além de um processo interativo, é ainda um processo singular, onde cada um dos envolvidos na trama de relações estabelecidas aprende de uma forma, de acordo com os conhecimentos e experiências já vivenciados e a bagagem cultural que traz consigo na caminhada que vem fazendo ao longo de sua existência, pois nessa medida, “é possível perceber que os processos de aprendizagem e desenvolvimento são desencadeados

de forma dinâmica, na interação com o outro, no convívio entre as pessoas nas diferentes experiências vividas” (PIRES; TACCA, 2015, p. 124).

Consideramos ainda que as bases teórico-metodológicas que contemplam as orientações defendidas nos cadernos que compõem a coleção Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014c), as orientações contidas nas Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014f), bem como Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2020) são basilares da nossa proposta.

A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p. 32).

O que vem ao encontro das ideias defendidas anteriormente, onde as relações sociais e o meio desempenham um papel fundamental no processo de aprendizagem, gerando saberes e fazeres que se diferenciam de sujeito para sujeito.

O coletivo escolar defende que a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico Cultural, como as opções teóricas fundantes para a identificação do projeto de educação que se propõe, do cidadão que se pretende formar, da sociedade que se almeja construir no Distrito Federal e, conseqüentemente, na nossa escola (DISTRITO FEDERAL, 2014c, 2014d).

Afirmamos o compromisso com a Educação Integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, ampliando o olhar tanto pra dimensão intelectual (cognitiva) quanto para a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral dos nossos estudantes, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades, com base nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, LDB e BNCC.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS

A ECCA fundamenta sua prática educativa na Lei de Diretrizes Básicas da Educação, no que diz respeito a:

“LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X- valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII- consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII- garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV- respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2022)

Além da LDB, nossa prática se orienta também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que tem como princípios:

- “Desenvolvimento integral das potencialidades dos educandos;
- Promoção da dignidade do educando e do educador;
- Ampliação das possibilidades de inserção dos educandos na sociedade;

- Garantia da formação integral, considerando o educando na sua singularidade;
- Fortalecimento da participação e direito à cidadania;
- Garantia ao estudante do direito à aprendizagem em sua complexidade, como sujeito histórico e social;
- Respeito à diversidade seja ela qual for;
- Efetivação da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- Cumprimento da efetiva inclusão, no tempo de aprendizagem, com ênfase na permanência e sucesso escolar;
- Administração da Instituição pelos princípios da Gestão Democrática;
- Integração dialógica com a comunidade escolar.”

PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS: PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA EM NOSSA ESCOLA.

Os fios da infância e seu entrelaçar com a vida

Para possibilitar aos estudantes a ampliação das oportunidades e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos em nosso PPP baseados pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, a ECCA apresenta como princípios: *integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar.*

Destacamos o *Princípio da Unicidade* entre teoria e prática, considerando a prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática. Reconhecemos a unidade indissociável entre teoria e prática e de acordo com o Currículo em Movimento quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, no mesmo documento se observa que o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos.

O Princípio da *interdisciplinaridade* sempre orientando a prática executada na ECCA. Os professores dialogam assumindo concepções e práticas interdisciplinares nas coordenações pedagógicas, espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho pedagógico que contemplem a interdisciplinaridade como princípio.

De acordo com o Currículo em Movimento (SEDF...), o princípio da interdisciplinaridade estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais, criando possibilidades de relações entre diferentes conhecimentos e áreas. Vale registrar: “*Santomé (1998) afirma que “[...] interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade”.*”

Outro princípio consolidado em nossa prática educativa é o princípio da *contextualização*, lembrando que a interdisciplinaridade e a contextualização são nucleares para a efetivação de um currículo integrado, a contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e procedimentos didático pedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar).

Orienta-se que o *Educador* integre e contextualize os conhecimentos de forma contínua e sistemática para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir, como preconiza o Currículo em Movimento.

Outro princípio em que a ECCA fundamenta sua prática educativa é o Princípio da *Flexibilização*, admite autonomia à seleção e organização dos conteúdos considerando as especificidades locais e regionais que enriqueçam o trabalho com outros conhecimentos igualmente relevantes para a formação intelectual dos estudantes. Como preconiza o Currículo em Movimento, a flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender às novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos.

Desta forma, essa Unidade Escolar adota o princípio da flexibilidade do currículo para favorecer a possibilidade de reduzir a rigidez curricular e propiciar o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, sempre numa tentativa de romper os vínculos impostos pela organização das grades curriculares com pré-requisitos.

A flexibilidade do currículo é viabilizada pelas práticas pedagógicas dos professores, articuladas ao projeto político-pedagógico da escola. Afirmamos o compromisso com a Educação Integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, ampliando o olhar tanto pra dimensão intelectual (cognitiva) quanto para a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral dos nossos estudantes, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e

diversidades, com base nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, LDB e BNCC.

Os princípios da Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal e na ECCA a serem ressaltados no planejamento, na organização e na execução das ações de Educação Integral são:

- **Integralidade:** a educação integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana “por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas”. Nessa direção, este é, provavelmente, o princípio que mais desafia o “fazer educação” na Unidade Escolar, uma vez que propõe agregar à formação do estudante aspectos que preveem a valorização do potencial cognitivo e intelectual.

- **Intersetorialização:** a Educação Integral deverá ter assegurada a intersetorialização no âmbito do Governo entre as políticas públicas de diferentes campos, em que os projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, buscando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.

- **Transversalidade:** a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola deverá garantir uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.

- **Diálogo Escola e Comunidade:** as escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008). Na Educação Integral é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida. Assim, o nosso projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas

culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares.

- Territorialidade: significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e pode ser realizada em espaços da comunidade como igrejas, salões de festa, centros e quadras comunitárias, estabelecimentos comerciais, associações, posto de saúde, clubes, entre outros, envolvendo múltiplos lugares e atores. A educação se estrutura no trabalho em rede, na gestão participativa e na corresponsabilização pelo processo educativo. Torna-se necessário enfrentar o desafio primordial de mapear os potenciais educativos do território em que a escola se encontra, planejando trilhas de aprendizagem e buscando uma estreita parceria local com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, com vistas à criação de projetos socioculturais significativos e ao melhor aproveitamento das possibilidades educativas.

- Trabalho em Rede e convivência escolar: todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino. Pensar e desenvolver um projeto de educação integral para o Distrito Federal pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação que tem dificultado o acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuído para aprofundar o fosso social entre os estudantes da escola pública. Este é o momento de despedida desse modelo com algumas resistências e medos, de lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, porém não mais convincentes e adequados ao tempo presente, “[...] uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada”.

OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

São também princípios basilares da nossa escola que coadunam com a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, que fundamenta-se em princípios de

equidade, de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de quaisquer especificidades que possam apresentar em decorrência de suas necessidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente. A Educação Especial deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os Princípios da Educação Inclusiva De acordo com os Parâmetros Curriculares para a educação inclusiva (1998), o Currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização dele, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades.

Os Eixos transversais instruem a organização curricular da Educação Especial na perspectiva inclusiva de favorecer aprendizagens a partir da prática educativa para a diversidade, cidadania, direitos humanos e sustentabilidade e que fundamentam a Educação para Inclusão.

A ECCA revela os princípios e fins da educação nacional, expressos na Constituição Federal, em seu art. 206, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente no seu art. 3º, bem como nas demais normas que orientam a organização do sistema de ensino do Distrito Federal. Além desse ponto, e no fundamento do art. 15 da LDB, que assegura a autonomia pedagógica e administrativa, assim nossa Comunidade de Aprendizagem igualmente se baseia em princípios específicos para sua prática administrativa e pedagógica. Quanto a isso, as discussões para a constituição desta Comunidade de Aprendizagem e sua proposta educativa levaram à natural problematização sobre a relação entre valores e princípios, chegando-se à compreensão de que valores são as características das pessoas, grupos e instituições que determinam comportamentos, ações e suas relações com o outro, e princípios, traduzidos aqui como princípios de ações, são a expressão desses valores.

Apresentando como alicerce essa percepção, a ECCA propaga o anseio de se tornar uma Comunidade de Aprendizagem por meio da relação de troca entre as pessoas que dela participam a partir da vivência de certos valores, interpretados em princípios de ação que apontam à consolidação deste Projeto político pedagógico.

Nessa acepção, após debates e argumentações em diferentes ocasiões, especialmente na elaboração do Planejamento Estratégico 2022 - 2023 os consecutivos valores foram identificados como da ECCA:

- Amorosidade: ter prudência plena e consciente do cuidar de si e do outro. Comunicar-se de forma não violenta e desarmar-se para compreender o Outro a partir da empatia.

- Respeito: o respeito precisa ser cultivado diariamente para que se estabeleçam relações harmônicas, em que se exercita constantemente o respeito às diferenças, limites, espaços, fragilidades e singularidades de cada pessoa, incentivando a valorização de si mesmo e do Outro, assim como o respeito aos combinados, regras e acordos pactuados na escola.

- Responsabilidade, Autonomia e Liberdade: relacionam-se à promoção do autoconhecimento de cada estudante e equipe docente por meio da análise das suas experiências do cotidiano; permitem propiciar à comunidade escolar a livre exploração do seu espaço, a expressão da sua criatividade e a reflexão sobre seus atos; facilitam a percepção da importância da responsabilidade na construção autônoma da sua aprendizagem e do espaço saudável para si e para o outro.

- Honestidade e Justiça: significam favorecer um espaço para o diálogo com escuta empática, sensível honesta e verdadeira, ainda que neste espaço haja diversidade de ideias que possam gerar conflitos, não esquecendo, portanto, que a ética perpassa todas as relações entre os partícipes desta Comunidade de Aprendizagem.

- Solidariedade - promover espaços e processos que proporcionem, a partir da convivência diária entre todos os membros da comunidade escolar, ações conjuntas em torno de objetivos comuns, troca de saberes.

Esses valores, no espaço escolar, devem ser vivenciados cotidianamente ao lado de outros, como a igualdade e a solidariedade humana, comprometidos com o respeito à diversidade e com os princípios de cidadania. E, ao mesmo tempo, devem favorecer uma práxis escolar que se comprometa com os seguintes princípios de ações:

- Construção de um sentido de responsabilização de cada pessoa com os coletivos dos quais participa;
- Cultivo da convivência harmônica. Fortalecimento dos vínculos da família e da sociedade baseados na ética, amorosidade, autonomia, protagonismo, solidariedade, respeito, responsabilidade, comprometimento, democracia, cidadania e cuidado com todos os seres naturais, de maneira sistêmica e integrativa, no âmbito local e global;

- Aprendizagem e construção do conhecimento a partir de um movimento dialético, que considere a tradição como elemento cultural potencializador da transformação, e a inovação, resultado da abertura para o novo.

Com isso, reconhece-se a complexidade que permeia os processos de construção e reconstrução do PPP e da própria Comunidade de Aprendizagem. Essa complexidade, que se dá na relação com o Outro e no processo dialético das práticas educativas, exige que vários grupos trabalhem de forma igualitária e democrática, num verdadeiro comprometimento com a construção desta Comunidade.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

OBJETIVO GERAL

Promover a transformação sociocultural, a partir de uma prática educativa emancipadora, comprometida com a diversidade, com o acesso e a produção de conhecimento que articule o local e o universal e com a formação de pessoas sensíveis, críticas e autônomas que contribuam com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos, pactuados pela comunidade escolar na Assembleia Geral de discussão do PPP 2022/2023 nas reuniões coletivas, são:

- Assegurar uma educação de qualidade que valorize não apenas as informações e a busca do desenvolvimento cognitivo, mas compreenda a escola como um todo educativo, no qual os estudantes sejam contemplados na humanização do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, pela ação de toda a Comunidade de Aprendizagem;
- Consolidar a metodologia de trabalho por projetos, implementando os desafios para as aprendizagens e proporcionando vivências para estimular os temas geradores.
- Organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo (PPP) de forma coerente e articulada considerando a construção do conhecimento como finalidade social da escola.

- Garantir espaços de ludicidade, múltiplos e flexíveis, com brincadeiras e experimentações; ampliar as oportunidades educacionais, seja nas artes, cultura, esportes ou na vivência das demais experiências. Para isso, os momentos de formação configuraram-se como circunstâncias para compartilhar aprendizagens e experiências, favorecendo, assim, a formação integral do estudante.
- Ampliar os espaços de aprendizagem para além do espaço escolar, abarcando espaços culturais e esportivos diversos, comunidades indígenas e territórios verdes;
- Estimular e efetivar a construção da Comunidade de Aprendizagem;
- Estimular o resgate de vínculos familiares, articulando o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Dinamizar o funcionamento da escola, voltando-se para uma prática didático pedagógica inclusiva, que respeita os saberes e os ritmos próprios;
- Diminuir a infrequência escolar e, conseqüentemente, o índice de evasão;
- Incentivar o ingresso e promover a permanência e a aprendizagem de alunos e alunas: com necessidades educativas especiais (ANEE); indígenas, quilombolas e oriundos dos demais povos e comunidades tradicionais brasileiras; em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Promover práticas que levem em consideração a diversidade e as diferenças socioculturais de estudantes, famílias e profissionais da escola;
- Atuar em conformidade com a igualdade e a diversidade de gênero;
- Desenvolver atividades geradoras de motivação, participação, cooperação, coeducação e sociabilidade;
- Vivenciar a cidadania, no cotidiano das práticas pedagógicas;
- Oportunizar contatos mais ricos, diversificados e constantes da criança com a leitura, a escrita, a matemática e outras áreas do conhecimento humano, sempre em situações reais, significativas e de prazer, desenvolvendo projetos pedagógicos específicos;
- Estimular situações que favoreçam e fortaleçam a identidade e a autoconfiança da Comunidade de Aprendizagem; Colaborar para que crianças e adolescentes percebam, reconheçam e expressem seus sentimentos e necessidades;
- Promover o reconhecimento e a apropriação dos saberes do território;
- Trabalhar reagrupamentos intra e extraclasse;
- Discutir e chegar a uma compreensão comum do conceito de economia do bem viver, agregando ações para sua efetivação na Comunidade de Aprendizagem;

- Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes;
- Aprofundamento da gestão democrática;
- O estabelecimento de relações entre pessoas sob a lógica da cooperação, não da competitividade; Uma práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável;
- Uma expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa; grupo de pessoas que interage entre si e estabelece relações sociais;
- O olhar para a escuta das crianças;
- Rompimento da lógica tradicional dos tempos escolares (PACHECO, 2014).
- Promover a escola como espaço de difusão e circulação de manifestações culturais, ampliando o repertório cultural das crianças;
- Aprimorar os processos avaliativos, tornando-os cada vez mais qualitativos, permanentes e processuais;
- Fortalecer a participação de todos os atores e segmentos envolvidos na consolidação do PPP; a expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa;
- Manter e ampliar os espaços coletivos de tomadas de decisões, fortalecendo o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM);
- Aumentar a presença das famílias na escola;
- Reconhecer os servidores da escola como efetivos educadores;
- Promover continuamente a reflexão sobre a prática pedagógica e realizar formação de educadores de todos os grupos envolvidos na Comunidade de Aprendizagem (docentes, educadores sociais, estagiários, servidores, parcerias diversas etc.), instituindo formação continuada nas práticas e metodologias.
- Promover o acesso e a permanência do aluno na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo Integral do ensino fundamental. Para o cumprimento deste propósito é necessária uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal.

- Aumentar o quantitativo de dispositivos de acesso à internet para pesquisa e desenvolvimento da pedagogia por projetos e promover, tal acesso a todas as crianças, especialmente com dificuldades socioeconômicas e em risco de vulnerabilidade social;
- Alfabetizar todas as crianças que chegam à escola;
- Mapear espaços físicos e virtuais que se constituam como espaços de aprendizagem, bem como talentos da comunidade que possam participar do trabalho pedagógico no processo de troca de saberes;
- Garantir a compreensão da relação entre direitos, deveres e valores, a justificativa de cada dever pactuado e das consequências no caso do seu descumprimento e criar de dispositivos para ajudar o cumprimento dos deveres e a perda de direitos nos casos de não cumprimento dos deveres;
- Oferecer suporte e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade (desemprego, diminuição de renda, não acesso a serviços de saúde); etc.
- Manter e estruturar a Comissão de Solidariedade a fim de mobilizar a comunidade Reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem;
- Fortalecer as coordenações pedagógicas como espaço tempo privilegiado de formação continuada no trabalho.
- Promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- Fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar;
- Estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.

FUNDAMENTOS: TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O eixo central deste projeto político pedagógico é propor uma alternativa às práticas individualizadas e excludentes no interior da escola. Busca-se transcender, na prática, a vivência de comunidade escolar para o de comunidade de aprendizagem, que permita assegurar a defesa por um projeto educativo, cujo sentido de diversidade oriente as ações pedagógicas de pertencimento na escola. São considerados fundamentos que nortearão a prática escolar:

FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS:

Visam a formação do cidadão, respeitando a integridade, a sensibilidade, a autenticidade e a diversidade entre os seres humanos. Serão enfatizados os valores éticos, sustentáveis, humanos e políticos, sem que um se sobreponha ao outro. Esta fundamentação encontra respaldo na Pedagogia Histórico-Crítica, presente nos documentos norteadores da SEEDF, pois considera que: A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Conseqüentemente, '[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens' (SAVIANI, 2003, p. 07), exigindo que seja uma prática intencional e planejada. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 32).

Essa compreensão de desenvolvimento humano situa a escola num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Essa natureza contraditória da escola quanto a sua função de instruir e orientar moralmente a classe trabalhadora pode indicar a superação dessas contradições, à medida que a escola assume sua tarefa de garantir a aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, em situações favoráveis à aquisição desses conteúdos, articuladas ao mundo do trabalho, provendo, assim, condições objetivas de emancipação humana. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 32).

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS:

A educação deve contemplar um processo de produção e de apropriação de conhecimento de forma interdisciplinar e contextualizada, possibilitando, assim, que o educando se torne crítico e que exerça a sua cidadania com autonomia e responsabilidade, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade. Esta prática corrobora com a Pedagogia Histórico- Crítica ao reiterar:

[...] o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, 32-33).

A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolares, culturais, científicos, assumindo a igualdade entre todos eles. O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 32-33).

FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS:

A escola tem, além de transmitir/construir o conhecimento científico, uma função social, contemplada no Currículo em Movimento do Distrito Federal, que propõe o desenvolvimento de uma prática que não perca de vista os Eixos Transversais, que são: Educação para a Sustentabilidade, Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para Direitos Humanos. Todos os documentos norteadores da SEEDF apontam para o desenvolvimento de uma prática sustentada nesses eixos, haja vista que:

Historicamente, a escola tem excluído dos currículos narrativas das crianças, dos negros, das mulheres, dos índios, dos quilombolas, dos camponeses, entre outras, reforçando a hegemonia de determinados conhecimentos sobre outros construídos pelos sujeitos sociais em diferentes espaços de trabalho e vida. A SEEDF compreende que Educação tem a ver com questões mais amplas e que a escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. Por serem questões contemporâneas, fundamentais para a consolidação da democracia, do

Estado de Direito e da preservação do ambiente em que as pessoas vivem; essas temáticas tratam de processos que estão sendo intensamente vivenciados pela sociedade brasileira de modo geral e pela sociedade do DF de modo específico, assim como pelas comunidades, pelas famílias, pelos (as) estudantes e educadores (as) em seu cotidiano. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

Este Currículo contempla as narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36). Os eixos transversais favorecem uma organização curricular mais integrada, focando temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e que, em regra geral, são deixados à margem do processo educacional (SANTOMÉ, 1998). A expectativa é de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam na escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

Os eixos transversais possibilitam o acesso do (a) estudante aos diferentes referenciais de leitura do mundo, com vivências diversificadas e a construção/reconstrução de saberes específicos de cada ciclo/etapa/ modalidade da educação básica. Os conteúdos passam a ser organizados em torno de uma determinada ideia ou eixo que indicam referenciais para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido por professores (as) e estudantes, de forma interdisciplinar, integrada e contextualizada. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

O currículo é o conjunto de todas as ações desenvolvidas na e pela escola ou por meio dela e que formam o indivíduo, organizam seus conhecimentos, suas aprendizagens e interferem na constituição do seu ser como pessoa. É tudo o que se faz na escola, não apenas o que aprende, mas a forma como aprende, como é avaliado, como é tratado. Assim, todos os temas tradicionalmente escolares e os temas da vida atual são importantes e compõem o currículo escolar, sem hierarquia entre eles. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36-37).

Os temas assumidos neste Currículo como eixos interagem entre si e demandam a criação de estratégias pedagógicas para abordá-las da maneira mais integradora possível, mais imbricada, capaz de fazer com que os (as) estudantes percebam as múltiplas relações que todos os fenômenos acomodam e exercem entre si. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36-37).

Sob inspiração dos princípios da Revolução Francesa e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948), observa-se que a temática da inclusão social

tem sido pauta nas conferências mundiais de Educação que, desde Jomtien (UNICEF, 1990) discutem o desejo de superação do preconceito, que historicamente tem perpetuado as diferenças sob condição de inferioridade, a partir da afirmação da riqueza da diversidade.

Sob influência desses debates, ampliaram-se as políticas educacionais com foco nas minorias que, oficialmente, começaram no Brasil com a mudança curricular de 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que estabeleceram pela primeira vez no sistema de ensino brasileiro o tema da diversidade. Em 2004, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação fortaleceu as discussões e práticas de afirmação dos/as negros/as e de sua cultura, bem como da Educação Especial, Indígena, Ambiental, do Campo, de Jovens e Adultos e Quilombola (SCÁRDUA, 2016).

A ECCA, buscando ser uma comunidade de aprendizagem que questiona ativamente a estrutura social, leva em consideração todas as dimensões humanas e se compromete com o respeito às diferenças, para além da mera reafirmação da riqueza da diversidade. Nega a perpetuação de qualquer diferença humana como situação de inferioridade, assumindo-a como característica individual, dentre tantas que o ser humano apresenta. Desta forma, a escola acredita que qualquer estudante que apresente alguma necessidade específica, vinculada ou não a uma situação ou condição de deficiência, precisa receber atenção, intervenção e adequações que eliminem qualquer barreira para o seu desenvolvimento integral e a sua aprendizagem, através de um redirecionamento do processo de aprender e ensinar, sempre que necessário.

ENSINO E APRENDIZAGEM

Na perspectiva da Teoria Crítica, são considerados na organização curricular conceitos, como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência. A intenção é de que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento, seja ideologicamente situado e considere as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente nos espaços em que há interesses de classes.

No que tange especificamente à formação dos sujeitos, o Currículo em Movimento ancora-se nos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-cultural, que ressaltam a importância de uma formação consciente, crítica, transformadora dos estudantes em um ambiente educativo que promova aprendizagens nas quais os sujeitos são

protagonistas na construção da história com base na interação social, na interação com a natureza. A Teoria Crítica emerge como uma linha de pensamento no século XX, contrapondo a Teoria Tradicional. Essa última apresenta sua fundamentação em uma perspectiva positivista, com pretensões de neutralidade e com análises descontextualizadas da realidade.

Em discordância a essas ideias tradicionais, surge a Teoria Crítica que apresenta seus fundamentos a partir de uma ciência contextualizada, não neutra e engajada na transformação do mundo. Ela propõe a busca da autonomia e da libertação dos sujeitos de uma sociedade opressora a partir da consciência sobre a realidade e das possibilidades de ação sobre ela. É realizar a crítica e confrontar a realidade vivida com as normas que a regem.

Compreende-se a aprendizagem como um direito social que deve ser garantido a todos e todas que compõem a comunidade de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico deve traduzir essa premissa, conforme defendida no marco legal educacional de aprender a aprender, onde todos e todas aprendam a ser, a conviver, a cuidar e a fazer.

A ECCA assume a crítica de Saviani às Pedagogias que supervalorizaram a esfera política da educação em detrimento do ensino dos conteúdos na escola. Compreende que a socialização dos conhecimentos sistematizados pela humanidade é atributo da escola e é um elemento essencial para a instrumentalização dos alunos e alunas na luta e conquista da cidadania. Assume, também, que o processo de aquisição de conhecimento é social, e se faz na presença do outro.

A aprendizagem, portanto, não pode ocorrer isoladamente, mas em colaboração. E mesmo compartilhando dos fundamentos teóricos da Pedagogia Histórico Crítica de Demerval Saviani, bem como da Psicologia Histórico-Cultural, de Vygotsky (2001), e assumindo a Educação libertadora como caminho para a transformação pessoal e social, uma vez que reconhece que o processo de humanização passa pela opção decolonial de desmonte do padrão de poder mundial eurocêntrico que teve fundamento na classificação social da população do mundo de acordo com a ideia de raça (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008).

A construção mental do conceito de raça expressou a experiência básica da dominação colonial que “permitiu” atrocidades na história, seja na escravidão do negro, no extermínio dos indígenas, na violência contra as mulheres, na discriminação da pessoa com deficiência, na desvalorização de pessoas em situação de pobreza e violência relacionada à identidade de gênero, por exemplo.

Compreendendo a presença da colonialidade na cultura brasileira e, portanto, na Educação, a ECCA dialoga também com a opção decolonial, através da desconstrução de

práticas e discursos racistas e patriarcais que negam a ação política e epistêmica a quem classifica como inferior.

Assume, portanto, a educação libertadora que se concretiza a partir da problematização da realidade imediata, através do questionamento de todas as práticas desumanizadoras que perpetua. A opção por uma educação libertadora passa, portanto, por um processo de descolonização que progressivamente possibilita às pessoas se libertarem de tudo que as aprisiona quando são usadas como objeto a serviço de outros (SCARDUA, 2016).

A escola é um espaço em que as pessoas se encontram para a pronúncia do mundo e para a sua transformação. O papel dos/as professores/as é o de mediar seus educandos (as) a analisarem criticamente os desafios que a realidade oferece, atuando para promover o desenvolvimento pessoal, social, planetário, emocional e cognitivo. A ECCA por meio de sua proposta pedagógica estabelece que a educação deva ter como referência a formação integral do ser humano e esclarece que:

[...] a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer que, como sujeitos de direitos e deveres, é imprescindível que se oportunize aos estudantes o despertar de outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano (GDF, 2012, p. 19).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

A organização curricular, delineada no Currículo em Movimento da SEEDF (2018), se expressa nos conteúdos/direitos de aprendizagens das áreas de conhecimento (Linguagens, subdivididas em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas, essas subdivididas em Geografia, História e Ensino Religioso), chamados eixos integradores, e os chamados eixos transversais, que envolvem educação para a diversidade, cidadania, educação em/para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade.

A Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal segue esse currículo a partir de uma matriz para uma educação libertadora, atuando em processos com o fim de humanização, democratização, qualificação e ética.

Diálogos diversos, foram implementados nas coordenações pedagógicas (2022/2023) na ECCA para pensar e sistematizar a organização curricular da nossa escola tomando como referência o Currículo em Movimento, esta organização curricular é parte integrante do PPP

por materializar no espaço escolar os objetivos e intencionalidades da educação. Segue nos anexos a tabela 1 com nossa organização curricular para 2023.

Os docentes, a equipe gestora, os serviços e a comunidade tiveram o compromisso de encaminhar o currículo no processo democrático de construção coletiva e organização curricular. Assim se fortalece a cultura de colaboração contribuindo para que o currículo oficial não seja implementado de forma burocrática, uniforme, padronizado mas, na singularidade da escola, considerando o nosso contexto social, econômico, cultural, sistematizando e registrando a forma como o conhecimento será trabalhado nos diferentes espaços, tempos de formação possíveis com a finalidade de formação integral das crianças conforme concepção de educação apresentada no currículo da SEEDF.

Essa matriz refere-se ao saber fazer/aprender, saber ser, saber cuidar, saber conviver e aos seus respectivos “espaços potenciais de aparência da escola” (SCARDUA, 2016, p. 444):

No contexto da organização escolar em ciclos, as Diretrizes e os marcos legais da SEEDF têm como objetivo indicar possibilidades para a organização do trabalho pedagógico e, por isso, consideram que o ponto de partida é o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar, elaborado em consonância com a “Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas” (SEEDF, 2014) e que contemple a organização e progressão curricular em articulação com o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014).

Quando falamos sobre organização curricular, não nos remetemos somente a uma lista de conteúdos que precisam ser transmitidos aos estudantes, mas a um conjunto de conhecimentos que devem ser integrados e contextualizados, apresentando sentido para quem aprende, e que sejam articulados durante os anos escolares por meio da progressão curricular interna no bloco e entre os blocos.

Com o objetivo de dialogar com os contextos dos estudantes, o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) tem a Educação Integral como concepção e como fundamentos teórico-metodológicos a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica, na intenção de compreender a realidade social dos estudantes para propor intervenções em comunicação com os múltiplos conhecimentos: são os saberes a serviço de uma formação integral humanizadora.

Dessa forma, a ECCA reconhece as contradições sociais existentes, fruto de um sistema desigual, e reflete sobre as causas do fracasso escolar. Assim, ao estabelecer nossos objetivos e ações, consideramos as diversas realidades nas quais nossos estudantes estão inseridos e propõe estratégias didático-pedagógicas para promover as aprendizagens.

Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, a aprendizagem se dá na interação com o outro, ou seja, o sujeito se constitui nas relações sociais. Dessa forma, o desenvolvimento está ligado ao processo de mudanças e transformações que ocorrem ao longo de sua vida. A aprendizagem é concebida como uma construção social, na qual o papel do professor é o de auxiliar o estudante a partir da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal. Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o sujeito é o protagonista na transformação da sociedade (num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção), cabendo à instituição escola a socialização do saber sistematizado.

A organização escolar em ciclos que tem como princípio a progressão continuada das aprendizagens, se efetiva por meio de cinco elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico escolar: a) gestão democrática; b) formação continuada; c) coordenação pedagógica; d) avaliação formativa; e) organização curricular: eixos integradores.

Nessa lógica, é necessário pensar em uma organização curricular que contemple o conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, em um movimento que promova a transição do conhecimento de senso comum (conhecimento sincrético) ao conhecimento elaborado e sistematizado (conhecimento sintético). Nossa escola terá mais ou menos êxito se possuir, de forma clara, sua organização curricular, ela é quem inscreve no PPP a forma como coloca, na prática, o currículo. Quando não ficam claros quais os objetivos de aprendizagem para cada ano ou turma, torna-se complicado mapear as dificuldades dos estudantes e, a partir delas, planejar estratégias de intervenção.

Ao sistematizar as atividades que dão vida a sua organização curricular, integrando as diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade, a escola cumpre sua genuína função social. Na ECCA atendemos duas etapas da educação básica: a educação infantil, o ensino fundamental, anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e a modalidade de ensino: Educação do Campo e Educação Integral.

Em relação ao funcionamento, a partir da Portaria nº 285, de 05 de dezembro de 2013 (GDF, 2013b), que aprovou a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens na Educação Infantil e Ensino Fundamental na SEEDF, sua implantação se deu gradativamente nas instituições educacionais. No entanto, a partir de 2018, conforme determinado pelo Plano Distrital de Educação (2015 - 2014), Lei nº 5.499, de 14/7/2015, todas as unidades escolares da SEEDF que atendem as etapas de ensino supracitadas passaram a se organizar em Ciclos para as Aprendizagens, no qual o processo de progressão escolar dos estudantes será concluído ao final do 3º ano do 1º Bloco, que se refere ao Bloco Inicial de Alfabetização

(BIA), podendo-se, neste momento, reter aqueles estudantes que não concluíram o seu processo de alfabetização.

O 2º Bloco dos Anos Iniciais corresponde aos 4º e 5º anos, também com possibilidade de retenção somente ao final do bloco. Nessa perspectiva de uma educação pública, democrática e de qualidade social se fortaleceu com a ampliação do Ensino Fundamental de 08 (oito) para 09 (nove) anos, uma vez que um ano a mais de vida escolar traz diferenças consideráveis no percurso de escolarização dos estudantes. Visando o alcance desse propósito, o DF adotou o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) como estratégia pedagógica para ampliar o Ensino Fundamental na rede pública de ensino.

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano com respeito à diversidade e a suas múltiplas dimensões, de forma emancipatória.

Além disso, a prática didático-pedagógica sustenta-se a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Os eixos transversais devem perpassar os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

O Currículo propõe ainda eixos integradores dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade, com o entendimento de que eixo é algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir da alfabetização e dos letramentos, sem perder de vista a ludicidade.

Esses eixos nos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. É essa organização que proporrá intervenções didáticas em atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Cabe ressaltar que todos os estudantes da escola recebem, de acordo com sua necessidade, atendimento no SOE e SEAA.

Efetua-se o projeto interventivo com coordenador, Diretora e vice-diretora, além dos reagrupamentos e da recuperação contínua. Ainda visando o desenvolvimento dos alunos e o cumprimento dos dias letivos a que todos têm direito; os docentes, em seus afastamentos legais, preparam atividades para serem desenvolvidas em casa. A equipe gestora adota tal medida apenas nos casos de afastamentos curtos em que não se consegue um substituto no quadro de professores temporários.

TEMAS TRANSVERSAIS E EIXOS INTEGRADORES

A alfabetização é compreendida como processo complexo, envolto por conflitos rumo a construções e desconstruções até que haja compreensão e apropriação do sistema notacional da escrita, construído pela humanidade, o que permite ao estudante a inserção na cultura letrada em um processo de comunicação, por meio da leitura e da escrita, no âmbito das diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) indica um processo de alfabetização que se inicia no primeiro ano do Ensino Fundamental e que leve o estudante a ler um pequeno texto com compreensão e produzir textos orais e escritos com encadeamento de ideias, a partir de contexto significativo, sem exigências das complexidades ortográficas e compreensíveis por qualquer pessoa. Esse processo deve ser ampliado e consolidado para que, ao final do BIA, o estudante seja capaz de ler e produzir textos orais e escritos de forma proficiente na perspectiva do letramento e da ludicidade, e a partir daí continuar os estudos nos 4º e 5º anos, 2º Bloco na organização em ciclos, aumentando a competência comunicativa para expressar-se de forma adequada nas diversas situações e práticas sociais, de modo a “[...] resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar participação plena no mundo letrado” (PCN, 2001, p. 41).

Uma escola pode ser considerada, conforme Ivan Illich (1985), a relação entre educadores e estudantes que se dá permeada pelo currículo. Nesse sentido, o currículo não é apenas o que se ensina, mas o próprio ambiente escolar, e todos os equipamentos, ambientes e elementos que o rodeiam, e os tipos de relações que se desenvolvem nesse espaço, numa espécie de ritual que atua como “matéria prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão” (MOREIRA e SILVA, 2002, p. 27).

Para Veiga (2004), por sua vez, o currículo relaciona-se à construção social do conhecimento e à sistematização dos meios para que essa construção se efetive. Trata-se, assim, da organização curricular em geral, expressa em documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais, DCNs, ou, no caso do Distrito Federal, do próprio documento “Currículo em Movimento” (2014), e, talvez principalmente, como cada escola se organiza e coloca em prática esses documentos por meio de disciplinas, ações e projetos.

LETRAMENTO

Em relação ao Letramento surge a necessidade de compreender o processo de alfabetização para além da apropriação do código e pensar nas práticas sociais, o conceito de letramento se apresenta quando a leitura e a escrita são meios de apropriação das diversas linguagens, saberes, aspectos socioculturais, bem como da resolução de problemas do cotidiano. Assim, a alfabetização e letramentos são processos distintos, porém, indissociáveis e interdependentes, devendo acontecer na perspectiva da ludicidade.

O uso social do conhecimento construído nas diferentes áreas do conhecimento implica uma Organização do Trabalho Pedagógico que considere o contexto das práticas sociais e infere, portanto, sobre um fazer didático que oportunize situações problematizadoras, de forma contextualizada, real e que ultrapasse o espaço da aula, na perspectiva de que o conhecimento aprendido na escola está na vida e é para a vida. Dessa forma, a escola procura oportunizar diferentes situações em que as crianças possam realizar, na prática, o uso social da leitura e da escrita consolidando os saberes de forma contextualizada.

Em qualquer medida, tratar do currículo na contemporaneidade significa lidar com o aspecto ideológico que permeia a relação entre alunos e professores, que varia no tempo e no espaço, conforme o momento histórico vivido, as lutas e as construções sociais que são feitas. Isso porque é a partir do currículo que se dá a apropriação dos conhecimentos sistematizados, das práticas e das habilidades cognitivas, da percepção do mundo bem como a aquisição de modos de agir e de convicções que levam a um posicionamento frente às demandas da vida cotidiana (LIBANEO, 1992; SHIPMAN, 1975).

Esse aspecto ideológico significa configurar uma educação mais ou menos emancipadora, mais ou menos voltada à autonomia, isto é, à capacidade de cada pessoa de perceber o que é verdadeiro, quais são seus reais desejos e suas mais profundas aspirações e viver conforme a isso. Assim, se por um lado, há a perspectiva de uma escola voltada ao que Cândia (1977, p. 111) chamou de “super ordenação racional”, em que há uma preocupação permanente com o espaço (o local, a organização, a disposição das coisas) e com o tempo (aulas de duração certa, para cada assunto ou ciência, bem como hora para cada coisa) com o objetivo de se obter o máximo de produtividade do processo de ensinagem com o mínimo de distrações, sem tempo para nada mais além do que o estabelecido no currículo oficial, por outro, uma educação libertadora busca romper com esses paradigmas, buscando outra forma de organização curricular (SCARDUA, 2016).

Em outras palavras, a concepção de que os alunos devem ser separados por conhecimento, num sistema seriado em que o primeiro ano é o pré-requisito do próximo,

numa sucessão permanente e contínua até os bancos da universidade, que deixa pelo caminho os que não se adaptam, deve ser rompida numa educação que se pretenda inovadora.

LUDICIDADE

Em nossa Escola entendemos que ludicidade têm uma relação afinada ao trazer o tom da informalidade, da diversão, do espirituoso, o que é perceptível em alguns diálogos filosóficos, na arte, na estética, nos enigmas, nas poesias, nas músicas, nos jogos (HUIZINGA, 1971).

Nesse sentido, somos sujeitos lúdicos, ou seja, o fator lúdico está presente em todos os processos sociais e culturais da história da humanidade, pois traz em si o ato de significar a ação, o que se dá pelo jogo, pela disputa, pelo brincar, pelo competir, na interlocução com os outros com os quais convivemos (HUIZINGA, 1971).

Como sujeitos lúdicos, há uma infância que nos habita e ao longo da vida escolar não podemos impedi-la de permanecer nos estudantes. Ela nos permite viver de forma prazerosa, criativa, pensada, reflexiva, carregada de sentido e significado e por isso, abertos a viver a aventura do aprender com sabor, intensidade, entusiasmo. Essa construção se dá com a convivência, que torna fundamental a presença afetiva do outro, com a compreensão de que a atividade lúdica para o estudante não é apenas prazerosa, mas vivência significativa de experimentações, de construções e reconstruções do real e do imaginário, transpassadas pelo que é desafiador, pela elaboração das perdas e ganhos.

Com isso, é oportunizado ao estudante o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da socialização, da iniciativa, da autoestima, da autonomia e da criticidade na promoção das aprendizagens. Dessa forma, articular os eixos integradores nas diversas áreas do conhecimento é a oportunidade de, simbólica e prazerosamente, aprender.

A ECCA na sua prática educativa utiliza os eixos integradores nos planejamentos dos Projetos Específicos e na construção dos projetos individuais, diagnósticos iniciais e para formalização da avaliação formativa. A Alfabetização está presente em todos os momentos do trabalho pedagógico, nos jogos em sala com a utilização do “recursos didáticos”, na construção dos combinados, nos projetos da Biblioteca, Contação de histórias, nos momentos de reagrupamento, nos estudos sobre os artistas homenageados da Festa da Cultura Popular: Festeja Arrozal, nos projetos de pesquisas em sala de aula, entre outros... No que se refere ao Letramento e Ludicidade, outros Eixos Integradores importantes, destacamos o Projeto Ler é

Crescer, Criança ensina Criança, Jogos cooperativos, Infância viva, na elaboração dos projetos individuais e roteiros de estudos...

Seguindo sempre uma matriz para uma educação libertadora, atuando em processos com o fim de humanização, democratização, qualificação e ética. Essa matriz refere-se ao saber fazer/aprender, saber ser, saber cuidar, saber conviver e aos seus respectivos “espaços potenciais de aparência da escola e os Eixos transversais-diversidade, cidadania e educação para os direitos humanos – sustentabilidade”.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

No que se refere a Educação para a Diversidade é a prevalência da ideia de que os conceitos ligados ao eixo em voga passem por constantes modificações e movimentos; que sejam construídos e selecionados a partir de dinâmicas sociopolítico-culturais, pedagógicas e intelectuais; que se apresentem flexíveis, considerando o contexto histórico-social em que estão inseridos; por fim, que se constituam frutos de construções coletivas, com a participação ativa da comunidade escolar.

Pensando também numa Educação para a Diversidade, as atividades planejadas e implantadas deverão combater todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito, com foco na INCLUSÃO de todas as parcelas da sociedade.

CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA DIREITOS HUMANOS

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer de forma integral os direitos inerentes a sua condição. Como a condição de sujeito não é restrita a um indivíduo ou grupo, o exercício da cidadania não pode prescindir da dimensão do direito coletivo a ser assegurado pelo Estado. Da mesma forma, não se pode ignorar sua condição de fenômeno histórico, uma vez que os direitos e deveres dos seres sociais não se congelam no tempo e espaço. A cidadania plena passa a ser um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais. A concepção de sustentabilidade humana se constrói, pois, numa relação ética, na necessária reconciliação entre a razão e a moral, de modo que os seres humanos alcancem um novo estágio de consciência, autonomia e controle sobre seus modos de vida, assumindo a responsabilidade por seus atos diante de si mesmos (GALANO et al., 2003).

EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

A preservação do meio ambiente é um dos grandes desafios da atualidade e uma das preocupações desta Unidade de Ensino. Utilizar projetos para desenvolver a sustentabilidade na escola é muito importante, pois, além de contribuir com a preservação da natureza, ensina as crianças e jovens sobre a preocupação que eles devem ter com esse assunto. Afinal, eles serão os adultos de amanhã. Quanto mais consciência os estudantes tiverem sobre o tema, será melhor para que, no futuro, transmitam a importância do cuidado com a natureza, que deve ser sempre constante.

Partindo desses pressupostos e eixos, a Escola Classe Córrego do Arrozal busca organizar seu currículo na concepção de Comunidade de Aprendizagem, fomentadora de transformação social, na busca de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz. Para que esse objetivo se realize, por sua vez, o currículo deve estar em conformidade com tudo o que já foi expresso, quanto à organização do trabalho pedagógico e aos dispositivos utilizados. Ainda dentro dessa perspectiva, a escola realiza sua organização curricular a partir de uma matriz de dimensões a serem consideradas no processo educativo, apontando a necessidade de equilíbrio entre elas na ação pedagógica.

Os conteúdos significativos dos componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular da ECCA são elaborados conforme normas estabelecidas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), Currículo em Movimento do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018), Orientações Pedagógicas da SEEDF, bem como o Projeto Político Pedagógico da escola.

A organização curricular e o planejamento do trabalho educativo devem ser delineados a partir do PPP fornecendo meios para que o professor possa organizar sua prática e refletir sobre a abrangência das experiências que propicia às crianças, pois a partir do momento em que o estudante é o centro do processo, deve-se conhecer e compreender suas expectativas e necessidades, visando o desenvolvimento global e o enriquecimento da linguagem oral através do relato de sua vivência. O professor figura como agente mediador, facilitando ao educando aproximar-se cada vez mais da construção de conceitos e de conhecimentos da realidade, buscando desenvolver habilidades e competências que o levem a prosseguir os estudos e que sejam significativas para seu cotidiano extraescolar.

Em virtude do cenário do ensino remoto implantado na rede de ensino pública do Distrito Federal, conforme já mencionado no presente PPP e após análise e debate com o corpo docente e a equipe pedagógica sobre o documento intitulado “Replanejamento

Curricular 2022- 2023 – Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais” (DISTRITO FEDERAL, 2022 d), esta Unidade de Ensino pautará sua prática docente a partir de um currículo próprio que está de acordo com o contexto real vivenciado.

O currículo elaborado e organizado pelos profissionais da UE não desconsidera o Currículo em Movimento do DF, pelo contrário, pois coaduna com a própria essência epistemológica do referido documento, tornando-o AÇÃO ao pautar-se na sua perspectiva teórica de “currículo integrado”, que tem como princípios: unicidade teoria e prática, interdisciplinaridade (intra e inter), contextualização e flexibilização (DISTRITO FEDERAL, 2014a).

Almejamos disponibilizar um ensino de qualidade, focado no letramento e na ludicidade, inseridos em contextos e de acordo com as necessidades demonstradas pelos alunos na observação de seu desempenho diário. Para tal, considerando também o cenário do ensino remoto, que vivenciamos entre 2020 e 2021 é necessário a reorganização das estratégias docentes, de acordo com as habilidades e dificuldades demonstradas pelas turmas, tanto no que se refere à alfabetização quanto ao raciocínio lógico-matemático, sem perder de vista a formação integral dos alunos, no sentido de prepará-los para o convívio em sociedade, respeitando as diferenças, preservando o meio ambiente e sendo conscientes de seus direitos e deveres.

Assim, reforça-se a necessidade do trabalho articulado entre todos os segmentos que compõem a Unidade Escolar, interligados pela equipe pedagógica e equipe gestora, com o apoio e acompanhamento das famílias. Desta maneira, espera-se minimizar os impactos negativos do afastamento físico da escola na aprendizagem dos estudantes.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Ao focalizar as aprendizagens como estruturante deste PPP, a ECCA ratifica a função precípua da escola de oportunizar a todos (as) os (as) estudantes, indistintamente, o direito de aprender. Para isso, a organização do trabalho pedagógico proposta e inserida em nossos projetos, deve contribuir para colocar as crianças, jovens em situações que favoreçam as aprendizagens.

Garantir aos (às) estudantes o direito às aprendizagens implica um investimento sustentado nos princípios da ética e da responsabilidade, que incide também na formação de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida nos aspectos sociais, culturais e econômicos.

Além disso, direciona para um fazer didático e pedagógico ousado, no qual o (a) professor (a) parte do princípio de que há igualdade intelectual entre os sujeitos.

Assim, a criação de uma Comunidade de Aprendizagem pressupõe a reconfiguração das práticas escolares, numa completa ruptura paradigmática com a organização dos tempos e dos espaços, das relações que rotineiramente permeiam a vivência escolar e o próprio processo de ensino e aprendizagem. Esse processo não é fácil. Ao contrário, ele repousa na complexidade, pois exige a mobilização de toda a comunidade, especialmente das equipes pedagógicas e de gestão, no sentido de encontrar soluções, discutir estratégias e tomar decisões (sobre o que ensinar, como, por que, a quem) e, ao se deparar com uma realidade como a da ECCA, está sujeito a avanços e retrocessos, incertezas e contradições.

Essa complexidade foi ainda aprofundada nos anos de 2020 e 2021 com a pandemia causada pelo COVID-19, que ocasionou a suspensão das atividades presenciais nas escolas e o estabelecimento de aulas e relacionamentos mediados por dispositivos eletrônicos, ao mesmo tempo em que escancarou a desigualdade socioeconômica de muitas famílias.

Considerando a organização pedagógica da SEEDF, que ampliou os Ciclos para as Aprendizagens em todas as escolas públicas do DF que ofertam Anos Iniciais, a organização pedagógica desta UE está assim disposta: Educação Infantil – 2º Período da Educação Infantil Ensino Fundamental – Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) 1º Bloco: Bia – Bloco Inicial De Alfabetização (1º, 2º e 3ºano) 2º Bloco (4º e 5º anos). Desde 2015, previsto no Plano Distrital de Educação (2015) e tendo como base o art. 23 da LDB, que prega que a educação básica pode ser organizada em “ciclos, grupos não seriados, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse de aprendizagem assim o recomendar” (BRASIL, 1996), o Distrito Federal segue a política pública de ciclos de aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Pedagógicas da SEEDF (2016) a organização escolar em ciclos para as aprendizagens fundamenta-se na concepção de educação integral que reorganiza os tempos e os espaços escolares a fim de pretender atender aos diferentes níveis de aprendizagem das crianças. A ideia presente é que esse tipo de agrupamento promove maior respeito ao percurso individual das crianças ao favorecer uma progressão continuada fora do período anual e a possibilidade de retenção apenas ao final do ciclo. Outra dimensão essencial é a Coordenação Pedagógica, que tem papel fundamental “na elaboração, na implementação, no acompanhamento e avaliação do PPP das escolas, na orientação e coordenação da

participação dos professores no PPP, e na proposição de ações educativas que busquem a melhoria na qualidade do trabalho pedagógico” (SEEDF, 2012, p.113).

Considerando o momento de transição que a escola vive, com alterações de suas práticas pedagógicas, todas as ações, do planejamento à avaliação são diretamente acompanhadas, havendo um fortalecimento do espaço de coordenação pedagógica. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar as ações a fim de se garantir a coerência interna com o projeto da escola.

Assim, o planejamento anual das atividades é feito no ano anterior, juntamente com a equipe gestora e demais equipes. Na semana pedagógica, esse planejamento é apresentado e adaptado à realidade do ano vigente. Ao longo do ano, ocorrem reuniões de coordenação pedagógica geral e por equipes semanalmente e quinzenalmente. No âmbito presencial, as reuniões acontecem semanalmente, às quartas-feiras. No entanto, considerando a necessidade de encontro de todas as equipes, para uma unificação das propostas, a escola iniciou encontros gerais, mensais, em turnos alternados: ora, pela manhã, ora pela tarde, ora pela noite, compactuando os horários de aula das crianças. É preciso, porém, deixar claro que a Coordenação Pedagógica da ECCA é coerente com o projeto de Comunidade de Aprendizagem, e assume uma perspectiva de coordenação em contraposição a uma simples ordenação.

Isso significa que se busca constituir como um espaço-tempo de ação solidária que realize: Promover a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico (inclusive nos conselhos de classe e na avaliação institucional), a reavaliação das práticas institucionais, docentes e discentes, o processo formativo e a autoformação, contemplando: o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, o conhecimento mais aprofundado dos estudantes, a avaliação e autoavaliação e a articulação do coletivo em torno da construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Buscando:

- Recuperar o sentido coletivo do trabalho docente;
- Viabilizar o alcance dos objetivos apresentados no projeto político-pedagógico;
- Promover a fala e a escuta sensível;
- Concretizar um colegiado pedagógico.
- Um objetivo essencial do trabalho da Coordenação Pedagógica é promover o crescimento e a construção da autonomia pedagógica dos profissionais com os quais desenvolve suas funções. Nesse sentido o papel dos coordenadores é:

- Articular teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões.
- Articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola;
- Discutir o entendimento de teoria e de prática, mostrando que as referências para a construção de teorias são sempre as práticas constituídas pela humanidade;
- Ouvir os/as professores/as para identificar suas demandas práticas;
- Solicitar aos professores sugestões de textos, reportagens, livros que tenham lido, estudado e que recomendam ao grupo;
- Identificar professores com saberes e práticas pedagógicas interessantes para socializarem com o grupo.

Dentro da perspectiva da coordenação pedagógica como espaços e tempos privilegiados de formação continuada em serviço, a Coordenação Pedagógica da Escola busca lidar com a práxis pedagógica de forma dialógica. Os docentes em regência de classe da UE trabalham em regime de jornada ampliada, com carga horária semanal de 40 horas. Desse total, 25 horas são designadas à regência de classe, sendo 09 horas para a coordenação pedagógica presencial (terça-feira, quarta-feira e quinta-feira) em horário inverso ao da regência, destinadas à formação continuada, ao planejamento de aulas, correção de avaliações e trabalhos, elaboração de relatórios e 06 horas para a Coordenação Pedagógica Individual que podem ser realizadas fora do ambiente escolar (segunda-feira e sexta-feira). Os profissionais que não atuam em regência de classe como, no OE e no SEAA, seguem os normativos constantes na Portaria N° 55 de 24 de janeiro de 2022 (DISTRITO FEDERAL, 2022).

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A práxis pedagógica - formação continuada na escola

O processo de reconfiguração das práticas escolares envolve processos subjetivos de desconstrução do fazer pedagógico consolidado por professores e professoras em anos de trabalho. É, portanto, um processo doloroso, que pode

produzir insegurança, instabilidade e sofrimento. Garantir um processo de formação continuada em serviço na escola é condição primeira para a transformação e fortalecimento do trabalho pedagógico que se busca, e que passa pela transformação pessoal.

Ao compreender que a práxis é ação política transformadora, defende-se que o processo de formação da equipe pedagógica siga a mesma direção que o realizado com as crianças, ou seja, deve-se “fazer” com as professoras e professores o que se quer que elas e eles façam com as crianças. Desta forma, a formação deve começar a priorizar processos de tutoria em projetos cujos temas sejam os problemas e desafios encontrados pelas professoras e professores em sua prática pedagógica.

As mesmas dimensões (saber ser, conviver, cuidar e fazer) devem ser consideradas e a escola deve se organizar de modo a oferecer uma rede de apoio que ajude os professores e professoras nos momentos de transição. A formação de ciclos de estudo também é caminho fundamental para a transformação, pois agrega segurança e conhecimento necessários à mudança. Nesse processo, priorizam-se algumas linhas de estudo na escola, a partir de demandas da equipe e das opções feitas neste PPP, destacando-se formações sobre o processo de alfabetização linguística e matemática; a plena atenção; a comunicação não violenta, educação antirracista, povos originários, ludicidade, educação inclusiva, deficiências e transtornos globais entre outros.

A ECCA compreende que a reflexão da prática pedagógica é condição essencial para a construção de relações dialógicas e humanizadoras entre professoras e professores, estudantes e famílias.

Assim, as relações de poder devem se desmoronar e o sentido de aprender-ensinar deve ser incorporado por todos e todas na Comunidade de Aprendizagem, uma vez que o ato de aprender e ensinar são interdependente. Em outras palavras, a opção feita se traduz no aprender a desaprender, ação que Mignolo (2008) denomina desobediência epistêmica.

Concordando com esse autor, a comunidade da Escola compreende que a descolonização do conhecimento e o uso do conhecimento descolonizado são medidas necessárias para a construção de uma sociedade justa e democrática. Portanto, o processo de formação continuada na escola deve gerar abertura para novas formas de fazeres e saberes.

A coordenação pedagógica, espaço/tempo disponibilizado aos professores da SEEDF, é de fundamental importância para a promoção da qualidade do ensino, pois é, “O espaço e tempo da coordenação pedagógica quando organizados coletivamente possibilitam a reflexão e análise do fazer pedagógico visando o seu aperfeiçoamento.

Somente por meio do acompanhamento e avaliação sistemática da prática pedagógica, a partir da teoria que a orienta, será possível a superação dos obstáculos que se apresentam cotidianamente na escola. Essa qualidade na organização do trabalho pedagógico é alcançada sob uma gestão escolar democrática que possibilite o diálogo aberto e a comunicação horizontal entre profissionais da escola, estudantes e famílias. Não há, portanto, como dissociar a organização escolar em ciclos de um processo democrático de gestão”. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 22).

PLANO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES

O Projeto DENTE DE LEÃO tem como símbolo, essa flor que representa a versão: esperança, resistência e força. Todo mundo, pelo menos uma vez na vida, deve ter assoprado um fruto do dente-de-leão, talvez na esperança de ter o que se deseja. Diz-se que esta planta simboliza a força, a esperança e a confiança. Inicialmente, as sementes ligadas ao apêndice delicado, não parecem dispostas a se destacarem. Mas, lentamente, são levadas pelo vento com “receio” em um primeiro momento, mas cada vez mais decididas a embarcarem em uma nova jornada e experimentar novas jornadas.

E é por isso que usamos esse símbolo, acreditamos que nossos talentos são como as sementes que se disseminam e voam longe com a ajuda do nosso sopro. Queremos ver todos voando e realizando seus sonhos.

Desde 2017, tem sido uma preocupação de professoras da Escola a observação, ainda que empírica, de que a maioria das crianças com baixo desempenho escolar é negra, pobre ou indígena. Ou seja, a escola continua perpetuando a não aprendizagem entre as crianças que mais precisam da escola. Desse modo, pensou-se em um projeto com o objetivo de oferecer condições objetivas e subjetivas para que as crianças de classe popular floresçam e brilhem,

contrariando as estatísticas e pesquisas em Educação que corroboram com este quadro.

O projeto foi pensado para superar as contradições visíveis em estudos que mostram como a escola, ainda que, em um campo dialético (FREITAS, 1995) perpetua as desigualdades sociais, invisibilizando a pobreza e com intuito de propiciar a permanência e êxito escolar dos estudantes. E desenvolvido dentro das turmas da Educação Integral. A opção pela educação integral emerge da própria responsabilidade dos sistemas de ensino, preconizada no artigo 22 da LDB 9.394/96: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Quando se fala da importância da educação para o exercício da cidadania, não se trata apenas de garantir o ingresso na escola, mas de buscar a aprendizagem e o sucesso escolar de cada criança, adolescente e jovem nesse espaço formal de ensino. O Artigo 206 da Constituição Federal (1988) preconiza “[...] a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. Assim sendo, o direito à educação de qualidade se constitui como requisito fundamental para a vivência dos direitos humanos e sociais.

Embora a educação Integral surja como uma alternativa de prevenção ao desamparo das ruas, além da expectativa de cuidado e proteção dos filhos, há nas famílias o desejo de que tempo maior de estudo seja uma abertura às oportunidades de aprendizagem, negadas para grande parte da população infanto-juvenil em situação de pobreza ou de risco pessoal e social (GUARÁ, 2006).

Diante desse desafio, não se pode deixar de mencionar que a Educação Integral vai ao encontro de uma sociedade democrática de direitos, constituindo-se, portanto, como uma política pública de inclusão social e de vivência da cidadania. Duarte (2012) investigou a relação entre a educação e a população em situação de pobreza e revelou o impacto da pobreza no fracasso escolar no Brasil. Segundo a autora, o salário, a carreira e a formação de professores, a organização do trabalho pedagógico em sala de aula e na escola, equipamentos, instalações, materiais de ensino, tecnologia educacional disponível, gestão escolar, programas, ações de todas as políticas sociais, entre muitos outros fatores não identificados explicam 74% do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a pobreza por si

só explica 26% (DUARTE, 2011). O plano de ação da Educação Integral esta em anexos tabela 2.

O Projeto Dente de Leão enfrenta essa contradição com vistas a reorganização do trabalho pedagógico escolar de modo a romper com o ciclo de exclusão, causado pela invisibilidade da pobreza e, também, do preconceito no trabalho pedagógico e garantir a permanência e êxito dos estudantes no ambiente escolar.

Os Relatórios do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) (BRASIL, 2014) evidenciam os níveis de desigualdade na escolarização brasileira e sinalizam que a distribuição desigual de educação tem sido o entrave ao desenvolvimento sustentável e à promoção da equidade no Brasil.

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A aprendizagem acontece mais variados ambientes. Na escola, desejamos ampliar os espaços de aprendizagem para que as crianças possam transitar livremente e com autonomia em busca de conhecimento. Nesse sentido, o trabalho pedagógico se organiza para o desenvolvimento dessa autonomia, de modo a perceber a sala de aula como apenas mais um espaço possível, dentre tantos outros, para se aprender e que, por isso mesmo, não pode ter a disposição tradicional das fileiras de carteiras. Da mesma forma, o pátio e áreas verdes não servem apenas como complemento, mas são, em si, espaços educativos, numa perspectiva de escola aberta.

São alguns dos espaços de aprendizagem da Comunidade de Aprendizagem da ECCA: Sala de aula: as salas de aulas físicas da escola, desde 2023 se agigantaram, acolhendo número maior de crianças, e, de equipes docentes e monitoria e outros tipos de equipes educadoras. Isso possibilita autonomia para configurar e reconfigurar o espaço, de acordo com as necessidades encontradas: desde o estabelecimento de estações de trabalho até a adequação organizativa para melhor atender estudantes com necessidades educacionais especiais em integração inversa, ou seja, quando dividem o mesmo espaço e atividades conjuntas com demais estudantes.

As adequações organizativas acontecem após a identificação das especificidades de cada turma, ainda buscando o apoio de profissionais voluntários da comunidade.

Biblioteca: A *Biblioteca FLOR DO CERRADO* está em atividade desde o início do 1º semestre de 2022, quando de sua reforma e revitalização. É um espaço destinado à leitura individual e compartilhada, bem como a contação de histórias, mapa da leitura, projeto Ler é Crescer, pesquisas, empréstimos, dentre outras atividades. Dentro dos projetos de leitura de cada turma presencial, ela atua conforme a demanda e a rotina semanal das equipes docentes, estando aberta para a colaboração conforme as necessidades apresentadas. Além desse suporte, desde 2022 também é desenvolvido o projeto “Recreio com Leitura”. Inicialmente semanal, às terças feiras, o projeto passou a ser diário, consistindo em permanecer aberta durante o recreio a fim propiciar momentos de orientação, leitura livre, empréstimo e renovação.

Quinzenalmente, o projeto ECCA Cultural inclui tempos com contação ou leitura de histórias para as crianças pela biblioteca, atuando com contações de história e apresentação de livros e textos para as crianças.

Espaços externos à sala de aula: Foram criados espaços de estudo do lado de fora das salas para que as crianças possam realizar tarefas individuais ou em grupo, conforme sua demanda e das atividades propostas pelas educadoras que atende as turmas da Educação Integral.

Além disso, é permitido às crianças realizar trabalhos em espaços como o pátio interno e externo. Mesmo a cozinha é espaço educativo ao se abrir para as oficinas de culinárias. Assim, a ideia é transformar toda a escola em um grande espaço de ensino e aprendizagem. Essa adaptação e readequação dos espaços físicos da escola leva também em conta as necessidades da Educação Integral, considerando as necessidades de todas as crianças no aproveitamento dos espaços internos e externos e na criação de circuitos e cantinhos, sendo desenvolvido e trabalhado conjuntamente às equipes especializadas da escola.

Território Educativo: A consolidação de uma Comunidade de Aprendizagem implica ultrapassar os muros da escola e compreender todo o território próximo como potencial espaço de ensino e de aprendizagem. Essa perspectiva já era preconizada pelo Currículo em Movimento da SEEDF quando estabeleceu que “todos os espaços são educadores - museus, igrejas, monumentos,

ruas e praças, lojas e diferentes locações, cabendo à escola articular projetos comuns para utilizá-los, considerando espaços, tempos, sujeitos e objetos do conhecimento” (SEDF, 2013). Assim, a organização do trabalho pedagógico pautado na dialogia e na pluralidade deve ressignificar o processo educativo, compreendendo a interconexão entre escola, pessoas e território: (...) quando o território é explorado e experimentado pedagogicamente pelas pessoas, passa a ser ressignificado pelos novos usos e interpretações. Humaniza-se e acolhe com mais qualidade seus habitantes, que passam a reconhecer-se como fazendo parte daquele lugar, consolidando-se cada vez mais o pertencimento. (SEDF, 2013, p. 26, grifo nosso).

Para a concreção dessa realidade, é necessário realizar o mapeamento do território, feito a partir da representação gráfica de um raio de 1,25 km da escola, de modo a permitir a visualização espacial do seu território educativo. Com isso, são mapeados pessoas e locais com potencial de iniciar uma rede de saberes e fazeres locais que possam colaborar na exploração e na experimentação pedagógica, ressignificando seus usos e interpretações e fortalecendo o senso de comunidade.

E trabalhando dentro dessa perspectiva, realizamos seu mapeamento e identificamos parceiros e espaços de atuação do processo de ensino e aprendizagem. Assim é que são feitos usos do da Chácara do Seu MICA; também foi realizada a parceria com a Associação Comunitária, e identificou-se que o Parque Ecológico JEQUITIBÁS, integra o território educativo da escola. Outros espaços foram mapeados e devem também integrar o território de aprendizagem da em experimentações pedagógicas, parcerias etc. São eles: UBS Nova Colina, Embrapa Cerrados e Universidade de Brasília.

Além da dimensão espacial, há outra dimensão dos tempos e espaços escolares que merece atenção, porque versa sobre o novo e, em parte, ainda desconhecido: a dimensão tecnológica.

A dimensão tecnológica representa um sem-número de possibilidades de construção do conhecimento, de maneira dinâmica, com possibilidades de custos menores e de levar a escola à absorção favorável do ‘novo’, que parece ser um dos maiores desafios para a construção do conhecimento. No entanto, para encarar a tecnologia como um potencial favorável, é preciso deixar de lado alguns conceitos.

Um deles é o de reduzir o uso da tecnologia à palavra informática.

O rompimento destes conceitos se dá pelo uso consciente da tecnologia e por este uso não ocorrer de maneira passiva e acrítica. Não se está a propor que a escola se deslumbre ou veja a importância da tecnologia de maneira meramente utilitarista: o caso aqui é de utilizá-la estrategicamente, reconhecendo a complexidade inerente a esse contexto, em que a internet é também um novo espaço de circulação, o que requer orientação e acompanhamento sistemático e de seu uso.

O PPP da Comunidade de Aprendizagem ECCA, contempla a dimensão tecnológica visando dotar a comunidade escolar de ferramentas e utilidades, notadamente as da rede de internet de alta velocidade, para ajudar a transformar o processo educativo em algo mais dinâmico, com mais sentido para sua vida cotidiana e, principalmente, fazer deste processo um momento transformador.

Isso vai impactar, inclusive, no desenvolvimento e aprendizagem de novas metodologias de ensino e aprendizagem e na reconfiguração dos espaços. Novos meios de reunião de pessoas demandam espaços adequados e meios diversos de compartilhamento do conhecimento.

Assim, tanto no ensino presencial quanto no âmbito remoto, a escola busca fazer uso de aplicativos para dinamizar seus processos, desenvolvendo comunicações, documentos, apresentações, formulários e questionários, entre outros. São alguns dos aplicativos utilizados pela escola e abertos ao uso pelas crianças e comunidade: e-mail; Edu Edu, WhatsApp (grupo e lista de transmissão); Meet (para vídeo chamadas e aulas remotas); Google Classroom (para gerenciamento de conteúdo, envolvendo criação, distribuição e avaliação de trabalhos); Jamboard (para apresentações); Hangouts (vídeo chamadas para pequenos grupos); Drive (disco virtual, para trabalho coletivo e guarda de documentos); Ecosia (navegador da internet); Canva (para criar, compartilhar e imprimir designs); Padlet (para criar colaborativamente designs); podcast (com conteúdo de áudios); Mentimeter (plataforma online para apresentações).

Nos anos de 2022 e 2023. Com a implementação da Educação Integral e o fortalecimento da Educação Infantil, a escola criou 4 espaços educativos coletivos (território do brincar, espaço afro-brasileiro e espaço dos povos originários, saberes e sabores matemáticos) para uso das crianças e suas turmas com propostas gerais de atividades para serem desenvolvidas, bem como materiais, informações sobre

eventos, jogos, brincadeiras, vídeos, textos e indicação de links sobre os temas indicados.

Como os espaços escolares são ressignificados, os tempos também o são. Assim, na ECCA, a entrada (às 8:00 no período matutino e às 13 horas no período vespertino) à saída (13:00 e 18 horas, nos períodos matutino e vespertino, respectivamente), outros tempos permeiam o trabalho pedagógico a fim de, ao menos, iniciar um rompimento com a estrutura engessada, fragmentada e disciplinar característica da escola na contemporaneidade. Esses tempos englobam:

- ✓ Rodas de Conversa: são momentos pedagógicos de diálogo, de duração aproximada de 30 minutos, em que se discute algum tema a respeito do coletivo. Às segundas e sextas feiras são feitas rodas de conversa gerais, no pátio, para toda a coletividade, abertas às famílias e parceiros da escola, antes do início das atividades escolares. Nos demais dias, são feitas rodas de conversas nas salas de aula, no início de cada dia.

- ✓ Plena Atenção: todos os dias, antes das rodas de conversa e após o recreio, são realizados momentos guiados de meditação e relaxamento, com foco na respiração. A ideia é relaxar o corpo, reduzir o estresse e melhorar o relacionamento interpessoal.

- ✓ Oficinas: momentos de interação e de troca de saberes específicos na área de artes, saúde, educação física, jogos e outros, que ocorrem no horário das aulas, criados e oferecidos pelas equipes gestora, docente, famílias ou voluntários externos. São exemplos de oficinas: de culinária (cozinha experimental), futebol, criação de jogos e (ou) brinquedos etc. As oficinas possuem prazo (duração) e limites de crianças atendidas e podem ou não conter pré-requisitos. Para que todas as crianças da escola sejam beneficiadas, elas vão acontecendo ao longo do ano, conforme disponibilidade das equipes que ofertam, e dentro do turno escolar.

- ✓ Recreio e recreação:

- ✓ Jogos Colaborativos e Educativos: semanalmente são utilizados, dentro da rotina de sala de aula, jogos para incentivar o autoconhecimento e a livre expressão dos estudantes. Nesse processo, o jogo é visto como fundamental para o processo de desenvolvimento da pessoa, tendo a função primordial de colaborar com a assimilação e a superação da realidade. Além disso, ele também é uma importante representação cultural e expressão de ideais e valores comunitários. São exemplos de jogos utilizados pela escola: jogos para o desenvolvimento da

alfabetização e linguagem; RPG; cubo mágico; futebol; xadrez; dama; jogos matemáticos - mancala; jogos da memória; jogo da velha; jogos indígenas e quilombolas, entre outros.

✓ Aula: a aula busca ser ressignificada a partir da compreensão de que o conteúdo nasce da necessidade e do desejo de aprender e ensinar; de que o papel do corpo docente é o de mediar e orientar o percurso de aprendizagem e de que o papel do estudante é ser ativo, dialógico, participativo, autônomo, criativo, crítico, responsável por seus atos, solidário, dentre outros. A aula, assim, deixa de ser expositiva para ser interativa, momento em que as crianças falam, comentam e defendem suas ideias; realizam atividades dos mais variados assuntos; cumprem desafios e ensinam umas às outras. Assim, a equipe docente tem a função de organizar o ambiente, promover discussões, favorecer interações, provocar o interesse e a motivação dos e das estudantes, preparando “aulas/encontros com sequencias didáticas”. Isso, no entanto, não significa o abandono de uma aula tradicional. A aula, no seu modelo mais tradicional, é tão somente mais um dos mecanismos de que se pode lançar mão na busca pelo aprender e ensinar. Na verdade, a equipe docente, ao perceber uma demanda específica, pode organizar uma aula mais expositiva, a fim de democratizar a informação. Mas isso só acontece dentro da perspectiva de aulas demandadas e não como um fazer tradicional e rotineiro. Ao lado das aulas “para deixar de dar aulas”, e das aulas demandas, há ainda as aulas passeio, ou aulas da descoberta, saídas organizadas com as crianças, equipes educadoras e famílias, a fim de favorecer um maior contato com a realidade do meio em que vivem, um aprendizado mais natural e agradável e ampliar a vivência, experimentação, confirmação e ampliação dos saberes, além, é claro, de se estreitar os relacionamentos.

As aulas de passeio podem acontecer dentro do território educativo mapeado pela escola ou para outro espaço da cidade, conforme organização das equipes profissionais. Para além do que foi exposto, outros dispositivos pedagógicos, vistos então como ferramentas ou formas de comunicação, organizadas no tempo e no espaço, através do qual se dá a produção, reprodução e transformação da cultura (PEIXOTO, 2008; BERNSTEIN, 1990) são desenvolvidos ECCA. São eles:

Na semana pedagógica realizada no início do ano de 2023, definiu-se que as turmas poderão receber a colaboração de pessoas (familiares, professores,

estagiários, residentes, especialistas) no trabalho pedagógico na sala de aula e, para tanto, existe um mapeamento das vocações da comunidade.

A escola também adota a possibilidade de reagrupamentos intra e extraclasse a partir das avaliações diagnósticas e mapeamento de crianças. Contudo, esse processo é feito considerando, além das avaliações, a subjetividade da criança e seu processo de socialização e aceitação das mudanças. Assim, são formados pequenos grupos de crianças que necessitam de intervenções pedagógicas semelhantes para avançar no seu processo de aprendizagem.

RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

Dentro da perspectiva de Comunidade de Aprendizagem, é importante compreender que educadores são todas as pessoas integrantes da comunidade escolar, sejam docentes, demais servidores, equipes de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas, famílias e todos os demais membros do território educativo.

Nesse sentido, as famílias e demais integrantes da comunidade escolar são chamadas a participar não apenas de festas, reuniões ou de instâncias como o Conselho de Classe ou Escolar. Dentro da perspectiva de que é preciso toda uma aldeia para se educar uma criança, a Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal mostra-se aberta para que esses grupos atuem também dentro da escola, conjuntamente às equipes profissionais, seja oferecendo oficinas, seja participando do Núcleo de Transformação, das Comissões ou Grupos de Trabalho (GTs), de projetos da escola e ainda em ações esporádicas.

O projeto político-pedagógico numa perspectiva de Educação Integral não pode ser elaborado para a comunidade, mas deve ser pensado com a comunidade. Trabalhamos na perspectiva que compreende a comunidade como capaz de projetar para si mesma uma escola de qualidade; percebendo a comunidade como participante ativa da construção do processo educacional. Nesse contexto, a ECCA lança mão do que ela tem de perspectiva contemporânea: um lugar de pertencimento. Com a comunidade também se constituindo como parte atuante da escola, com voz e participação na construção coletiva do projeto político-pedagógico, surge assim o sentido de pertencimento, isto é, a escola passa a pertencer à comunidade que, por sua vez, passa a zelar com mais cuidado por seu

patrimônio; a escola começa a sentir-se pertencente àquela comunidade e, então, começa a criar, planejar e respirar os projetos de interesse de sua gente, de sua realidade.

Quanto a isso, cabe lembrar que o grupo de trabalho/Transformação da Prática Pedagógica, composta também por professores readaptados existentes desde 2022, tem a função de estudar, interagir, conhecer, fortalecer e assessorar as práticas escolares, fundamentadas na lei e nas ciências possibilitando uma educação em rede e protagonismo destes profissionais.

Os Grupos de Trabalho (GTs) ou Comissões contribuem com o fortalecimento do trabalho realizado por meio da socialização de saberes específicos, incrementando os eixos transversais curriculares. Atuam em ações específicas, como Merenda, PPP, alteração do Estatuto, entre outras. São algumas das Comissões da escola: Comunicação e Tecnologia; Comunidade de Aprendizagem (CAP); Meio Ambiente e Sustentabilidade; Cultura; Acolhimento e solidariedade; PPP; Vida Saudável, Inclusão e Comissão de Apoio à gestão financeira.

Na atualidade, vivemos na SEEDF um processo de gestão democrática que tem entre seus princípios garantir a participação da comunidade na implementação de decisões pedagógicas e democratizar as relações pedagógicas. Todos os procedimentos de rotina, inclusive os administrativos, revestem-se de uma dimensão educativa. Para isso, torna-se importante que todos os profissionais que atuam na escola estejam imbuídos de seu papel de educadores. Essa forma de olhar o cotidiano da escola, a consciência do papel desempenhado individualmente, nas relações escolares, propicia o desenvolvimento do princípio de justiça na sociedade.

METODOLOGIAS

Pedagogia por Projetos

Em conformidade às Diretrizes Pedagógicas para organização escolar da SEEDF (2014), a Comunidade de Aprendizagem da ECCA faz uso da pedagogia por projetos, criada por Kilpatrick (1871-1965) com o objetivo de desenvolver o

espírito de pesquisa e integrar conhecimentos de várias disciplinas ao mesmo tempo.

(...) os projetos didáticos organizam-se ao redor de um problema com vistas a um produto e precisam ter objetivos claros, planejamento do tempo, organização das atividades e avaliação em relação aos objetivos propostos, proporcionando o trabalho articulado com as diferentes áreas do conhecimento (SEEDF, 2014, p. 45).

Essa pedagogia requer um trabalho pedagógico que rompa com ações conteudistas e atividades estanques, possibilitando processos que permitam a reflexão crítica e a investigação de cada estudante. Sua construção se dá a partir de vivências proporcionadas pela equipe docente às suas turmas e conforme os interesses e experiências das crianças, que à medida que vai vivenciando esse caminho tende a conquistar maior autonomia. Dessa forma, cabe ao corpo docente captar temas geradores, das mais diversas formas, e realizar a observação das turmas a fim de perceber potenciais coletivos e individuais que surgem a partir dos interesses manifestos das crianças (BRASIL, 2010).

Na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática juntas ganham novos significados. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vázquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (idem, p. 215).

Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. A avaliação das aprendizagens adquire sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção.

Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida. O ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades.

Do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011), com a clareza do **Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?** São os elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

“Ao discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas de operacionalização do fazer escolar, em consonância com os princípios do projeto educacional do sistema público de ensino do DF e das políticas públicas nacionais, cada unidade escolar elaborará suas propostas curriculares, transcendendo a mera definição de datas comemorativas, o “currículo turístico” que se organiza em eventos e festividades, como dia das mães, dos pais, do índio, da páscoa, do folclore, entre outros”(PG 19 CM).

Esse interesse é articulado dentro dos eixos curriculares do currículo em movimento, a partir dos Desafios de Aprendizagens, trilhas investigativas, de forma que o foco dos projetos não seja apenas a curiosidade, mas a contextualização do tema no tempo e espaço e todas as possibilidades de aprendizagens e que se abrem a partir dele, levando a novos conhecimentos e habilidades, inserindo as crianças nos saberes sistematizados. Assim, ao longo do processo, a criança “busca informações, lê, conversa, anota dados, calcula, elabora gráficos, reúne o necessário e, por fim, converte tudo isso em ponto de partida para o exercício ou aplicação na vida” (BORDENAVE; PEREIRA, 1982, p. 233).

Em outras palavras, a criança aprende a aprender e a construção do conhecimento se dá por meio das mais diversas atividades e vivências, que devem ser enriquecidas e ampliadas pela atuação provocativa de equipes educadoras e de tutoria, em *feedbacks* e encaminhamentos. Com o tempo, as percepções vivenciadas pelas crianças transformam-se em produções que têm agregadas a si o conhecimento curricular e, ao final, há socialização desse produto, material ou imaterial.

A pedagogia por projetos se apresenta como aliada do processo de reorganização dos tempos e espaços escolares (SEEDF, 2014) e implica subjetivamente as crianças nos seus processos de aprendizagem e socialização de forma que o conteúdo curricular não é o fim do trabalho pedagógico, mas meios para a resolução de um problema da vida ou de um projeto (BORDENAVE; PEREIRA, 1982).

PARTICIPAÇÃO PRODUTIVA NAS ATIVIDADES DE CLASSE E EXTRACLASSE

A partir das reflexões emanadas dos resultados das avaliações diagnósticas internas e de larga escala, que devem ser feitas não apenas por meio de provas e testes, propõe-se que a Unidade Escolar organize estratégias a longo e curto prazo, que auxiliem os educandos na superação das dificuldades demonstradas. Nessa perspectiva, os reagrupamentos apontam possibilidades diversas, como participar de atividades, em grupos de alunos nos diversos ambientes que a escola dispõe.

A aula em uma escola organizada em ciclos precisa extrapolar o espaço convencional das quatro paredes, como usualmente costuma ser concebido. Deve ser pensada como estrutura de oportunidades e contexto de aprendizagens e de significados com condições de favorecer o desenvolvimento das atividades educativas e, em consequência, o processo de crescimento pessoal do estudante e do professor, como: aulas em pátios, quadra poliesportiva, sala de leitura, laboratórios, museus, zoológico, mercados, feiras livres, exposições, teatros, entre outros. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 50).

Como um ambiente a mais que oportuniza as aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento, a sala de aula deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização variada desse espaço, seja no coletivo, em pequenos

grupos de três ou quatro estudantes, em duplas. Cabe ressaltar que repensar a geografia da sala de aula vem no sentido de articular sua disposição à concepção pedagógica, ou seja, uma vez que a aprendizagem se dá na interlocução com o outro; ressignificar esse espaço compreende também a organização dos estudantes em grupos, de forma a atender as ações didático-pedagógicas nesse interior e, assim, favorecer que se aprenda com os diferentes saberes e de diferentes formas. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 50-51).

Desta forma, a equipe pedagógica organizará, conjuntamente com a direção e docentes, instrumentos que possibilitem a visualização da real situação do ensino/aprendizagem e, a partir dos dados coletados, promoverá reflexão a respeito das concepções existentes entre a equipe sobre desenvolvimento e aprendizagem e, com base no levantamento de dados e organização de tempos e espaços disponíveis, planejarão estratégias para o desenvolvimento de reagrupamentos envolvendo o BIA e 2º Bloco.

RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM SALA DE AULA E NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Considerando o disposto no Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- “Art.13: Os docentes incumbir-se-ão de: [...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 2017,p. 14) e também os dados levantados nas avaliações diagnósticas, a Unidade de Ensino deve oferecer atendimento individual planejado em horário ao de aula, de acordo com o reagrupamento do professor regente de cada turma.

A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo como um todo ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula. Nessa perspectiva a função da educação inclusiva é de favorecer a aprendizagem, servindo de mediador entre a pessoa e o mundo, alicerçando o desenvolvimento. Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos.

A inclusão favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos e o aperfeiçoamento e a capacitação do educador.

Diante do que foi exposto, imaginemos que alguns passos precisam ser tomados, iniciando pela retomada do projeto da escola, de modo a assegurar o que a instituição pensa e o que faz no nível do planejamento, do currículo e da avaliação. Os documentos oficiais da rede precisam ser considerados. Além do Currículo, temos o Regimento Escolar, as Diretrizes que atendem as diversas etapas e modalidades da educação básica. Tudo isso leva em conta a função social da escola, voltada para a qualidade social do seu trabalho. O caderno “Pressupostos teóricos do Currículo” é de grande valia em todo o processo.

Não existem fórmulas mágicas, receitas infalíveis. Cremos numa escola feita de gente com qualidades e dificuldades, pessoas com fragilidades e potencialidades, afinal somos humanos. Nossas intencionalidades é que precisam ser explicitadas com coragem e com algum fundamento. O sentimento do que é público será nossa reserva ética para as ponderações e acordos. Não deixemos de fora desse trabalho os orientadores e orientadoras educacionais, não esqueçamos de que a formação continuada se faz por intermédio de momentos como esses. Procuremos os profissionais das equipes, coordenadores intermediários e outros agentes que possam ser parceiros nessa empreitada. No mais, retomamos as palavras do nosso saudoso patrono Paulo Freire: “espero enquanto busco, pois seria impossível buscar sem esperança”.

Ao promover uma Educação Inclusiva, em todas as escolas da rede oficial de ensino, a SEEDF promove o direito à equidade a estudantes e profissionais da educação. E para consolidar esse processo foram instituídos serviços especializados que contribuem tanto para a aprendizagem dos estudantes quanto para a formação continuada em serviço e suporte aos professores. Numa perspectiva institucional e multidisciplinar tais serviços reconhecem a escola como um todo indissociável.

Nossa Escola conta com a Equipe de Apoio, que é composta pela integração de 2 serviços: Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA); Orientação Educacional (OE);

Para todo o trabalho acontecer e de acordo com o Projeto político-pedagógico Professor Carlos Mota (SEEDF, 2012, p. 96), as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA), formadas por especialistas da área de pedagogia e psicologia, que atua em parceria com o SOE e têm uma atuação:

(...) voltada para o contexto institucional pedagógico, considerando sempre as múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico dos estudantes – dificuldades psicopedagógicas, socioafetivas, entre outras – no intuito de facilitar e incentivar o processo de ensino e aprendizagem. As equipes também atuam no sentido de contribuir para

o aprimoramento dos profissionais das unidades escolares, a partir da interlocução entre os agentes envolvidos na superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

A Orientação Educacional é desempenhada pelo Pedagogo Orientador Educacional tanto no acompanhamento e apoio à comunidade escolar (profissionais, estudantes, familiares) quanto na articulação com a rede de apoio externa. A atuação do Pedagogo Orientador Educacional também tem perspectiva institucional, contextualizada e integrada ao Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, e deve estar direcionada para a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante promovendo autonomia, criticidade, criatividade, participação e protagonismo infanto-juvenil.

Assim como o SEAA, a Orientação Educacional também é corresponsável pela coordenação pedagógica e pelos processos de formação continuada dos profissionais da Unidade Escolar contribuindo para a identificação e reflexão dos fatores que interferem nos processos de ensino e de aprendizagem de estudantes e educadores.

A existência dessas equipes nas escolas afirma as conquistas históricas fruto de lutas das famílias e demais sujeitos atuantes nos processos de inclusão. Além disso, busca-se também ressignificar esses serviços numa concepção de igualdade e equidade, fomentando a conscientização por meio da sensibilização e

da informação quanto ao direito à inclusão, tema esse que ainda necessita ser discutido e reforçado atualmente. Ofertamos Classes de Integração Inversa. A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) é, assim, constituída por 1 pedagoga e os atendimentos educacionais especializados generalista (AEE, DF, DI, TGD/TEA e DM) - sala de recursos, e especialista em Altas Habilidades (AEE) são realizados nos polos e têm a função de, conjuntamente à Orientação Educacional, à Coordenação Pedagógica, à Equipe Gestora e às equipes docentes, realizar:

- Mapeamento institucional;
- Escuta ativa e sensível;
- Projetos específicos;
- Comunicações gerais e formação;
- Convivência;
- Acompanhamentos e encaminhamentos.

A proposta da escola é realizar um trabalho diversificado e fazer adequações para aqueles que precisarem. À medida que for necessário realizar adequações curriculares, sejam elas relacionadas a recursos, métodos, estratégias e intervenções, os professores deverão realizá-las com o apoio da Sala de recursos, EEAA, coordenadoras pedagógicas e gestão escolar, num verdadeiro trabalho coletivo com objetivo de alcançar o desenvolvimento do máximo potencial da criança, uma vez que a deficiência é “uma”, dentre tantas características que tornam único cada ser humano.

A adequação curricular insere-se naturalmente na proposta de Comunidade de Aprendizagem da Escola porque essa última concretiza o projeto da escola plural que supõe a escola da diversidade. Todavia, é preciso observar que a mediação do Currículo em sala de aula é realizada pelo professor regente, assim cabe a esse profissional o desenvolvimento da adequação curricular. Considerando ainda, que a adequação curricular corresponde ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino e ainda os recursos pessoais do professor, que vão desde as metodologias de ensino às suas habilitações para lidar com os estudantes.

Assim, as adequações curriculares ocorrem para todas as crianças, dentro de seus projetos e desafios de aprendizagem, com ou sem deficiência associada.

Tais adequações privilegiam as potencialidades, desejos e interesses das crianças, e não suas dificuldades, promovendo uma maior diversificação curricular, articulando o currículo à criança. A ideia é que quanto maior a diversificação curricular, que contempla a todos, menor a necessidade de adequações curriculares e mais favorável a construção do conhecimento. As adequações curriculares incluem todas as atividades que transcorrem no âmbito educativo e se torna extensivo a todas as matérias envolvendo tecnologias, música, desenho, artes, educação física etc. a partir dos seguintes recursos pedagógicos:

- Computador adaptado com software, aplicativos, jogos e outros recursos pedagógicos para as crianças com necessidades especiais;
- Imagens e recursos com som e fotografias;
- Mural sensorial e quadro com recursos para comunicação e interação;
- Blocos de montagem com tecnologias para manipulações; Aprendizagem criativa e interativa (circuitos de aprendizagem) na perspectiva inclusiva;
- Projeto pedagógico interventivo e participativo;
- Estimulação contínua e direcionamentos dos sentidos (visual, auditivo, paladar, tato e olfato) e pensamento lógico;
- Novas tecnologias de comunicação (recursos e materiais pedagógicos diversificados);
- Aplicativos disponibilizados e gratuitos.

A elaboração e efetivação do Plano de Ação da EEAA deve pautar-se numa busca incessante para a adequação teórico-metodológica das ações institucionais e docentes para a promoção do sucesso escolar dos educandos, rompendo com o paradigma tradicional de que os problemas de aprendizagem residem sempre no estudante conforme previsto na Orientação Pedagógicas (OP) do SEAA (DISTRITO FEDERAL, 2010). A Educação Inclusiva pressupõe a garantia de acesso e permanência, com qualidade, na escola, dos estudantes. Propõe uma nova maneira de compreendermos as respostas educativas da escola, buscando a efetivação do exercício da docência, acolhendo, assim, a diversidade e respeitando as diferenças específicas dos estudantes.

Entendendo como um dos princípios da educação inclusiva que “O direito a igualdade de oportunidades, que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a

todos, e sim, dar a cada um, o que necessita em função de seus interesses e características individuais (Carvalho, 2004, p.35)”.

Neste sentido, a atuação do (a) profissional da EEAA está centrada em três dimensões - Mapeamento Institucional da UE, Assessoria ao Trabalho Coletivo dos Professores e Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, ancoradas na perspectiva da avaliação mediada, ou seja, ao mesmo tempo que intervém no contexto escolar, o profissional também avalia seus resultados, refletindo e reconsiderando cada ação num processo cíclico de práxis. As três dimensões estão assim delineadas:

OS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS

Os educadores voluntários foram selecionados no início do ano letivo e prestaram suporte à educação especial nas salas de integração inversa, sob a supervisão de professores e/ou das equipes gestoras, a depender do atendimento prestado pela escola. As atividades fazem parte do cotidiano da escola. Temos também o ESV que acompanha exclusivamente a Educação Integral com papel fundamental na adaptação dos alunos e na transição dos que estão iniciando uma série com mais desafios. Em 2023, recebemos em parceria com a Secretaria de Economia estagiários do curso de pedagogia.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

A perspectiva adotada pela SEEDF e expressa no documento Diretrizes de Avaliação Educacional (2016) é a da Educação Integral, que considera o ser em formação como multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular. Essa integralidade da educação perpassa todos os seus âmbitos, não podendo, portanto, deixar de lado a questão da avaliação. Nesse quesito, ao valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, a Educação Integral provoca uma ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece seu compromisso com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Direitos Humanos e a Educação para a Sustentabilidade.

A Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. Compreende também que a função diagnóstica compõe a avaliação

formativa, devendo ser comuns aos demais níveis da avaliação. A função formativa, independentemente do instrumento ou procedimento utilizado, é realizada com a intenção de incluir e manter todos aprendendo (HADJI, 2001).

Esta função deve perpassar os níveis: da aprendizagem, institucional (autoavaliação da escola) e de redes ou de larga escala. Sua finalidade maior reside em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes por meio da avaliação. A SEEDF adota o termo Avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012) porque nos situa no campo da educação com a intenção de avaliar para garantir algo e não apenas para coletar dados sem comprometimento com o processo. A avaliação da aprendizagem se sustenta no paradigma positivista e, portanto, distancia-se do avaliado, buscando certa “neutralidade”. Enquanto isso, a Avaliação para as aprendizagens se compromete com o processo e não somente com o produto da avaliação.

Tal concepção está em consonância com a proposta da Comunidade de Aprendizagem da ECCA, que, também na avaliação, pretende valorizar a essência e a complexidade do ser em sua integralidade. Isso significa que os processos avaliativos, na escola, precisam ser conduzidos de forma ética, isto é, levando em conta o processo de aprendizagem de acordo com os seguintes aspectos:

- Respeito às produções;
- Avaliação desvinculada de comparação (compara-se o progresso das crianças com suas próprias capacidades e não com as de colegas);
- Avaliação informal encorajadora (desvinculada de ameaças, constrangimentos e punições);
- Uso dos resultados da avaliação voltados somente para os propósitos de conhecimento (sem serem incluídos em nenhuma forma de ranqueamento).

Além disso, mais do que avaliar a aprendizagem, a ECCA intenciona garantir que os processos avaliativos sejam, eles próprios, instrumentos para as aprendizagens. Assim, eles precisam estar em consonância com a metodologia por projetos (individual, em grupo e coletivo), e com os Desafios de Aprendizagem propostos, mostrando-se permanentes, interdisciplinares e contextualizados, contando com a participação de toda a comunidade e capazes de considerar as dimensões do currículo (saber ser, conviver, cuidar e fazer).

Considerando ainda a situação especial provocada pela pandemia de COVID-19 os processos avaliativos precisam levar em conta as características intrínsecas ao ensino remoto bem como a situação das famílias e das crianças com o período, situação essa que envolve questões financeiras, de acesso à plataforma de ensino e ainda psíquicas. Para compor todas

essas questões, a ECCA faz a escolha por uma avaliação formativa, em todos os níveis (de aprendizagem, institucional e em larga escala), dentro da perspectiva da progressão continuada.

Na concepção formativa de avaliação, em acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2016), todos avaliam e são avaliados, promovendo-se as aprendizagens de todos/as por meio da autoavaliação e do feedback (retorno), num permanente movimento dialético no qual cada sujeito e agente deve tomar como elemento valioso o diálogo que se estabelece. Esse processo se dá a partir do potencial de cada criança, dos seus esforços e do grau de compromisso com os Desafios de Aprendizagem propostos, permitindo-se um olhar mais atento aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, favorecendo sua autorregulação e a metacognição.

A autorregulação da aprendizagem é o processo de autorreflexão e ação no qual a pessoa estrutura, monitora e avalia seu próprio aprendizado (GANDA, BORUCHOVITCH, 2018). Ela só acontece quando o sujeito se percebe capaz de se responsabilizar pelo próprio processo de construção do conhecimento e se habilita a interagir com o seu meio a partir da consciência dos seus próprios processos cognitivos, socioemocionais e de sua forma de agir no mundo (ética).

Conforme Ganda e Boruchovitch (2018) a aprendizagem autorregulada está associada à melhor retenção de conteúdo, maior envolvimento com estudos e melhor desempenho acadêmico e mostra-se integralmente em conformidade com a metodologia por projetos e com o foco na pesquisa, características da Comunidade de Aprendizagem da Escola. Já a metacognição, que significa “pensar sobre o próprio pensar”, é o processo que possibilita que o ser humano observe e corrija seus pensamentos e suas ações, desenvolvendo estratégias cada vez mais sofisticadas de interação, construindo uma aprendizagem mais eficiente (JOU; SPERB, 2006). A meta cognificação favorece a autorregulação da aprendizagem num ciclo contínuo de aprendizagens significativas.

Todos esses processos são favorecidos na ECCA ao se promover tempos e espaços de reflexão constante às crianças e demais partícipes, sobre si mesmos e sobre suas relações com o meio, tanto nas atividades do dia a dia quanto nos momentos avaliativos. Ao rever os espaços, as estratégias e a função social da escola, de maneira a favorecer a construção gradativa e dialógica de aprendizagens bem como atitudes que impactem diretamente na construção da autonomia e do protagonismo de cada pessoa, respeitando os tempos individuais de aprendizagem, a proposta da ECCA também se alinha ao intuito da progressão continuada.

Na Educação Infantil, a avaliação acontece principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças) sem objetivo de promoção, mesmo para o Ensino Fundamental (art. 31, I, LDB 9.394/96). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática comporão o Relatório do Desenvolvimento Individual da Criança - RDIC, que terá sua publicação semestral; entretanto, sua elaboração é diária. A avaliação, que se diz formativa, será sempre a da observação do desempenho e do crescimento da criança em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares.

Ao avaliar, visamos captar as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento da criança bem como suas necessidades e interesses, guias primordiais do planejamento e das práticas.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: UM NOVO OLHAR EM RELAÇÃO À CRIANÇA

Com a objetivo de considerar a multidimensionalidade das crianças sem fragmentar conhecimentos, o Currículo em Movimento do Distrito Federal - Educação Infantil, edição revisada de 2018 adotou a abordagem por campos de experiências para subsidiar o planejamento dos objetivos, das condições e das aprendizagens a serem trabalhadas. Assim, espera-se que os campos de experiências sejam considerados, também, por ocasião da escrita dos Relatórios Descritivos.

As observações sobre as crianças devem subsidiar a construção do Relatório, considerando a prática pedagógica do professor, os seis Direitos de Aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se) e os cinco Campos de Experiências (Eu, o Outro e o Nós; Corpo Gestos e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaço, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações) de acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (2ª Edição, 2018).

REGISTRO PEDAGÓGICO: PRÁTICA QUE AUXILIA NO MOMENTO DA ESCRITA

Registrar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança em um relatório descritivo é a forma mais adequada de acompanhamento desse processo, bem como, as ações e intencionalidades educativas do professor e de toda a equipe de profissionais que fazem parte

dessa dinâmica. Desde o primeiro dia, o professor deve observar as crianças, de forma a analisar as reações emocionais de cada uma delas, a participação no grupo e suas demonstrações individuais de interesse.

Para o registro, o professor pode fazer uso da observação dirigida. Ao manter objetividade naquilo que se deve observar, poderá avaliar os avanços alcançados e as dificuldades que requerem sua intervenção. Esta postura abre a possibilidade de uma análise crítica e reflexiva do processo educativo vivido no ambiente educativo. Na elaboração do Relatório do Desenvolvimento Individual da Criança - RDIC é preciso considerar que: é por meio desse documento específico que as famílias terão uma visão geral da dinâmica da Instituição Educacional/Unidade Escolar, do desenvolvimento de seu trabalho junto às crianças e dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Assim, o professor deve procurar usar uma linguagem acessível e encontrar um momento para conversar com os responsáveis pela criança sobre o que foi avaliado; cada indivíduo é único, deve ter sua subjetividade considerada e respeitada.

Assim, não há como uniformizar relatórios de avaliação. Para tanto, o professor deve ter uma postura contemplativa e atenciosa para com as crianças individualmente; ▪ os critérios de avaliação devem ser flexibilizados quando se tratar de crianças com deficiência, com o objetivo de torná-los coerentes às suas condições e ritmo de aprendizagem; ▪ o ato de escrever deve ser precedido pelo ato de pensar. Antes de iniciar a escrita, o professor deve organizar suas ideias. Dessa maneira, poderá dedicar-se a sua redação; ▪ a construção do Relatório Do Desenvolvimento Individual Da Criança - RDIC deve ser fundamentada em coerência com a postura pedagógica do professor em uma avaliação processual e contínua.

Uma vez compreendida a aprendizagem como fenômeno dinâmico e transformador, nada pode ser considerado definitivo, estático. ao mencionar suas impressões sobre dificuldades apresentadas pela criança em determinado período de tempo ou atividade sejam elas relacionam ou cognitivas, é preciso que o professor tenha cuidado com a escolha dos termos utilizados na escrita; o Relatório é um documento oficial, deve-se primar pelo zelo, clareza do texto e pela correção do vocabulário escolhido. A sequência lógica dos conceitos e impressões são fundamentais para dar estilo apropriado/correto ao relatório; ao concluir o relatório, é importante que o professor finalize positivamente, incentivando ou elogiando os avanços da criança.

Demonstrando que acredita nela e em seu potencial. Importante revisar o relatório, pois ajuda a evitar equívocos indesejáveis. Professor, os registros pedagógicos servem também como elemento importante para autoavaliação de seu trabalho, na perspectiva de uma

práxis reflexiva. Os registros podem ser feitos por meio de: organização de um arquivo vídeo/fotográfico das diversas experiências pedagógicas realizadas durante o processo; descrição de situações do cotidiano feitas no caderno/agenda (atividades, brincadeiras e interações); anotações de observações durante o trabalho em pequenos grupos; anotações individuais da criança (observações realizadas acerca da participação em atividades, reações, e até alguma fala que chamou sua atenção); seleção das produções da criança, principalmente quando há a possibilidade de comparação de suas diferentes produções do mesmo tipo ao longo de determinado período (desenho livre, pintura, colagem, sanfona do grafismo, etc.); autoavaliação da criança: conversando com cada uma, você professor, pode retirar dela a análise de si mesma.

Tal postura corrobora para o protagonismo infantil. Para facilitar a escrita sugere-se um bloco de verbos que podem auxiliar o trabalho do professor na construção do RDIC. Lembrando que os mesmos só fazem sentido se articulados aos objetivos de aprendizagens constantes no Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (2ª Edição, 2018). (Demonstrar - identificar - interessar - empregar - discernir - reconhecer - valorizar - construir

- avançar - desafiar - observar - criar - montar - estabelecer - classificar - comunicar - utilizar - agir - distinguir - participar - encontrar - habilitar - propor - revelar - preparar - sugerir - elaborar

- colaborar - instruir - apresentar - dirigir - oferecer - auxiliar - atingir - contribuir - criar - ampliar - observar - perceber - perguntar - traçar - orientar - atender - enriquecer - construir - proporcionar - realizar - completar - levantar - definir -alcançar - compreender - ler - reagir - seguir - despertar – analisar...).

A progressão continuada das aprendizagens, também defendida pelas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, “coaduna-se com a perspectiva de avaliação formativa, uma vez que implica avançar enquanto se aprende e aprender à medida que se progride” (SEEDF, 2016, p. 14). Ao contrário do que o senso comum pode considerar, a progressão continuada não pressupõe promoção automática nem consiste em regularizar o fluxo escolar sem a garantia das aprendizagens necessárias. A proposta é a da efetivação do direito social à continuidade dos estudos sem interrupções e de uma aprendizagem significativa que, de acordo com Moreira e Massini (1982), permite ensinar levando-se em conta o que a criança já sabe e aprender sobre o que se pensa e o que faz sentido na vida. Para tanto, é necessária uma predisposição ao aprender e em continuar aprendendo, só construída a partir de uma proposta de aprendizagem que faça sentido à criança e considere o permanente feedback (retorno).

As práticas avaliativas na ECCA são realizadas a partir da perspectiva da avaliação formativa e de acordo com perspectivas dos docentes, estabelecidas conforme os segmentos no espaço-tempo da coordenação pedagógica e/ou individualmente. Desde o início do ano letivo de 2022 foram realizadas avaliações diagnósticas elaboradas pelos próprios docentes por meio de provas, testes da psicogênese, leitura, interpretação e produção de textos, desenhos, recortes, colagens entre outros. Foi aplicada também uma avaliação diagnóstica externa encaminhada pela SEEDF que avaliava os conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática. É também no ano letivo de 2022 que a ECCA começa a vivenciar uma nova forma de participação da comunidade escolar intitulado de “Encontro de Famílias”, no qual todos os segmentos têm a oportunidade de debater e refletir sobre os diferentes aspectos que constituem o espaço educativo. No primeiro semestre já foram realizados 4 encontros nos quais houve um expressivo comparecimento dos pais e responsáveis, além da participação ativa dos estudantes, docentes e outros profissionais da escola.

Um outro espaço-tempo importante para avaliar a instituição têm sido as coordenações pedagógicas coletivas, nas quais são debatidos todos os eventos realizados, identificando as falhas e ações exitosas. Além disso, tem sido um esforço diário o exercício efetivo da gestão democrática, trazendo para esses momentos a reflexão para conscientização do trabalho coletivo e colaborativo para o bom andamento da escola, principalmente no que se refere ao envolvimento de todos os profissionais no planejamento de ações e na resolução de problemas do cotidiano.

Os resultados obtidos foram confrontados com as expectativas iniciais dos professores que, a partir dos objetivos de aprendizagem previstos no Currículo em Movimento, se viram diante da necessidade de retornar para a recomposição das aprendizagens dos anos anteriores, visto que ficou evidenciado que o processo educativo foi diretamente impactado pelo ensino remoto nos anos de 2020 e 2021, devido a pandemia da COVID-19.

Para além das avaliações diagnósticas sobre as aprendizagens, o aspecto socioafetivo também foi considerado na organização do trabalho pedagógico e, em muitas turmas tornou-se o fio condutor dos docentes, pois, entendemos que os estudantes estavam ávidos por retomar as interações com seus colegas de turma.

No que se refere à educação inclusiva, a ECCA tem a preocupação em considerar, nas avaliações das aprendizagens, as singularidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com algum tipo de deficiência e/ou com Transtornos Funcionais Específicos (TFE). Os profissionais dos serviços de apoio à aprendizagem desenvolvem um trabalho de assessoramento pedagógico com os professores da UE com palestras, oficinas e colaboração

nos planejamentos e metodologias voltadas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este nível da avaliação ocorre, sempre, nas reuniões do conselho de classe, nas coordenações pedagógicas coletivas e em momentos com a comunidade escolar como ocorreu nos “ Encontros Família Escola deste ano; tomamos o Projeto da escola como ponto de partida e de chegada, analisa-se as potencialidades e fragilidades e, assim, sinalizamos as mudanças e as atualizações no documento e, sobretudo, nas práticas educacionais. Não avaliamos a instituição para expor ou punir pessoas, avaliamos para aperfeiçoar e melhorar o trabalho realizado. Na avaliação institucional consideramos os dados produzidos pelos exames, provas, índices e procuramos localizar no currículo as fragilidades e potencialidades do que a escola realiza. A intenção de uma avaliação formativa se aplica a avaliação institucional.

A Avaliação Institucional, aqui denominada Avaliação do Trabalho da Escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades da comunidade de aprendizagem, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. Trata-se de uma auto avaliação pela escola. Sua articulação com os outros dois níveis (aprendizagem em larga escala ou redes) faz-se, inclusive, quando traz para o centro da discussão os processos e procedimentos utilizados para realização dos trabalhos no interior da escola. A avaliação institucional aqui defendida analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializaram na avaliação que ocorreu no cotidiano da sala de aula.

Ao trazer para o espaço da Coordenação Pedagógica e do Conselho de Classe Participativo os dados emanados dos exames externos, a avaliação institucional abre agenda para análises e reflexões mais amplas. É nesse momento que se entende onde se localiza a mediação capaz de ser realizada por meio da avaliação institucional, avaliação da aprendizagem e avaliação de redes ou em larga escala. É importante que a avaliação do trabalho da escola não seja voltada para a avaliação de pessoas, com vistas à exclusão, punição ou premiação (SORDI, 2009).

Uma avaliação eficaz pode representar uma maneira ética de convidar os atores internos da escola a um diálogo entre si e com a comunidade, promovendo o sentido da qualidade negociada (BONDIOLI, 2004). Avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar é pauta constante desse nível da avaliação com o intuito de colocar quaisquer ações a serviço das aprendizagens.

Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e ou interventivos, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola.

A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Político-Pedagógico, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros. Essa avaliação não é isolada nem burocrática, pois a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa tornar evidente o caráter formativo que deve assumir. Não pode pressupor hierarquias demarcadas e solidificadas, pois todos avaliam e são avaliados.

A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores (LIMA, 2012). Nessa avaliação, deve-se contemplar a análise do trabalho escolar nas dimensões da:

- Gestão Pedagógica. Abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.
- Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais. Centra-se, sobretudo, na análise e acompanhamento dos processos e práticas de gestão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e em decorrência de seus resultados, tendo sempre como foco as aprendizagens.
- Gestão Participativa. Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias; a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.
- Gestão Participativa. Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias; a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

- **Gestão de Pessoas.** Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político Pedagógico da escola. Envolve a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

- **Gestão Financeira.** Abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais, de forma participativa e transparente.

- **Gestão Administrativa.** Abrange os processos de gestão de materiais, da estrutura física, do patrimônio, entre outros. A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação.

Existem diversos momentos propícios para a autoavaliação que devem ocorrer durante todo o ano letivo, como nos dias da avaliação pedagógica previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar e diversas outras reuniões.

Não podem ser momentos estanques de autoavaliação, mas propiciadores de discussão e reflexão coletiva. Lima (2012) lembra que o Conselho de Classe participativo é um dos momentos especiais para essa autoavaliação por oportunizar o encontro e o entrelaçamento dos três níveis da avaliação. É importante registrar as contribuições surgidas nesses espaços para que não se percam elementos significativos para a reorganização do trabalho da escola.

Os setores administrativos, as ações pedagógicas, os elementos da comunicação oral e escrita e todos os procedimentos que são demandados da escola ou que ela demande devem ser alvo desse olhar avaliativo.

AVALIAÇÃO EXTERNA/REDES/LARGA ESCALA

A ECCA entende que esses exames são importantes e sinalizam indicadores de qualidade; é signatária dos Exames Nacionais e considera o SIPAE DF como forte aliado para garantia das aprendizagens dos estudantes. A escola produz diariamente, todavia, os dados emanados desses índices, testes, exames e provas são úteis quando discutidos no interior da escola como sinalizamos no nível anterior, ou seja, na avaliação institucional.

As avaliações em larga escala têm como propósito fornecer subsídios para a formulação e o monitoramento de políticas públicas educacionais com intuito de redirecionar as práticas pedagógicas. O Plano Distrital de Educação - PDE, instituído pela Lei nº 5.499/2015, destinado a contribuir para a construção de unidade das políticas educacionais, estabelece objetivos e metas e traz em seu escopo a construção e implementação de sistema permanente de avaliação educacional.

Destacamos as Metas 1, estratégia 1.7, Meta 2, estratégia 2.29, Meta 3, estratégia 3.21, Meta 5, estratégia 5.6 e Meta 7, estratégias 7.22 e 7.23, que tratam da implantação, criação e garantia de sistemas e processos de avaliação sistemáticas. Em 2023 apresentamos à comunidade escolar as avaliações e exames existentes em âmbito nacional e internacional e a respectiva previsão de quando acontecerão. No manual Catálogo Avaliações & Exames da SEEDF de 2023 constam informações sobre os conceitos, objetivos, histórico, procedimentos, periodicidade e público-alvo de cada avaliação e exame destinados ao ensino fundamental - anos iniciais e finais - e ensino médio. São eles: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciência - TIMSS, Estudo Internacional de Progresso em Leitura - PIRLS, Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania - ICCS, Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal - SIPAEDF, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e Programa de Avaliação Seriada - PAS.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em cumprimento ao Plano Distrital de Educação, em especial, à meta 7, referente à implementação do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF), elaborou o Diagnóstico Inicial 2023. Trata-se de provas que têm por finalidade verificar o desempenho dos estudantes da rede pública de ensino do DF nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática, em habilidades que são consideradas fundamentais para a continuidade dos estudos. O Diagnóstico Inicial 2023 oportuniza à unidade escolar por meio das provas elaboradas com itens autorais com base no Currículo em Movimento, o levantamento de informações referentes aos conhecimentos prévios dos(as) estudantes, podendo seus resultados serem também utilizados pelos níveis intermediário e central.

Para o(a) professor(a), os resultados auxiliam no planejamento de ações pedagógicas mais assertivas, bem como direcionam as práticas pedagógicas com vistas à superação das fragilidades evidenciadas. Para os(as) gestores(as) das unidades escolares, agentes do nível intermediário (CRE) e nível central da SEEDF (Subsecretarias), os resultados subsidiam o

estabelecimento de metas, objetivos, ações conscientes e participativas que visam atender o direito à aprendizagem dos(as) estudantes. A aplicação do Diagnóstico Inicial 2023 deve ser feita no período de 22/05 a 26/05/2023 de modo a garantir a participação de todos(as). É de responsabilidade do corpo docente, independentemente da turma da qual é regente ou do componente curricular ministrado, a aplicação do Diagnóstico Inicial 2023.

Em âmbito nacional, são realizadas, a cada biênio, avaliações de larga escala, para verificação da qualidade do ensino do país. Estas avaliações são: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, destinada aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e Prova Brasil, para alunos do 5º ano. A partir do ano de 2017, a Provinha Brasil, específica para alunos que cursam o 2º ano, que avalia a alfabetização do período, tanto em linguagem quanto em alfabetização matemática, passou a ser aplicada apenas nas escolas do DF, pois deixou de ser obrigatória nos outros estados brasileiros.

SAEB é a maior e mais longeva avaliação educacional brasileira. Surgiu no início da década de 1990, no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988 e dos esforços nacionais pela universalização do ensino fundamental. No decorrer de suas edições, o Inep realizou uma série de aprimoramentos teórico metodológicos na avaliação. Em 1995, por exemplo, foi adotada uma nova metodologia de construção do teste e análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Com isso, passou a ser possível comparar os resultados das avaliações ao longo do tempo. Começou, também, nesse momento, o levantamento de dados contextuais por meio de questionários. Já em 2005, o Saeb foi reestruturado e passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. Logo em 2007, nasceu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador que combina as médias de desempenho dos estudantes, oriundas do Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar. Assim, o Ideb passou a oferecer um retrato da qualidade da educação básica no país.

Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), passou a compor o Saeb, colocando a alfabetização em foco na avaliação. No ano de 2017, o Saeb iniciou a avaliação de forma censitária também da 3ª e 4ª séries do ensino médio, além do 5º e 9º anos do ensino fundamental. Às vésperas de completar três décadas de realização, a edição 2019 do Saeb marcou o início de um período de transição entre as matrizes de referência utilizadas desde

2001 e as novas matrizes elaboradas em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A avaliação passou por uma nova reestruturação, pois em atendimento à Resolução CNE nº 2, de 22 de dezembro de 2017, as matrizes de referência das avaliações educacionais em larga escala deveriam estar alinhadas ao novo referencial curricular. Além disso, a avaliação da alfabetização passou a ser realizada no 2º ano do ensino fundamental, de forma amostral. Em 2019, também se deu início à avaliação da educação infantil, em caráter de estudo-piloto, com a aplicação de questionários eletrônicos para professores e diretores, além de secretários municipais e estaduais.

As habilidades socioemocionais, elemento importante das competências gerais apresentadas na BNCC, compõem o eixo Cidadania, Direitos Humanos e Valores da matriz mestre do Saeb. Porém, esse tema não foi investigado no questionário contextual de 2019 e não compõe, até o momento, os testes cognitivos. Em 2021, as escolas particulares foram incluídas de forma amostral. Reformas curriculares dominaram as tendências das políticas educacionais do século XXI.

Para citar exemplos, em 2017, foi sancionada a Lei do Novo Ensino Médio, que, em linhas gerais, altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conferindo maior flexibilização ao currículo da etapa. Já em 2018, além da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou a Agenda Educação 2030, após a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Unesco.

Ademais, em 2019, foi instituída a Política Nacional da Alfabetização (PNA). Por conseguinte, todas essas reformas levarão à reformulação das avaliações processuais formativas e aos sistemas de avaliação de larga escala. Por conseguinte, espera-se novas orientações do INEP para a aplicação do Saeb 2023

Em resumo: 2019: estudo-piloto para a avaliação da educação infantil; testes de língua portuguesa e de matemática para o 2º ano do ensino fundamental já alinhados à BNCC; testes de ciências humanas e de ciências da natureza para o 9º ano do ensino fundamental já alinhados à BNCC. 2021: implementação da avaliação da educação infantil, realizada por meio da aplicação de questionários eletrônicos para professores e diretores de creches e pré-escolas, bem como gestores das redes. 2023: testes de linguagens e matemática para os 5º e 9º anos do ensino fundamental alinhados à BNCC; testes de ciências humanas e de ciências da natureza para o 5º ano do ensino fundamental alinhados à BNCC. 2025: testes para o ensino médio alinhados à BNCC.

A periodicidade da aplicação é bianual. As provas são aplicadas a cada dois anos com estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, sendo a aplicação da avaliação em anos ímpares e a divulgação dos resultados em anos pares.

No mês de março do ano letivo de 2022 foi aplicada na rede pública de ensino do DF, como avaliação de larga escala, a prova “Diagnóstico Inicial 2022” para os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Para a SEEDF, “A análise dos resultados deste instrumento avaliativo possibilitou a implementação, o acompanhamento de políticas públicas, como a Educação Integral em Tempo Integral na ECCA bem como favoreceu os docentes e gestores, visibilidade do panorama das aprendizagens, com vistas a subsidiar o planejamento, as intervenções e o trabalho pedagógico como um todo.” (SEEDF, 2022, *ON-LINE*).

O CONSELHO DE CLASSE E SEU USO FORMATIVO

O Conselho de Classe planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é ao mesmo tempo-espço de planejamento, organização, avaliação e retomada do Projeto Político-Pedagógico da escola. É a instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala, sendo um momento privilegiado para autoavaliação da escola (LIMA, 2012).

Quando o Conselho de Classe consegue refletir sobre os índices de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula, sobretudo com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada na direção da avaliação aqui defendida e consegue promover a desejada autoavaliação da escola.

Para Dalben (2004), o Conselho de Classe insere-se como um Colegiado potencializador da gestão pedagógica da escola. O Conselho de Classe é desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam. Orientamos que sejam envolvidas as famílias, outros profissionais da escola e os próprios estudantes para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidas as aprendizagens de todos na escola.

Alertamos para que essa instância não se torne um espaço hostil em que prevaleça o uso da avaliação informal de maneira negativa para expor, rotular, punir e excluir avaliados e ou avaliadores. Os eventos ou momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos. Entende-se que todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como à proposição de intervenções que favoreçam seu progresso.

Mesmo que o professor utilize informações obtidas por meio da avaliação somativa (avaliação da aprendizagem), seus resultados devem ser analisados de forma integrada à avaliação formativa. Notas ou conceitos podem conviver com a avaliação formativa, desde que não tenham fim em si, isto é, não sejam o elemento central, nem os estudantes incentivados a estudar com vistas apenas à sua obtenção.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 desta legislação: O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por: I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; II – representante dos especialistas em educação; III – representante da carreira Assistência à Educação; IV – representante dos pais ou responsáveis; V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhido por seus pares, sendo garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas; VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da escola ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada escola elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

A organização ou dinâmica das reuniões do Conselho de Classe é de autonomia da escola, observadas estas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014). É conveniente a existência de momentos anteriores ao Conselho de Classe para que os grupos ou segmentos possam, com seus pares, dialogar e autoavaliar-se antes da reunião ordinária. Os registros dessas análises e das reuniões ordinárias do Conselho de Classe devem ser realizados em

formulários específicos elaborados e disponibilizados pela SEEDF. momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Pós-conselho: momento e que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros. Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico: Organização Do Trabalho Pedagógico Na Escola (OTP) Faces Da Mesma Moeda

Não podemos separar o debate e nem as práticas que unem a avaliação, o currículo e o planejamento. Ideia é a de avaliar para aprender, aprender para agir e agir para avançarmos. Estudar e pesquisar na escola sobre seus espaços e práticas pode, a médio prazo, tornar a escola um lugar de aprendizagens mais éticas e significativas. Nossos estudantes não aprendem somente conteúdos e conceitos, as atitudes dos profissionais e a forma como a escola se organiza ensina bastante.

Nesse sentido é que evocamos a necessária construção, reconstrução e ou avaliação do PPP como forma de evidenciar a organização do trabalho na instituição escolar. Em meio aos inúmeros desafios que movimentam a escola de educação básica, a construção do seu projeto político-pedagógico – PPP – representa, nesse sentido, a oportunidade de a instituição superar obstáculos e potencializar seus acertos.

O projeto da escola é um documento cujos rumos precisam ser definidos e acordados entre todos que a habitam. Se existe um início, então deve haver um fim, não é? Nem sempre, o projeto da escola não termina como também não se encerram as inúmeras questões que a invadem todos os dias.

Sendo assim, o primeiro passo foi sentarmos, respirarmos e entendermos que somos seres históricos e nossas ideias, como tudo que realizamos, possuem prazos de validade. Vamos contribuir com o agora, vamos deixar nossas marcas e nossos passos, eles são nossas maiores contribuições. A escola precisa lançar mão de algo que chamamos de avaliação do trabalho da escola ou avaliação institucional.

O PPP precisa ser avaliado, ele se faz representar por meio de todos os hábitos, culturas e formas de agir na instituição durante o ano letivo. Começamos nos autoavaliando, refletindo sobre nossas práticas e contribuições ao longo desse processo. Em seguida, definimos algumas categorias do trabalho pedagógico que precisam dessa reflexão. Para tanto, apresentamos algumas questões que foram base das nossas avaliações do e no PPP:

- ✓ Como tem ocorrido a coordenação pedagógica na escola?
- ✓ O que temos feito e precisa ser mantido, o que precisamos melhorar?
Como tenho colaborado para melhorar esse espaço por meio do meu trabalho?
- ✓ Qual a qualidade dos instrumentos, procedimentos e processos avaliativos que usamos na instituição?
- ✓ Temos primado pela sua qualidade? Como são elaborados? Há participação de colegas?
- ✓ Sou aberto a essas avaliações ou temo que avaliem meu trabalho?
- ✓ De que maneira tem ocorrido a aproximação, contato e comunicação com a comunidade escolar?
- ✓ Quais as relações da escola com nosso público, desde a portaria da escola, passando pelo balcão da secretaria escolar até a sala da direção?
- ✓ Que projetos didáticos, interventivos ou outros foram elaborados considerando uma avaliação diagnóstica séria, em todos os componentes curriculares?
- ✓ Esses projetos atendem às necessidades dos estudantes? Como posso auxiliar minha escola a crescer nesse campo ou área?

Diante do que foi exposto, alguns passos foram são tomados, iniciando pela retomada do projeto da escola, de modo a assegurar o que a instituição pensa e o que faz no nível do planejamento, do currículo e da avaliação. Os documentos oficiais da rede precisavam e foram considerados.

Além do Currículo, temos o Regimento Escolar, as Diretrizes que atendem as diversas etapas e modalidades da educação básica. Tudo isso leva em conta a função social da escola, voltada para a qualidade social do seu trabalho.

O caderno “Pressupostos teóricos do Currículo” foi nosso ponto de partida em todo o processo.

Com um cronograma previamente elaborado com o coletivo escolar, a Escola encontra-se com todos os segmentos para avaliar o documento PPP de modo que observem também quais os projetos serão mantidos ou quais serão necessária reformulação. Os critérios elaborados no coletivo precisam buscaram ser claros e imparciais, e o olhar investigativo da gestão também é fundamental para promover a avaliação do PPP da UE.

No ano letivo de 2023, alguns aspectos do presente PPP foram reavaliados pelos profissionais da UE nas coordenações pedagógicas e também com os outros segmentos da comunidade escolar nos Encontros de Família realizados no 1º semestre. Consideramos que outros elementos precisam passar por análises e reflexões para que se façam as alterações necessárias.

Por isso, serão agendados novos momentos coletivos de discussão no 2º semestre de 2023. No quadro abaixo apresentamos o cronograma de revisitação do PPP desta UE:

AÇÕES/ DATAS

08/02 Levantamento sobre situações-problema/projetos

10/02 Construção do Cronograma de ações para a construção do PPP

23/02 Estudo sobre o PPP na coordenação com apontamentos para a Reunião de Pais Montagem de Grupos de Coordenação das Ações

25/02 Encontro de Famílias - Diálogo com a Comunidade Escolar

16/03 Estruturação dos textos do PPP (Autores, revisores e organizadores)

27/04 e 04/05 Construção de Metas/Readequação Curricular

14/05 Encontro de Famílias – Avaliação sobre as ações das dimensões administrativas, pedagógica, financeira e interação escola/comunidade

- 15/06** Construir cronograma de avaliação e acompanhamento do PPP no segundo semestre Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar
- 08/07** Diálogos com a Comunidade sobre PPP da instituição e apresentação de cronograma de continuidade dos debates sobre PPP para o segundo semestre
- 03/08** Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre
- 13/08** Avaliação das ações do 1º semestre
- 17/08** Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre
- 31/08** Revisão e escrita final do diagnóstico da realidade apontada pelas discussões com a Comunidade
- 21/09** Revisão das Propostas de Trabalho e Construção do Fórum de Discussões com a Comunidade
- 21/10** Fórum de Discussões com a Comunidade, considerações finais sobre o PPP
- 25/11** Finalização do Texto do PPP 2023 com apontamentos para o PPP 2024
- 16/12** Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PEDAGÓGICA

A Gestão Escolar na perspectiva da Gestão Democrática se organiza nas seguintes dimensões a baixos contextualizadas:

A gestão pedagógica da escola é, sobretudo, a gestão do currículo e do seu projeto pedagógico. A equipe gestora em diálogo com docentes e toda a comunidade de aprendizagem da escola entende que a gestão pedagógica é prioritária, urgente e central. O monitoramento dos resultados não define o cerne desta gestão, as condições de acesso, permanência e o sucesso dos estudantes sim. Nossa compreensão é a de que os resultados são importantes quando houve cuidado com todo o processo desde seu planejamento.

Sendo assim são esses os objetivos da gestão pedagógica desta instituição seguidos das *metas*:

OBJETIVOS

- Expandir a prática educacional para além de seus muros; envolver ativamente a comunidade externa; aprofundar a gestão democrática; estabelecer relações entre pessoas sob a lógica da cooperação; estabelecer Práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável; romper a lógica tradicional dos tempos escolar.
- Eliminar, gradativamente, a reprovação com garantia das aprendizagens de todos os estudantes.
- Adotar como eixo metodológico a ênfase na pedagogia de projetos e nas aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino de modo que todos os estudantes avancem com aproveitamento real.
- Inserir 100% dos estudantes com defasagem idade/série e que apresentam dificuldade e/ou lacunas de aprendizagem no Projeto Interventivo e em atividades diversificadas e na Educação Integral.
- Envolver 100% dos estudantes nos projetos de forma que eles possam se identificar como parte integrante de cada ação proposta. Envolver, através de reuniões bimestrais, a comunidade, pais e Conselho Escolar no Projeto de Avaliação Institucional.
- Fortalecer o projeto específicos

METAS

Nenhuma criança fora: como escola pública, a ECCA se direciona a diminuir as desigualdades sociais, favorecendo o acesso a uma educação de qualidade a todas as crianças Rotina pedagógica respeitosa às famílias, às crianças e às equipes profissionais. Reconhecer comunicação não violenta.

Comunidade escolar com um PPP elaborado de forma participativa, considerando e estimulando a complementaridade entre os diferentes espaços e os

diversos agentes educativos que estão em seu território. Uma Escola onde a ampliação da jornada escolar possa acontecer por meio de atividades de Acompanhamento Pedagógico, Cultura e Artes, Cultura Digital, Comunicação e Uso de Mídias, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Investigação no campo das ciências da natureza, Educação Econômica, Promoção da Saúde, Esportes e Lazer. E onde essas atividades sejam “fortalecedoras” às das aulas regulares.

AÇÕES

Realização de projetos, acompanhamento e as intervenções necessárias.

- Atendimento individualizado, trabalho diversificado, ludicidade e outros recursos didático-pedagógicos.
- Garantir o adequado funcionamento dos serviços prestados pela Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem e “Recuperação Paralela”.
- Estimular por meio de projetos e atividades pedagógicas atrativas o gosto pela leitura, escrita e investigação científica dos estudantes.
- Propor experiências e situações que favoreçam a aprendizagem, desafios de aprendizagem,
- Projeto Dente de Leão, Projeto Biblioteca, Projeto Matemática,
- Rodas de conversas em todos os contatos da comunidade
- Aprendizagem significativa construção do conhecimento pelas próprias crianças.
- Diagnósticos, Atas, Conselhos de Classe, Relatórios Portfolios, Projetos, Observação Por meio de reuniões semanais, de conselhos de classe e das observações diárias do desempenho acadêmico dos estudantes;
- Atas de registros dos encontros realizados;
- Através da pesquisa com a comunidade escolar.
- Avaliação ANUAL

GESTÃO DE PESSOAS

Abrange processos e práticas visando ao envolvimento e ao compromisso das pessoas (corpo docentes e demais profissionais, mães, pais e demais responsáveis e estudantes) com o PPP da escola. Isso significa buscar a integração dos diversos segmentos da escola; o desenvolvimento profissional contínuo; a melhoria do clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

Nesse sentido, pretende-se que os princípios que orientam a concepção de educação da Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe fundamentam também a gestão de pessoas. Para o alcance desse aspecto, deve ser construído o Acordo de Convivência Coletivo. Além disso, integra o Planejamento Estratégico da escola reconhecendo todos e todas as servidoras da escola, inclusive merendeiras, porteiros, agentes de limpeza, como efetivos educadores e educadores, a fim de se promover ações de formação a todos os grupos envolvidos na comunidade. Por fim, integra também a gestão de pessoas a atuação em busca de profissionais que atuem de forma permanente na escola, diminuindo-se o percentual de equipes docentes oriundas de contrato.

A gestão democrática não se resume ou se define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto práxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento, a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

- Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno.
- Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola;
- Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos estudantes e crianças dentro do processo de ensino aprendizagem.

- Organizar os Conselhos de Classe e os participativos nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos positivos e negativos, buscando soluções dentro da proposta pedagógica.

A gestão democrática não se resume ou define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto práxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

a) Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno.

b) Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola;

c) Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos alunos dentro do processo de ensino aprendizagem.

d) Organizar os Conselhos de Classe nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos de fragilidade e potencialidades, buscando soluções dentro da proposta pedagógica.

e) Socializar com a equipe pedagógica, funcionários e professores todas as informações obtidas: Leis, instruções, Normas que regulamentam o processo educacional.

f) Manter com a comunidade escolar mecanismos de comunicação eficientes como circulares, bilhetes, redes sociais.

g) Possibilitar aos funcionários o acesso a cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidades de estudo dentro e fora da escola com cursos da EAPE, coordenações coletivas, seminários, simpósios, congressos e palestras oportunizados pela SEE e pela IE.

h) Implementar oficinas de aprendizagem estimulando a exposição dos talentos individuais dentre professores e demais funcionários da IE. Montar grupos de estudos para discutir as propostas vindas da SEEDF.

j) Proporcionar ao corpo docente e funcionários, momentos de integração para dinâmica de grupo, socialização de experiências para estimulá-los a buscar sempre novos desafios.

k) Aproveitar as coordenações coletivas dos professores para discutir proposta que venham contribuir na melhoria da qualidade de ensino. Promover momentos de estudos sobre as leis que regem as carreiras, destacando seus direitos e deveres.

l) Realizar reuniões pedagógicas, conscientizando os professores e funcionários da necessidade de encontrar caminhos mais prazerosos para concretização do processo ensino aprendizagem, construindo uma pedagogia centrada no aluno e não só no conteúdo.

m) Realizar semestralmente avaliações institucionais, através de reuniões, autoavaliações, discussões em grupos, apresentação de pontos de vistas, promovendo assim uma avaliação de desempenho a partir da visão de si mesmo e dos seus pares.

n) Estabelecer uma parceria com o batalhão escolar que assista a escola em suas necessidades, inibindo a indisciplina e minimizando os impactos da violência na escola.

A ECCA busca fortalecer os princípios da Gestão Democrática conforme expresso no Regimento Interno da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2019), que tem como objetivo fomentar a participação coletiva e colaborativa de todos os segmentos da unidade escolar.

Por diversas razões como saída de profissionais entre outros, atualmente a ECCA está com o Conselho Escolar incompleto e, por isso, a validação das ações financeiras e técnico- pedagógicas se dá por meio de convocação de assembleia da comunidade escolar. Membros da Unidade Executora - Caixa Escolar • Associação de Pais e Mestres.

A ECCA vislumbra a participação dos órgãos colegiados no processo, que são: o Conselho Escolar, Assembleia Geral e as instituições escolares: Conselho Escolar, Caixa Escolar, PDAF e PDDE.

RECURSOS FINANCEIROS BREVE HISTÓRICO

Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foi criado para gerar autonomia financeira nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino (CRE's), nos termos do projeto político-pedagógico e planos de trabalho de cada uma. Criado por decreto em 2007, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), que repassa recursos diretamente para escolas públicas do DF, virou lei em 2017.

Os recursos são consignados na Lei Orçamentária Anual do DF. Já os critérios para distribuição entre as escolas e coordenações são estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação, bem como os limites por categoria de despesa. A base é de R\$ 55 por aluno (per capta), variando de acordo com as modalidades de ensino. Os recursos podem ser utilizados para a aquisição de materiais de consumo; contratação de serviços de pessoa física ou pessoa jurídica, para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações físicas das unidades escolares; compra de gás liquefeito de petróleo (GLP); pagamento de serviços contábeis; tarifas bancárias para manutenção de conta, despesas com talão de cheques, dentre outras; ressarcimento de despesas, previsto em legislação; pagamento de despesa cartorária por alteração em estatuto da unidade executora ou, ainda, com alteração para recomposição de membros da diretoria; pagamento em contratação de pessoa física e contratação de transporte de alunos, exclusivamente para participação em eventos culturais e/ou culminância de projeto pedagógico, desde que a SEEDF não possua disponibilidade para o atendimento.

As despesas de capital serão possibilitadas na aquisição de materiais classificados como permanentes. Para isso, as unidades devem adotar procedimentos objetivos e simplificados para aquisição e/ou contratações com os recursos, com pesquisa de preço em, no mínimo, três empresas distintas, semelhantes nas atividades econômicas, com CNPJ, Certidão negativa de débitos junto à Receita Federal do Brasil.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) criado em 1995, tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Em ambos os Programas a Equipe Gestora juntamente com os membros que compõem a Unidade Executora fazem uma consulta antecipada na comunidade escolar para ouvir as necessidades da Escola. Esta iniciativa visa colher sugestões para melhor aplicar o dinheiro.

De acordo com o art. 6o da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal é garantida a autonomia da gestão financeira escolar. Para efetivação dessa autonomia, a Escola conta com a, que é a Unidade Executora das verbas públicas e que também administra as verbas oriundas das contribuições voluntárias dos associados, de doações e da renda obtida em eventos da escola. A Caixa Escolar é composta por representantes dos segmentos das famílias da escola, equipes docentes e demais profissionais, eleitos em Assembleia Geral, e tem a função de colaborar na gestão, nas questões de benfeitorias a serem realizadas bem como as prioridades na aquisição de bens permanentes e de consumo, atuando ao lado dos órgãos colegiados, legais e regimentais, da escola, sendo importante instituição no aprofundamento da experiência da Comunidade de Aprendizagem.

Diante disso, como proposta de ação está a de estabelecer uma nova dinâmica de ação ordinária, estruturando sua rotina, e efetivar parcerias que ampliem as possibilidades financeiras da escola, como a busca de emendas parlamentares junto à Câmara Legislativa e de patrocínio junto a Embaixadas e empresas para ações específicas.

A GESTÃO ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa envolve os processos de gestão de materiais, de estrutura física, de patrimônio, de matrículas, entre outros, e é capitaneada pela equipe gestora da escola, nos termos da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal. No entanto, essa mesma lei, em seu art. 37, informa que a equipe gestora é formada por diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria, conforme a modulação de cada escola”. Ou seja, a questão da autonomia da escola também perpassa a formação da equipe gestora, que deve ser levado em conta na constituição da Comunidade de Aprendizagem da ECCA.

Para mensurar a complexidade da gestão escolar, o INEP criou um indicador que resume em uma única medida as informações de porte, turnos de funcionamento, nível de complexidade das etapas e quantidade de etapas ofertadas. Esse indicador classifica as escolas em grupos/níveis de complexidade de 1 a 6 em ordem de menor para maior complexidade de gestão. Em outras palavras, quanto maior o número, maior a complexidade para gerir a unidade escolar conforme o porte da escola (BRASIL, 2014).

A Escola Classe Córrego do Arrozal Norte situa-se no nível 2 de complexidade, o que significa uma escola com porte “entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada” e Educação Integral. Em outras palavras, seria uma escola de baixa complexidade administrativa. Mas, a realidade de uma escola do campo traz inúmeras dificuldades como:

A partir do que foi percebido dentro dos demais círculos de gestão (democrática, pedagógica, de pessoas, financeira), conclui-se que a gestão de uma Comunidade de Aprendizagem envolve bem mais fatores do que os mensurados pelo INEP e apresenta-se de forma bem mais complexa. Diante disso, a proposta deste PPP é empoderar cada círculo de gestão como instância administrativa, capaz de realizar, acompanhar e avaliar os diversos processos de que fazem parte. Para tanto, pretende-se criar uma plataforma digital para acompanhamento pela escola e pela família do desenvolvimento de cada criança e promover a transição dos diversos processos escolares para softwares livres.

GESTÃO ADMINISTRATIVA – ESTRATÉGIAS E NECESSIDADES

Nenhuma ação dentro da escola é, somente, administrativa. Todas se destinam a melhoria da atividade fim, qual seja: ensino-aprendizagem. Nesse sentido as estratégias para ampliação e reforma de toda a escola são realizadas para atender as necessidades das crianças e dos profissionais que com elas trabalham diariamente. Nesse sentido sinalizamos alguns elementos que são prioridade nesse e nos próximos anos na ECCA:

Ampliação e reforma Quadra de esportes, Ampliação do quantitativo de salas de aulas e outros espaços para os estudantes como sala para múltiplas funções. Bancos e mesas de concreto para área verde (sala de aula ecológica). Aquisição de novos equipamentos para secretaria escolar, salas de aula, brinquedoteca e sala dos professores. Aquisição de internet de boa qualidade para atender as salas de aula de toda a escola. Brinquedos, jogos, fantasias, palco móvel para teatro e apresentações, material de papelaria, artes e produção para apoio às aulas e oficinas com os estudantes. Material para psicomotricidade. Formação dos funcionários. Palestras, oficinas, estudos e pesquisas realizados no âmbito da escola e com parcerias.

A gestão administrativa envolve os processos de gestão de materiais, de estrutura física, de patrimônio, de matrículas, entre outros, e é capitaneada pela equipe gestora da escola, nos termos da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal. No entanto, essa mesma lei, em seu art. 37, informa que a equipe gestora é formada por “diretor e vice-diretor,

supervisores e chefe de secretaria, conforme a modulação de cada escola”. Ou seja, a questão da autonomia da escola também perpassa a formação da equipe gestora, que deve ser levado em conta na constituição da Comunidade de Aprendizagem da ECCA.

Para mensurar a complexidade da gestão escolar, o INEP criou um indicador que resume em uma única medida as informações de porte, turnos de funcionamento, nível de complexidade das etapas e quantidade de etapas ofertadas. Esse indicador classifica as escolas em grupos/níveis de complexidade de 1 a 6 em ordem de menor para maior complexidade de gestão. Em outras palavras, quanto maior o número, maior a complexidade para gerir a unidade escolar conforme o porte da escola (BRASIL, 2014).

A ECCA situa-se no nível 2 de complexidade, o que significa uma escola com porte “entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada”. Em outras palavras, seria uma escola de baixa complexidade administrativa.

A partir do que foi percebido dentro dos demais círculos de gestão (democrática, pedagógica, de pessoas, financeira), conclui-se que a gestão de uma Comunidade de Aprendizagem envolve bem mais fatores do que os mensurados pelo INEP e apresenta-se de forma bem mais *complexa*. Diante disso, a proposta deste PPP é empoderar cada círculo de gestão como instância administrativa, capaz de realizar, acompanhar e avaliar os diversos processos de que fazem parte. Para tanto, pretende-se criar uma plataforma digital para acompanhamento pela escola e pela família do desenvolvimento de cada criança e promover a transição dos diversos processos escolares para softwares livres.

PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

Além das estratégias como reagrupamentos, projetos interventivos e outras ações inerentes aos Ciclos para as Aprendizagens, a escola desenvolve projetos que vieram ao encontro das necessidades diagnosticadas junto à comunidade escolar. Eles potencializam e reforçam o compromisso da escola com sua missão e valores anteriormente citados.

A Pedagogia de Projetos é uma proposta interdisciplinar de trabalho pedagógico que mobiliza os estudantes para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, além de oportunizar aos professores o planejamento de situações de aprendizagem mais significativas. Para a realização das etapas dos projetos, os docentes podem utilizar diversas estratégias como, por exemplo, as sequências didáticas, que tornam o processo educativo menos fragmentado (DIRETRIZES, 2014).

Os profissionais da ECCA buscam desenvolver projetos de acordo com as especificidades dos serviços de apoio à aprendizagem, das turmas/segmentos e também projetos com temáticas comuns a toda a escola. A seguir apresentaremos os projetos que são desenvolvidos.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A Coordenação Pedagógica tem papel fundamental “na elaboração, na implementação, no acompanhamento e avaliação do PPP das escolas, na orientação e coordenação da participação dos professores no PPP, e na proposição de ações educativas que busquem a melhoria na qualidade do trabalho pedagógico” (SEEDF, 2012, p.113).

Considerando o momento de transição que a escola vive, com alterações de suas práticas pedagógicas, todas as ações, do planejamento à avaliação são diretamente acompanhadas, havendo um fortalecimento do espaço de coordenação pedagógica. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar as ações a fim de se garantir a coerência interna com o projeto da escola.

Assim, o planejamento anual das atividades é feito no ano anterior, juntamente com a equipe gestora e demais equipes. Na semana pedagógica, esse planejamento é apresentado e adaptado à realidade do ano vigente. Ao longo do ano, ocorrem reuniões de coordenação pedagógica geral e por equipes. No âmbito presencial, as reuniões acontecem semanalmente, às quartas-feiras. No entanto, considerando a necessidade de encontro de todas as equipes, para uma unificação das propostas, a escola iniciou encontros gerais, mensais, em turnos alternados: ora, pela manhã, ora pela tarde, ou até mesmo pela noite, compactuando os horários de aula das crianças. É preciso, porém, deixar claro que a Coordenação Pedagógica da ECCA, coerente com o projeto de Comunidade de Aprendizagem, assume uma perspectiva de coordenação em contraposição a uma simples ordenação. Isso significa que se busca constituir como um espaço-tempo de ação solidária que realize:

Promover a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico (inclusive nos conselhos de classe e na avaliação institucional), a reavaliação das práticas institucionais, docentes e discentes, o processo formativo e a autoformação, contemplando: o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, o conhecimento mais aprofundado dos estudantes, a avaliação e autoavaliação e a articulação do coletivo em torno da construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Buscando:

- Recuperar o sentido coletivo do trabalho docente;
- Viabilizar o alcance dos objetivos apresentados no projeto político pedagógico;
- Promover a fala e a escuta sensível;
- Concretizar um colegiado pedagógico.

Um objetivo essencial do trabalho da Coordenação Pedagógica é promover o crescimento e a construção da autonomia pedagógica dos profissionais com os quais desenvolve suas funções. Nesse sentido o papel das coordenadoras é:

- Articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola;
- Discutir o entendimento de teoria e de prática, mostrando que as referências para a construção de teorias são sempre as práticas constituídas pela humanidade;
- Ouvir os/as professores/as para identificar suas demandas práticas;
- Articular teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões;
- Solicitar aos professores sugestões de textos, reportagens, livros que tenham lido, estudado e que recomendam ao grupo;
- Identificar professores com saberes e práticas pedagógicas interessantes para socializarem com o grupo.

Elaborar, aplicar e avaliar projetos interventivos, reagrupamentos e outras estratégias inerentes aos Ciclos.

- orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico;
- divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas.

Dentro da perspectiva da coordenação pedagógica como espaços e tempos privilegiados de formação continuada em serviço, a Coordenação Pedagógica de a Escola lidar com a práxis pedagógica.

CONSELHO ESCOLAR

OBJETIVOS

Acompanhamento e execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. Envolver e fortalecer o compromisso da Comunidade Escolar com o PPP. Proporcionar interação das famílias

METAS

Aumentar a participação da Comunidade e dos estudantes nas instâncias escolares.

O Estabelecimento de articulações e parcerias e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar e escola.

AÇÕES

Participar das reuniões coletivas como Assembleia, Reuniões ordinárias do Conselho, Caixa Escolar. Realização de atividades culturais

INDICADORES

Por meio das reuniões, diálogos presenciais, rodas de conversas

Anual

RESPONSÁVEIS

Equipe gestora

Supervisão

Comunidade

PRAZOS

Anual

BIBLIOTECA

A biblioteca Flor do Cerrado possui um acervo de cerca de 3000 exemplares entre títulos disponibilizados inclusive de forma on line para reserva de estudantes e equipe pedagógica possibilitando a pesquisa de assuntos a serem trabalhados de acordo com o PPP da escola assim como títulos para a formação continuada dos profissionais da escola (equipe pedagógica, vigias, merendeiras, serviços gerais, gestão etc.).

Nosso papel como professoras da biblioteca é buscar sempre incentivar a prática da leitura, não só didática, mas também a leitura lúdica e prazerosa, estímulo que deve ocorrer desde as primeiras vivências do estudante no ambiente escolar.

Segundo o Manifesto da Biblioteca Escolar, elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na sua Conferência Geral, em novembro de 1999, “Os profissionais da biblioteca apoiam a utilização de livros e outras

fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino. Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de alfabetização, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação.” Esse é um dos princípios fundamentais que apoiam o nosso projeto.

OBJETIVOS:

1. Apoiar e promover os objetivos educativos delineados de acordo com as finalidades, currículos e programas de ensino da escola;
2. Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
3. Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento;
4. Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, usando de sensibilidade relativamente aos modos de comunicação de cada comunidade;
5. Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
6. Organizar atividades que favoreçam a tomada de consciência cultural e social e a sensibilidade;
7. Trabalhar com os estudantes, professores, administradores e pais de modo a alcançar as finalidades da escola;
8. Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia.

Nesse sentido, desenvolvemos diferentes projetos que envolvem desde os estudantes, as famílias e os educadores da ECCA. A cada ano, as ações são repensadas, buscando sempre avaliar as práticas e construir novas e criativas abordagens.

Biblioteca Itinerante “Contação de Histórias

Contação de história é uma das nossas principais metodologias para o trabalho de mediação da leitura fazendo com que as crianças mergulhem no mundo

da imaginação, no mundo da leitura contada, de forma lúdica. Segundo Silva (2006, p. 78) "[...] para mediar a leitura é preciso ser generoso com o outro em formação e lembrar-se do próprio percurso como leitor". Sabe-se que nem todas as pessoas tiveram e têm as mesmas oportunidades de participarem ativamente do mundo da leitura. Assim sendo, é preciso que o bibliotecário mediador conheça seu público e os níveis de leitura, para que possa trabalhar de forma que incluam a todos em um mesmo ritmo, mas claro, cada um fazendo suas interpretações". Acreditamos que mediar a leitura por meio da contação de história pode tornar o caminho mais fluido e divertido tanto para o bibliotecário, como para os alunos "[com prazer, isto é possível, e mais fácil do que parece" (VILLARDI, 1997, p.2). De forma semelhante trabalhamos com a equipe pedagógica, utilizando a mediação da leitura para coordenar nossas atividades de acordo com o projeto pedagógico da nossa escola. III. 67

Biblioteca de portas abertas

Com esse projeto recebemos as crianças de forma conjunta, por turma, às segundas, terças, quintas e sextas, com uma hora disponível para a realização de atividades orientadas pelas professoras responsáveis, pelas professoras da biblioteca ou ainda simplesmente para o desfrute de um momento único de leitura onde o corpo descansa e a mente viaja para lugares inimagináveis.

Intervalo e biblioteca, tudo a ver! Com esse projeto a Biblioteca fica disponível durante os intervalos das aulas para que as crianças possam entrar e sair de forma espontânea aproveitando para adiantar tarefas que seriam para casa, ler ou até realizar pesquisas de assuntos que surgem durante esse momento como pesquisar cogumelos encontrados enquanto brincavam. Foi o que ocorreu com o aluno João Miguel, aluno do primeiro ano vespertino, que levou seus colegas à biblioteca onde encontraram uma enciclopédia sobre o assunto com fotos e informações esclarecedoras e de fácil acesso ampliando assim seu interesse e repertório sobre plantas comestíveis e plantas venenosas.

Projeto Sacolinha da leitura

Esse é sempre um momento especial para que uma vez por semana as crianças possam levar para casa, de forma segura, livros emprestados em uma sacola confeccionada por elas educadoras e a rede de parceria.

Compartilhamento responsável do Livro Didático

Trata-se de um trabalho de conscientização no qual turma por turma vai até a Biblioteca para receber os livros didáticos no início do ano. As crianças são recebidas pela professora mediadora, Andrea, que conta a história “A Revolta dos Livrinho” destacando a importância desse material para a vida escolar de todas as crianças do ano corrente e dos anos que virão. Ao final, além dos livros didáticos as crianças levam para casa um termo de compromisso que deverá ser assinado por ela mesma e pelo responsável no qual se comprometem em utilizar da melhor maneira possível esse importante conquista para a escola que tanto tem colaborado para a formação principalmente dos estudantes com menores recursos didáticos e pedagógicos.”

Recomposição das aprendizagens

Projeto Interventivo

Conforme as Orientações do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos (DISTRITO FEDERAL, 2014a), o principal objetivo da educação é preparar o aluno para o exercício da cidadania, por meio da socialização no espaço escolar, de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes. Seus princípios estruturantes são: a diversidade de experiências e vivências pessoais dos alunos; a resolução de problemas de diferentes tipos; o domínio da palavra escrita como ferramenta para compreender o mundo.

Diante desta perspectiva, se faz necessário que estejamos atentos às reais necessidades dos alunos, seus objetivos e suas dificuldades, para que com propriedade, qualidade e clareza se apresente uma proposta de intervenção pedagógica que contemple as necessidades apresentadas.

A ECCA desenvolve Projeto Interventivo (PI) com os alunos que, mesmo em meio à diversidade de atendimentos, continuam demonstrando baixo rendimento. É importante considerar que, o Projeto Interventivo apresenta características próprias, devendo fazer parte do Projeto Político-Pedagógico: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano

letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35); b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a equipe pedagógica da escola na realização do projeto. Essa equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis. A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do professor regente; contudo, a equipe diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 46).

Portanto, o Projeto Interventivo é planejado pela equipe docente que conta com o apoio e assessoramento de todos os profissionais da escola, sobretudo da equipe pedagógica, traçando estratégias de recuperação contínua dos alunos que apresentarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Recuperação das aprendizagens no contraturno escolar

Considerando o disposto no Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - “Art.13: Os docentes incumbir-se-ão de: [...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 2017, p. 14) e também os dados levantados nas avaliações diagnósticas, a Unidade de Ensino oferece atendimento individual planejado em horário contrário ao de aula, de acordo com a disponibilidade do professor regente de cada turma.

Orientação Educacional (OE)

A Orientação Pedagógica da Orientação Educacional da SEEDF descreve que a OE atualmente contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da

instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

O Plano de Ação e/ou Metodologia de Trabalho da pedagoga da OE pode ser consultado no Anexo B do presente Projeto Político Pedagógico e está em consonância com o novo modelo encaminhado pela Gerência da OE da SEEDF (GOE).

Objetivos da Orientação Educacional

- Mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos;
- Cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular;
- Manter os professores informados quanto às atitudes da orientadora junto aos estudantes, principalmente quando esta atitude tiver sido solicitada pelo professor;
- Esclarecer a família quanto às finalidades e funcionamento da OE;
- Atrair os pais para a escola a fim de que nela participem de forma ativa;
- Desenvolver trabalhos de integração da Comunidade Escolar
- Pressupor que a educação não é maturação espontânea, mas intervenção direta ou indireta que possibilita a conquista da disciplina intelectual e moral;
- Trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando;
- Organizar dados referentes aos estudantes; - procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção;
- Ser firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola;
- Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
- Tratar de assuntos atuais e de interesse dos estudantes fazendo integração junto às diversas temáticas;
- Trabalhar de forma articulada com outras instituições que integram a Rede de Proteção;
- Procurar manter um ambiente de trabalho saudável e harmônico entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem;

- Acompanhar a implantação e o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
- Coordenar as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no interior da Escola;
- Trabalhar para que a solidariedade e a ética profissional sejam princípios orientadores da ação de todos os segmentos da escola;
- Conscientizar os profissionais que atuam na escola de que é preciso, no mundo atual, que sejamos flexíveis às mudanças;
- Estar atento ao processo ensino-aprendizagem e avaliação;
- Participar de reuniões pedagógicas que se fizerem necessárias;
- Conscientizar todos os segmentos da escola para o cumprimento do Regimento Escolar;
- Buscar, conjuntamente com a direção da escola, palestras e cursos com profissionais específicos, que venham favorecer o trabalho pedagógico e desenvolvimento integral de todos os estudantes que frequentam a escola;
- Organizar, junto com os professores, ações para os estudantes que se encontram com dificuldade de aprendizagem;
- Participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar.

Ações intencionais para promover:

- O Acolhimento;
- A inclusão;
- A cultura de paz;
- A superação de conflitos;
- A valorização da vida;
- A saúde emocional;
- A garantia de direitos;
- O exercício da cidadania.

Projetos desenvolvidos pela Orientação Educacional em parceria com outros profissionais:

Projeto Cultura do Paz – Parceria com a EEAA

No mundo atual, são constantes as diversas frustrações vivenciadas pelas crianças, por isso vemos dificuldades de aprendizagens, depressão infantil, irritabilidade,

instabilidade de humor, perda do interesse na maioria das atividades, incapacidade de sentir prazer nelas, dificuldade de raciocínio ou de concentração, falta ou excesso de apetite, entre outros transtornos. Por isso, trabalhar as emoções desde cedo é fundamental. É o reconhecimento das emoções que irá nos auxiliar a compreendê-las, lidar melhor com as situações e o com aquilo que sentimos. Solucionar conflitos com mais facilidade e com menos sofrimento. É o início do processo de inteligência emocional, que favorece também o aprendizado.

Reconhecer as emoções é importante também por proporcionar o desenvolvimento da “empatia” nas crianças, que é, em linhas gerais, a capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro. Quando a criança aprende a nomear e a reconhecer as emoções, sabe identificá-las não somente em si, mas também nos outros. Portanto, essa iniciativa parte da vulnerabilidade na comunidade onde se observa a quantidade de crianças sem estruturas emocionais para o enfrentamento da vida ou estão em situações que ainda pequenos já são obrigados a perderem a infância.

Duração: quatro encontros semanais com ações intencionais desenvolvidas de acordo com a faixa etária e com as demandas.

Protocolo de Rotina A(colher) – Parceria com EEAA, OE, Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica e equipe de professores readaptados.

As profissionais também atuam por meio da rotina A(colher), uma proposta metodológica que indica um tipo de atividade para cada dia da semana, de modo que o professor possa complementar o planejamento para os estudantes que estão apresentando dificuldades em acompanhar o ritmo da turma e/ou para aqueles que estão num ritmo mais avançado. A proposta é que a rotina seja empregada dentro da temática/conteúdo que esteja sendo abordado pelo professor, assim, o estudante não se sentirá deslocado e conseguirá realizar atividades de acordo com o seu nível de aprendizagem. No quadro abaixo apresentamos a rotina A(colher):

Protocolo De Rotina A(Colher)

Segunda, Quarta E Quinta

Leitura Deleite, Jogo, Desafio, Experiência, Produção Artística

Plano de ação por blocos

Bloco Inicial de Alfabetização

Para o planejamento com o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), foi sugerido na assembleia de GT do PPP que as aulas sejam, diariamente, contempladas com:

a) Trabalho de rotina diária: Abordagem à data (sequência numérica), dia, semana, mês, ano, estação do ano, clima, quantidade de meninos e meninas presentes, quantos meninos a mais, quantas meninas a menos e outros aspectos importantes no período de alfabetização. Enfatiza-se a importância desses momentos serem trabalhados de forma lúdica e prazerosa com as crianças, em especial com o 1º e 2º anos;

b) Leitura para deleite: Essencial para desenvolver nos estudantes o hábito e o prazer pela leitura. Reitera-se que a leitura de literaturas infantis para alunos da EI do 1º ano, leva a criança a perceber que o que é falado pode ser escrito e relacionar língua oral com a escrita;

c) Utilização dos livros didáticos disponíveis na Unidade Escolar: A escola adotou livros do PNLD (importante destacar que os mesmos nunca chegam em quantidade suficiente) o que gera um transtorno pedagógico exponencial, pois não contemplam tanto a alfabetização, letramento, linguagem e alfabetização matemática. Mas é essencial sua utilização, quando chegam pois são direito dos alunos e contribuem grandemente na promoção de um ensino de qualidade;

d) Desenvolvimento de atividades com recorte, colagem, dobraduras, papel crepom, tintas guache, barbantes, massinha de modelar, dentre outros: São essenciais para o desenvolvimento da coordenação motora dos estudantes – Sugere-se expor as produções artísticas dos estudantes nos murais da Unidade escolar, promovendo a sua valorização;

e) Trabalho com a psicomotricidade: Primordial para o desenvolvimento global da criança, como reitera Fonseca (2008) e Rochael (2009), [...] psicomotricidade é uma prática que contribui para o pleno desenvolvimento da criança no ensino-aprendizagem, que favorece os aspectos físicos, mental, afetivo-emocional que contribui para a formação da sua personalidade (FONSECA 2008).

Uma boa estrutura da Educação Psicomotora é a base fundamental para o processo de aprendizagem da criança. O desenvolvimento evolui de uma forma progressiva do todo para o específico. Normalmente quando a criança apresenta dificuldade na aprendizagem, tem como principal motivo alguma deficiência no desenvolvimento psicomotor. Adquirindo uma boa experiência nesse requisito a mesma consegue conquistas que marcam sua vida emocional e intelectual (ROCHAEL, 2009).

f) Recursos concretos no ensino de matemática: Para o desenvolvimento do raciocínio lógico- matemático, a criança, no período de alfabetização, necessita relacionar números, quantidades, correspondência um a um. Isso só é possível com a utilização de recursos concretos, palpáveis, pois,

[...] toda a construção da estrutura numérica e a aprendizagem significativa de nomenclaturas (unidade, dezena, centena...) são realizadas pela criança se ela estiver em ação, em atividade de contagem de objetos, de recitação, relacionando quantidades e símbolos, formando grupos e agrupamentos etc. Nessa perspectiva, a ludicidade é fundamental. Há uma série de atividades lúdicas que podem ser realizadas com as crianças para que elas construam a ideia de número. O trabalho com o corpo e a manipulação de materiais é imprescindível para a aprendizagem do que é número. Sem quantificar e associar símbolos a quantidades, não é possível compreender o que é número. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 72-73).

Portanto, sugerimos o desenvolvimento de uma prática que disponibilize, no ensino de matemática em todo o ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano), para manuseio dos estudantes, recursos como palitos, canudos, moedas, cédulas, botões, material dourado para a compreensão de agrupamentos e desagrupamentos.

Turmas de 4º e 5º anos – 2º bloco

Para o 2º bloco, a equipe pedagógica traz como orientações:

- a) Redução da quantidade de atividades matrizes xerocopiadas;
- b) Orientação aos alunos em relação ao uso correto dos cadernos, no que se refere à: translineação e utilização de frente e verso das páginas do caderno;
- c) Utilização dos livros didáticos que a Unidade Escolar dispõe;
- d) Planejamento e desenvolvimento de práticas articuladas aos Eixos Transversais do Currículo em Movimento do DF;
- e) Ampliar a utilização de atividades lúdicas nas aulas;
- f) Abordagem da gramática de forma secundária e inserida em contextos, priorizando a leitura, a interpretação, a produção e correção textual.

10.3 Reagrupamentos Intra e Interclasse

A aula em uma escola organizada em ciclos precisa extrapolar o espaço convencional das quatro paredes, como usualmente costuma ser concebido. Deve ser pensada como estrutura de oportunidades e contexto de aprendizagens e de significados com condições de

favorecer o desenvolvimento das atividades educativas e, em consequência, o processo de crescimento pessoal do estudante e do professor, como: aulas em pátios, quadra poliesportiva, sala de leitura, laboratórios, museus, zoológico, mercados, feiras livres, exposições, teatros, entre outros.

Como um ambiente a mais que oportuniza as aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento, a sala de aula deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização variada desse espaço, seja no coletivo, em pequenos grupos de três ou quatro estudantes, em duplas. Cabe ressaltar que repensar a geografia da sala de aula vem no sentido de articular sua disposição à concepção pedagógica, ou seja, uma vez que a aprendizagem se dá na interlocução com o outro; ressignificar esse espaço compreende também a organização dos estudantes em grupos, de forma a atender as ações didático-pedagógicas nesse interior e, assim, favorecer que se aprenda com os diferentes saberes e de diferentes formas (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 51-52).

Nesta perspectiva, propomos momentos de análise dos índices demonstrados nos indicadores das avaliações diagnósticas e reflexões como corpo docente, propiciando a ressignificação e redirecionamento das práticas pedagógicas para o atendimento à diversidade em sala de aula. A partir dos dados demonstrados nos gráficos de rendimento, organizaremos Reagrupamentos Intraclasse, de acordo com as habilidades e dificuldades dos estudantes, conforme o que está previsto nos documentos e orientações da SEEDF.

Também pretendemos, semanalmente, organizar os espaços da Unidade Escolar, no sentido de promover a realização do Reagrupamento Interclasse, através do qual será possível atender, em grupos, as necessidades dos alunos, por bloco. Para essa organização, se faz necessário que os docentes preencham a ficha “Mapeamento das Aprendizagens”, instrumento elaborado pela Unidade Escolar, ao final de cada bimestre, para que, através dos dados demonstrados, a equipe pedagógica faça a organização de espaços, materiais e recursos humanos necessários. Os Reagrupamentos Interclasse acontecerão semanalmente, porém, de forma alternada, atendendo as necessidades em leitura, interpretação, produção textual e sanando as dificuldades no raciocínio lógico, resolução de problemas e operações.

ECCA

Inventário

AS PEDAGOGIAS DA TERRA COMO MATRIZ FORMADORA

Iniciamos uma viagem nas sendas do nosso inventário. As questões aqui discutidas e tecidas permitem refletir sobre nossas próprias experiências e travessias na educação. Buscamos tecer o inventário da ECCA a partir de um amplo e profícuo diálogo com toda comunidade, assim fios da trama da cultura, da história, das lutas da escola podem ser ligadas, trançadas e entrelaçadas.

O inventário das escolas do campo é um diagnóstico etnográfico, preciso e detalhado da realidade na qual estão inseridas estas escolas. Este documento é um trabalho de pesquisa muito importante para o currículo da escola e para definição de políticas públicas sobre a educação do campo. Ele consiste em mobilizar conhecimentos históricos, culturais e também do ambiente.

A Modalidade Educação do Campo tem sedimentação pedagógica nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo. Este último configura-se como um instrumento pedagógico fundamental e específico para o processo de construção ou consolidação da identidade da escola do campo. Assim, o Inventário deve ser a base que sustentará o PPP das referidas unidades escolares - (UE).

Ressalta-se, portanto, que esses documentos vigentes correlacionam-se e devem ser articulados durante seus respectivos percursos pedagógicos e metodológicos de elaboração/atualização – que têm natureza dinâmica, interdisciplinar e contínua, com a realidade.

Desde 2016, vários estudiosos lutam pela implementação do inventário da realidade, dentre eles, podemos destacar a professora Roseli Caldart apresentando um guia metodológico para as escolas do campo.

A EXPERIÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO INVENTÁRIO EM NOSSA ESCOLA CAMPESINA

A implementação do inventário é a busca pela ressignificação da identidade da escola em território educativo campestre. A pergunta: “Como o inventário poderia sensibilizar e contribuir com a comunidade escolar para ressignificar a identidade da Escola Classe Córrego do Arrozal?” É uma das motivações, pois mesmo estando em território educativo camponês, a escola não refletia em seu caminhar pedagógico as matrizes e identidades de escola do campo, por isso o ressignificar o buscar nessa trajetória.

Foi preciso também refletir sobre: O que é a terra para nós, professores, alunos e famílias de uma escola do campo? Lembrando que para construção da nossa proposta

pedagógica-política, a terra é uma matriz formativa. Ela é o principal elemento formativo, a principal matriz de uma escola do campo. A terra é um princípio formativo. Dos princípios da educação do campo, é preciso ressaltar o desenvolvimento pedagógico curricular a partir da vinculação das matrizes formativas da população do campo, que são: terra, trabalho, história, cultura, luta social, vivência de opressão, conhecimento popular e organização coletiva.

Nesse percurso construtivo, houveram limitações, avanços, problematizações que é muito importante dialogar, sistematizar e relatar. É importante comunicar também a metodologia, os limites e os desafios dessa construção do inventário da realidade. Os estudos mostram que os inventários surgem a partir de uma pedagogia socialista de Pistrak do próprio Vygotsky, a partir das escolas comunas Freitas traz esses estudos também a partir dos anos 90 principalmente com as ações do MST no sul das escolas camponesas.

O INÍCIO DA VIAGEM TEM SUAS LUTAS POR DIREITOS NO CAMPO PEDAGÓGICO DA PRODUÇÃO DO VIVER

Buscamos a singularidade do registro oral nas escritas para permitir reconstituir a vida e a experiência dos educadores, dos estudantes e da família como artesãos. Os educadores construíram suas narrativas a trajetória da educação popular ligada aos estudantes do campo, buscando tecer com base na história contada uma nova tapeçaria textual no ato de delinear a narrativa. Vão emergindo várias histórias alinhavadas com o tempo na captura por um sentido das nossas existências, memórias e projetos da luta e resistência da educação do campo.

Nosso ponto de partida foi O Projeto Político-Pedagógico (PPP) que se constitui parte essencial da organização do trabalho da instituição educacional. Trata-se de um documento vivo, capaz de adequar-se às demandas sociais, educacionais e legais que surgem. Por isso, torna-se essencial que este documento seja revisto regularmente para adequar-se, corrigir-se, inserir-se nos novos marcos legais que constantemente se apresentam.

Ao considerar a realidade da comunidade na qual a unidade escolar do campo (ECCA) está inserida foi preciso analisar nossas características, necessidades e possibilidades locais. Essa constatação reforça a importância da elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da comunidade escolar, pois este é um instrumento investigativo, letivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês das respectivas comunidades dos estudantes.

É indispensável construir um planejamento pedagógico pensado a partir do (a) estudante e do seu lugar de produção de vida, de identidade cultural e de formas de organização social da comunidade. Mais do que registrar a trajetória das crianças do campo, dos educadores no campo e das famílias campesinas, este inventário é um convite para revisão de nossas próprias memórias pedagógicas para as inúmeras memórias dos educandos da infância para a construção de novas propostas de educação campesina trazendo a voz dos educadores no tempo vivido. Nesta caminhada as reflexões de Arroyo, Caldart e Molina vão nos amparando e nos ajudando a tecer os fios do inventário.

“Trago dentro do meu coração, como cofre que não se pode fechar de cheio, todos os lugares onde estive, todas as portas que cheguei, todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias, ou de tombadilho, sonhando, e tudo isso, que é tanto é pouco para o que eu quero”

Fernando Pessoa

A construção do Inventário foi imprescindível para a implementação e afirmação da Educação do Campo como política pública e modalidade da educação básica, uma vez que constitui a primeira condição material relevante para o conhecimento sistematizado da comunidade e o reconhecimento da identidade da unidade escolar do campo, ao possibilitar a compreensão do contexto social, histórico, cultural e ambiental do território em que a escola se insere, para articular os conhecimentos populares e comunitários com os conhecimentos escolares sistematizados, delineados no currículo de cada etapa/modalidade, com o objetivo de produzir ou ressignificar conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento das aprendizagens dos seus sujeitos e dos territórios das escolas.

Na concepção da equipe da Escola Classe Córrego do Arrozal, esse caminho tem que ser pontuado pela afetividade no ato de educar-cuidar e pela relação de compromisso na delicada vivência aluno-professor-comunidade-mundo. O que move as ações é o princípio de que a educação não é obra apenas da inteligência e do pensamento, mas também do sentimento. É como ensina o educador e filósofo Leonardo Boff em Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra: “Mitos antigos e

pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado. (...) No cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações, um reto agir. (...) O cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade.” A leitura do sorriso no rosto dos pequenos diz tudo.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ASPECTOS GEOGRÁFICOS SOCIAIS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

Nas tessituras das lembranças de nossa escola ficam as janelas e os caminhos pela frente. Sempre em frente, o rio atravessa e na mala de viagem desta escola ou ontem ou agora, ao acender o candeeiro que ilumina nossa escola, nossas infâncias aqui carecem de ter a memória acordada para não perder o chão e os sonhos que essa escola trilha. É uma evocação para que a nossa biografia traga o registro e as memórias através das águas de palavras de vida, de trocas e diálogos.

Nossa escola atende 250 educandos que são oriundos de comunidade circunvizinhas localizados na rodovia BR 020. Os primeiros moradores da região através das memórias dos nossos avôs e avós que aqui contribuem é a dona de uma pousada. Existem aqui mais de 20 núcleos familiares que residem nessa região há mais de 50 anos, conforme nos relata Nicodemus Lopes, conselheiro tutelar, e filho dessas terras. Temos pequenos agricultores, alguns pecuaristas, temos a área de proteção ambiental do Arrozal.

O nome Arrozal nas narrativas dos pioneiros deve-se ao fato de que no passado existia um capim muito parecido com o arroz que é plantado à beira de terras alagadas com muita água, assim conta muitos dos moradores mais antigos dessa região.

Uma escola que surge a partir da divisão de uma fazenda: a Sálvia em espaços de terra para diversos segmentos da sociedade, onde famílias foram se assentando. Foram se formando os registros que mostram que nossa escola funcionou em uma sala de aula na igreja e depois em uma sala de aula da Associação. Até que com muita luta se garante um espaço de terra doado pela Embrapa Cerrados que historicamente também recebeu terras para que a escola funcionasse. A fazenda foi dividida, teve seus hectares divididos cedidos ao colégio Agrícola, Embrapa e cedida a assentar trabalhadores do Movimento dos Sem Terra.

Quem chega ao simpático prédio, se depara de imediato com os fortes indícios da arte de cuidar e educar, entrelaçados com o pé de ipê e o ingazeiro. O primeiro surge no corredor da entrada: “Bem-vindos! A alegria da nossa escola é ter vocês aqui conosco!” O sorriso alegre no rosto das crianças ao passar pelos professores e pela equipe, dá certas evidências de que as boas-vindas trilha o dia de luta da escola. É assim, no dia a dia, com cada uma das 250 crianças da educação infantil e do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental que chegam à Escola Classe Córrego do Arrozal.

A Escola é localizada em uma comunidade próxima à BR 020, em Sobradinho, a cidade serrana de Brasília, que é uma graça de assim ficar com as luzes do paraíso sustentadas no olhar. Assim como a arte de cuidar, carinho e atenção: o acolhimento oferecido pela escola se reflete frente à estrada que segue em direção a Salvador e outros estados do Nordeste por onde o ônibus anda levando as crianças.

A atual região poligonal é uma arena de conflitos, diversos são os atores envolvidos que reivindicam o direito de uso e posse da terra. Diante desse cenário, apresentamos a seguir, as principais divergências que permeiam a área em questão.

Pesquisa com os moradores mais antigos e junto ao IBRAM registram, ainda, que o local em tela está inserido dentro da APA (Área de Preservação Ambiental) do Rio São Bartolomeu criada pelo Decreto Federal nº 88.940, de 7 de novembro de 1983 e, também, a qual teve o seu zoneamento aprovado pela Lei Distrital 5334, de 19 de maio de 2014. A área em questão localiza-se entre as Unidades Hidrográficas de Sobradinho e Mestre D'armas, ambas inseridas na Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu, na região hidrográfica do Paraná.

Ao analisar os cursos de água existentes no polígono do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA SR-28 O INCRA, órgão Fundiário criado por Lei, gestor da Reforma Agrária, na sua competência, inclui a demarcação de lotes, cadastramento e seleção de trabalhadores para serem assentados nos Projetos de Assentamento. Por seu turno, o INCRA SR-28, recebeu da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, uma área com 760,9281 ha por meio do Termo de Transferência de Domínio datado em 30/04/2009 e outra área com 144,1734 (ha), de acordo com a Portaria nº 18, publicada no DOU 31/08/2010.

De acordo com Informação técnica do grupo de trabalho estabelecido pela portaria Parecer Técnico 3 (2895590) SEI 00391-00011122/2017-95 / pg. 4 INCRA/SR-28/DFE/GAB/Nº 58110 retificada pela portaria INCRA/SR-28 DFE/GAB/Nº 105/10, contida nas folhas 82 a 92 do

processo 0391-001450/2010, que por sua vez trata do Relatório de Viabilidade Ambiental do Imóvel Fazenda Sálvia, as transferências foram realizadas para que o INCRA pudesse realizar o assentamento de famílias de trabalhadores integrantes do Movimento dos - Trabalhadores Desempregados - MTD, do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural - MATR e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Essa área era ocupada anteriormente, de forma parcial, pela EMBRAPA e pelo atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. Consolidou-se 2 projetos de assentamento nas áreas transferidas pela SPU ao Incra, o assentamento Renascer

e Palmares que é objeto do processo de licenciamento ambiental nº 0391- 001450/2010, que se encontra em fase de análise de requerimento de Licença Prévia (trata do licenciamento, segundo informações do Núcleo de Licenciamento de Assentamentos e Parcelamentos de Solos Rurais).

A Escola Classe Córrego do Arrozal é uma Escola do Campo, foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. No entanto, suas origens remontam a meados da década de 1990. Entre os anos de 1994 e 1998 a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. Do ponto de vista administrativo era um anexo da EC Brochado da Rocha. O nome da escola, por sua vez, relaciona-se com um capim muito parecido com o arroz que antigamente existiam à beira do córrego. Ela nasce para atender a população dessa região

O crescimento populacional do Núcleo Rural fez com houvesse necessidade de ampliar o atendimento. Assim, entre 1999 e 2001 a escola passou a funcionar na associação comunitária local utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino ofertando da Educação Infantil e

Ensino Fundamental. Em 2001, após doação de parte do terreno pela EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede própria na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF. O Parque Ambiental Colégio Agrícola está inserido na Fazenda Sálvia (3066267), gleba 122, de propriedade de Secretária de Patrimônio da União (SPU), registrada no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob a matrícula nº 148276, de acordo com a certidão de ônus (3066260). Após buscas de informações nos bancos de dados internos e, também, informações adicionais de outros órgãos, percebeu-se a sobreposição no terreno e múltiplas declarações de dominialidade, dentre estas, citam-se os principais: INCRA, IFB e Embrapa.

A Escola Classe Córrego do Arrozal está localizada na porção que abrange o polígono formado pela circunscrição em parte da área da Embrapa- CPAC. das áreas do IFB, das transferências da SPU para o INCRA e da área do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília. O Croqui polígono de análise (3066274) representa esquematicamente a abrangência do local. A Lei Complementar nº 803, de 25/04/2009 alterada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, que aprova a revisão do PDOT – caracteriza a área como Zona Rural de Uso Controlado - ZRUC, (3066279), na qual segundo o art. 88 da Lei supracitada, deverá compatibilizar as atividades nela desenvolvidas com a conservação dos recursos naturais, a recuperação ambiental, a proteção dos recursos hídricos e a valorização de seus atributos naturais.

No ano de 2007, a comunidade apresentou uma série de solicitações ao Governo do Distrito Federal por meio de um abaixo-assinado. Entre elas, que a região transformasse em área urbana. Com isso, as lideranças locais

esperavam que ganhos significativos acontecessem. A primeira parte foi feita e a localidade se tornou urbana, conforme Plano Desenvolvimento de Organização Territorial-PDOT 2008.

Da euforia inicial chegou-se rapidamente à decepção: as benfeitorias não chegaram e a instituição que se encontrava do ponto de vista legal em uma localidade “urbana”, tinha todas as outras características tipicamente rurais e do campo. Os estudantes são atendidos por transporte escolar da SEEDF, não existe comércio nas proximidades e o acesso à telefonia celular e fixo é muito limitado.

A escola atende os moradores do Condomínio Nova Colina, Petrópolis e acampamentos e assentamentos. Assentamento Renascer, Palmares, Zilda, MATR e MST e do Núcleo Rural Córrego do Arrozal. Tratam-se de setores extremamente vulneráveis e considerados de risco pela Defesa Civil. De início, cumpre destacar que muitos são os questionamentos acerca da regularização da área em questão, além disso, a indefinição sobre os limites da área enseja litígios no referido espaço e dificuldades na aplicação das políticas de preservação do meio ambiente, na qual incluem-se a emissão de licenciamento ambiental para área.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

A EC Córrego do Arrozal possui um Projeto Coletivo para o ano letivo de 2022 a temática escolhida foi: “Inventário conectando educação e vida”, que contempla o Currículo em Movimento em suas diversas linguagens, habilidades e competências.

O Inventário da ECCA tem por objetivos identificar as lutas sociais e as principais contradições vivenciando-as na vida local. As formas de organização dentro e fora da escola em nível local. As fontes educacionais disponíveis na vida local no meio de caráter natural, histórico, social e cultural incluindo a identificação das variadas agências educativas existentes no meio social e as formas de trabalho.

Valorizar e reconhecer os saberes e os fazeres dos camponeses. Promover a interação das matrizes formativas do território educativo camponês com os conteúdos curriculares para ressignificar o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da educação do campo.

Ao realizarmos o conjunto do inventário sobre a realidade atual, nossa trajetória também busca identificar as fontes educativas como, a vida não é a mesma em todo lugar. O

nosso inventário precisava ser elaborado e precisava ser convertido assim em uma pequena pesquisa da instituição, que é a nossa escola que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno e sua realidade, apropriando-se, portanto, de sua materialidade da vida da prática social.

Quando estamos fazendo o inventário estamos construindo conhecimento. Da construção do nosso inventário ficou urgente que nossa escola precisava se vincular às problemáticas da nossa comunidade, conhecendo a cultura local e as questões que movem os sujeitos que nela estão inseridos, percebendo as lutas presentes, como ela se organizam, como se organiza nossa comunidade, quais as formas de trabalho entre outras questões são relevantes. Esse diagnóstico etnográfico preciso e detalhado no qual estamos situados enquanto escola, foi uma das tarefas necessárias para elaboração da proposta dos complexos e temas geradores, assim o inventário nos possibilitou conhecer o entorno da escola e também os sujeitos que sempre foram parte dela, mas que historicamente a escola como estava estruturada ignorou. (Hamel Farias Sapelli 2015 pg 74.)

Para nossa pesquisa, nos sentimos mais confiantes em trabalhar com os temas geradores propostos por Paulo Freire e entre os temas trabalhamos:

Povos originários

Ancestralidade

Sustentabilidade

Infâncias e histórias Ecce conta histórias

Caminhos da história dos posseiros e sem terras

Eixos: terra direito trabalho e alimento

Cora Coralina

Construção coletiva dos estandartes

Caminhos literários e histórias

Visitas aos espaços comunitários e familiares

A roda de conversa com os primeiros acampados Dona Leu

Conhecendo os modos de produção de alimentos frutas do Cerrado

Produtos à base de leite picolés.

O Projeto Baú das Artes

Música Anunciação de Alceu Valença para comunidade.

Como seguimos nessa trajetória para tornar a construção um pouco mais tranquila e mais palpável, escolhemos o inventário das fontes e meios educativos, em geral fontes naturais, históricas, sociais e culturais incluindo outras agências formativas existentes como cooperativas e associações. Buscamos identificar os elementos existentes na vida que podem apoiar os processos educativos previstos como os meios naturais geográficos: os rios, a fauna, a flora e os meios sociais.

As formas de sobrevivência produção de vida bem como as formas de organização local e marcas históricas deixadas na região por pessoas que detém a memória da região, fontes históricas objetivas e existentes, culturais como, danças músicas, contos, tradições locais ou regionais, saberes, entre outros. Esse levantamento foi importante para que pudéssemos caracterizar o meio educativo, em geral, a vida local e regional do nosso Arrozal.

O trabalho a partir da história de Kabá Darebu foi dividido em diversos momentos da educação infantil, BIA e os quartos e quintos anos. Foi também trabalhado outras histórias de Daniel Munduruku. Em Kabá Darebu uma criança indígena do povo Munduruku nos move a buscar as informações sobre nossos estudantes e a partir dessa história diversas trajetórias foram trilhadas.

Essas trajetórias cruzaram e permitiram uma materialização da estrutura proposta por Caldart. É preciso ressaltar que nossa escola não possuía ainda um inventário coletivo em planejamento pedagógico, essa construção é recente.

Após a leitura dos livros as crianças também eram convidadas a refletir sobre suas realidades, como era viver nessa comunidade, que animais e que plantas eles conheciam, quais as brincadeiras que eles estavam acostumados a brincar, de onde os avós e os pais e mães vieram.

Então, fomos passear na comunidade para observar nosso bioma, nossa flora do Cerrado, esse relevo e os córregos da bacia hidrográfica do São Bartolomeu. Fomos também conhecer as formas de produção de alimentos, tipos de criação de animais e como a água é utilizada na nossa região. Aqui nos ampara muito o projeto parque educador para que pudéssemos conhecer o Cerrado e suas características. O conhecimento da importância das reservas e dos recursos naturais do Cerrado na comunidade.

A metodologia envolveu a partir das atividades propostas o registro dos estudantes através de desenhos, registros orais e escritos. Destaca-se que no quarto e quinto ano foram solicitados o desenvolvimento do projeto parque educador com gêneros textuais. Eles foram visitar parques ecológicos em reservas ecológicas, marcos históricos como a Pedra

Fundamental ou Museu e a eles também foi muito importante relatar e entrevistar e mediar esse momento de visita, de escuta e de registro.

Um momento de culminância desses saberes foi o festejo Arrozal, a Plenarinha e o dia do Campo, uma festa cultural tradicional da nossa escola com exposição de inúmeros trabalhos que envolvem os temas da construção do inventário, e a conexão com a cultura local.

Ainda no trilhar do inventário do ano de 2022, houve a incorporação dos fatos históricos do saber fazer na proposta curricular da escola PPP. Houveram mais de três exposições de artes com objetos e fotos da comunidade. Foram elaborados também materiais didáticos pedagógicos com a temática do campo e pesquisas com questionários para atividades com a família na escola.

Tentando também vincular à recomposição das aprendizagens, o inventário do ano de 2022 se fundamentou em um saber fazer do campo através das histórias de vinculação com os povos originários e com nossos povos ancestrais. Trazer o jeito de viver da nossa comunidade, destacando aqui as narrativas e os textos da tradição oral foi meta delineada ao conhecer a realidade da comunidade camponesa nos seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e ambientais.

Uma das dificuldades nessa jornada foi a rotatividade de professores, o não conhecimento das diretrizes da educação do campo e dos documentos normativos.

O não abraçar a causa do inventário, não conhecer as dimensões da importância dessa pesquisa etnográfica, e a não identificação com as lutas sociais do povo camponês.

É importante destacar que a nossa escola atende a dois coletivos de sujeitos distintos: sujeitos ligados à terra, a produção agrícola e campesina e sujeitos que estão batalhando por um pequeno espaço de terra para construção de suas casas. Aqui há três comunidades grandes: Petrópolis, Arrozal e Renascer Palmares. Na região há vários tipos de organizações sociais, tais como, os acampamentos do MST pré-assentamentos como Renascer Palmares, uma pequena ocupação que vem se tornando um bairro como Petrópolis, chácaras, sítios, uma agrovila. Os demais moradores trabalham com vários tipos de produção como, agrícola, da agricultura familiar, fabricação de queijos, picolés, criação de cavalos, peixes, porcos e galinhas.

Com as visitas e entrevistas feitas com os diversos sujeitos do campo do arrozal, foi percebido que muitos destes campesinos carregam em suas memórias histórias de muito preconceito, como é o caso dos moradores dos acampamentos. Das muitas profissões exercidas pelos sujeitos do campo temos os garis, as empregadas domésticas, dos vigias, as

bordadeiras, temos as crianças sem terrinha. Aqui, há relatos também de formas de menosprezo, perseguição, expulsão e invisibilidade social.

A região do arrozal é localizada entre rodovias é cheia de relevo e reentrâncias. O bioma do Cerrado com muitas árvores sinuosas como, pequiizeiro, ingazeira, jabuticaba, cagaita, buritizeiros, jamelão, amoreira e uma imensa variedade de plantas como flamboiã, sucupira branca, ciganinha ou flor do cerrado. Também temos Lobeira, animais como, tucanos, araras, bem te vi, João de Barro, tatus, papagaios, entre outros. A região é banhada pelo Ribeirão Sobradinho e Córregos.

A história do arrozal está ligada a história de Planaltina, as marcas de forte religiosidade comum no sertão Goiano estão presentes também aqui. Através da Catira, folia de Divino, das festas religiosas, dos sertanejos que habitaram a região para construção de Brasília. Nossa comunidade gosta de festa de viola, festa do Divino. Tem a festa da Pamonha no Renascer Palmares e a festa da Padroeira. Em nossa comunidade percebemos que a igreja atua como uma grande agência formativa, que no passado a associação já foi muito atuante, que os reiseiros também atuam como agência formativa pois tem seus valores.

A história de ocupação rural do arrozal está intimamente ligada, com o início da construção de Brasília, onde houve um intenso processo migratório, contribuindo para intensificar o assentamento populacional Arrozal. Dentro do Distrito Federal possuem territórios delicados, onde disputas de terra e a pressão fundiária por ampliação dos espaços urbanos bem como a expansão agrícola de latifúndios nos limites geográficos com outros estados obrigam os camponeses à comprimir-se, imprimindo cada vez mais essa realidade, impondo vários desafios que prejudicam o condensar a garantia de direitos de educação do campo.

Como fruto desse trabalho fica o conhecimento da luta, da resistência, da persistência dos sujeitos históricos e dos direitos que conquistaram a terra para morar, trabalhar, produzir alimentos e aprender a importância da Terra para Constituição da identidade do povo camponês.

PERCURSO METODOLÓGICO

COMO SERÃO PESQUISADOS E CONSTRUÍDOS OS DADOS DA REALIDADE DOCUMENTOS ENTREVISTA QUESTIONÁRIO SAÍDA DE CAMPO?

O encontro, caminhos de povos do campo, se deu na busca por entender as atividades de agroecologia e agricultura urbanas desenvolvidas nesse campo chamado Arrozal. Começamos a reunir pessoas que conhecem as plantas, por cuidar da terra, das águas e dos seres da nossa região.

Com sentido de dialogar sobre água e ecologia, trocar saberes e coisas que a terra dá, partilhar comidas e afetos convidamos então o querido Mica para um encontro

Mica que é um dos muitos agricultores que moram na comunidade do Córrego do Arrozal é um griô e paisagista. Os conhecimentos dele e de muitos outros agricultores e quilombolas que moram no local têm grande relevância na manutenção da biodiversidade da fauna e da flora desta região.

No Arrozal, há algumas comunidades tradicionais, como dos povos de luta pela terra, de matrizes africana, das religiões evangélicas e para conhecer a importância dessas comunidades na história da nossa escola foi muito importante o fruto dos cruzamentos e das confluências entre essas comunidades foi preciso ouvir, pois sem fala e escrita não tem história, sem falar não tem povo, não tem cultura.

Conhecer nossa escola do campo em acampamentos de luta para garantir o direito à educação de suas crianças é uma travessia de mais de 15 anos aqui no Arrozal. Aqui a luta para garantir o direito à educação de 243 famílias que vivem nos pré-assentamentos ainda em processo de documentação dos trabalhadores sem-terra é essencial para nós educadores na busca por novas pedagogias.

Alinhando com as oficinas de agroecologias, tivemos a oportunidade de buscar nossa ancestralidade através de histórias a história de Kabá Darebu, um menino da nação dos Mundurucus permitiu cruzar as águas da história em busca de nossa ancestralidade é assim que vamos pisar em terra firme e nos deparar com algumas histórias também que são nossas.

FASE 1

BLOCO 1: RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE

Ao desmembrar pedagogicamente o inventário nos seus objetivos prioritários, buscamos fomentar o desenvolvimento de atividades educativas diferenciadas na escola. Em agosto, convidamos numa ação conjunta sobre um olhar agroecológico e de conservação das águas novamente o querido MICA PARA construir com nossos estudantes a importância da preservação ambiental deste recurso que tem sofrido impactos cada vez mais severos.

O desmatamento da nossa região e a poluição do arrozal está acentuado entre as serras de Planaltina e Sobradinho, que conecta as cidades. A serra já foi chamada de Castelo

das Águas pela sua riqueza hídrica e por isso houveram as primeiras iniciativas de proteção do Cerrado do maciço de arrozal.

Diversas histórias foram lidas com os estudantes ligando justamente a apresentação das águas de rios da região, ao nosso inventário.

Ao ouvir histórias sobre as águas, ao conhecer o ao redor da escola, as crianças podem articular a importância dos saberes ancestrais e dos quintais produtivos que preservam a natureza e produzem alimentos que geram renda.

É importante salientar que o avanço da ocupação urbana tem provocado o assoreamento dos rios, agravando a disponibilidade de água dessa região. Hoje sabemos que algumas comunidades que aqui sobrevivem são responsáveis pelo manejo sustentável do Cerrado. Seus saberes e vivências sociais, culturais e suas tecnologias próprias tem garantido a manutenção dos serviços prestados pelo Cerrado ao longo dos tempos.

Suas práticas apontam caminhos mais adequados para a preservação dos recursos hídricos, logo as comunidades também buscam proteger as nascentes e realizam ações de educação ambiental, debatendo a necessidade de saneamento básico para a saúde dos rios e de suas famílias. E para consolidar essas ações, nossa escola foi prevendo um conjunto de atividades que apoiam os estudantes em seu papel. Eles foram convidados a reflorestar com mudas de ipê o maciço do Arrozal. As sementes foram doadas pela ONG Vida e Emater.

Ao conversar com uma moradora do Renascer, a dona LEU, 68 anos, ela nos disse que todo o quintal, ali, tem uma beira de água. ” Estamos cercados por todos os lados dessa maravilha divina que é a água, mas o que adianta ter toda essa riqueza e não saber dar uso consciente. Não basta só usar, tem que cuidar de toda mata em seu entorno principalmente, as ciliares que mantêm vivo essa fonte de vida, como as águas do Arrozal. Transformar todo momento em dia de sol é perfeito para se banhar, mas em dia de chuva ela se transforma em uma grande corredeira, fazendo um grande espetáculo de águas elas rola encarregam tudo que esteja em seu caminho por este fato que volto a falar da importância da preservação das águas e das matas é um trabalho de educação ambiental que as crianças também precisam viver. ”

BLOCO 2: LEVANTAMENTO DO PERCURSO HISTÓRICO

O projeto do inventário que ocorre no Arrozal busca saber se a existência e permanência das comunidades tradicionais daqui contribuíram também para que o Cerrado fosse preservado? Pois com toda dificuldade encontrada na luta pela terra muita das comunidades assentadas e acampadas possui saberes e práticas sócio culturais além de tecnologias sociais próprias que tem garantido a manutenção dos serviços prestados pela

floresta pelo Cerrado ao longo dos anos. Para consolidar essa perspectiva foi preciso que a escola também caminhasse junta em atividades que fortalecesse a comunidade, como é o caso do projeto Baú das Artes e Nossa Horta.

BLOCO 3: ESTRUTURA FÍSICA, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES E DEMAIS TRABALHADORES, ASPECTOS CURRICULARES

BLOCO 4: LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES QUE OS ESTUDANTES REALIZAM FORA DA ESCOLA

TECENDO UMA NARRATIVA

Foi proposto aos educadores e estudantes observar o meio ambiente, a natureza e fazer uma pesquisa etnográfica a partir das observações coletadas, das suas representações, das suas expressões e dos seus desenhos. É preciso lembrar que a educação do campo se propõe a romper com alguns paradigmas impostos pela educação rural. Emergindo como uma nova práxis que coloca os povos em uma posição de protagonismo que por muito tempo a educação rural não o permitiu.

Em vários momentos para que pudéssemos conhecer as realidades ao redor da nossa escola foram feitas visitas a comunidade. Na pesquisa etnográfica que foi proposta a partir do inventário, além das visitas para conhecermos a região, foi proposto aos alunos que fizessem relatos sobre como são os locais onde vivem e que nos enviassem fotos.

Na perspectiva de mudança dos termos educação moral e educação do campo é preciso lembrar que o campo não pode ser mais visto como já foi, como local de atraso. A necessidade de educação de qualidade e as políticas públicas para todos do campo envolvem os movimentos sociais, a agricultura camponesa, os alimentos e o território com sujeitos históricos e não apenas o agronegócio capital e a mercadoria.

É da luta dos movimentos sociais que surge a educação do campo. E voltadas para os sujeitos do campo com propostas e políticas públicas da educação para educação do campo antes só chegavam em nossas escolas aquilo que era sobra das escolas urbanas, aquilo que não tinha mais serventia em determinados espaços.

A falta de empatia com as lutas da escola pode tornar as relações muito mais difíceis. Uma escola para as infâncias precisa acolher com amor, o inédito do ser humano, com poético pensamento os olhos são a janela da alma reafirmamos que o brilho dos olhos das

crianças quando chegam na ECCA aquece nossos corações e nos impulsionam a ir muito mais além.

Os olhos revelam muito da subjetividade humana do nosso interior, nossas paisagens, e nossas cores. É tão bonito quando os olhares se encontram e nos permitem ver além, ampliando a visão para outras cores.

Nesses encontros vamos desbravando nossas perspectivas e nossos horizontes, percebendo e reconhecendo no outro e na relação que estabelecemos com a nossa comunidade escolar. Assim muitas emoções e sentimentos diversos e plurais nascem, crescem e se expandem, provocando aproximação de novos olhares e janelas. Ainda desconhecidos, quando as novas janelas se encontram, transborda alegria e a vontade de conhecer quem está chegando, de estar junto, de fazer parte, de escutar e ser escutado, conhecer e deixar se conhecer.

A partir da identidade do outro vamos construindo e aprofundando nossa própria identidade de escola do campo. Quem somos nós e o que nos faz único e singular? O que me faz semelhante ao outro? Quem é o outro dentro de mim na escuta de si mesmo e do outro? O que é nosso? Reconhecemos o que é nosso e recebemos o que é do outro com percepção curiosidade, disponibilidade e amorosidade ao sentir o humano que existe em cada um de nós e no outro. E sabemos também que somos o que damos? Em palavras somos irmãos, somos do campo, somos juntos e damos sentido à nossa escola.

No mês de setembro, celebramos um evento que fortalece as famílias agricultoras aqui do Arrozal. Foi o mês de partilhar os diversos significados dessa luta tão simbólica para agricultura urbana do Cerrado.

As avós são as guardiãs e os griôs da natureza que moram no Arrozal são grandes conhecedores de ervas e plantas. A nossa querida dona Ildecy que também cultiva junto com seu esposo plantas medicinais mostra como a agricultura agroecológica é herdada e pode nos ajudar no cuidado na saúde popular e comunitária das nossas comunidades. Dona Dé e seu esposo foram moradores por muitos anos do Arrozal com todo o seu conhecimento e sabedoria, ela nos fala que no momento da pandemia a prática coletiva de saúde comunitária tem sido muito importante na manutenção da saúde física e mental, “só médico não dá tem que trabalhar com a natureza também isso ajuda a produzir alimento e também traz alegria”.

Com a visita dos Angoleiros foi possível valorizar o conhecimento ancestral e contribuir para que nossas identidades se fortalecem além das nossas ancestralidades. A vinda também de pessoas e de professores falando sobre a agrobiodiversidade do território possibilita que os moradores sejam vistos como produtores de conhecimento, garantindo

favores então entre nós e todos da comunidade. Todos os conhecimentos têm sentido e relevância para a nossa escola.

Um dos nossos diários de campo foi a visita que fizemos a um quintal produtivo da região do Arrozal, a chácara do seu MICA. Nessa visita fizemos uma roda de conversa com ele onde estiveram presentes também sua esposa Silvana e os produtores. Ali, nos foram apresentadas as áreas onde estão instaladas a horta comunitária e o sistema agroflorestal. Nesses espaços, há a proposta também de tecnologias sociais, como placas solares e biodigestores, sistema de captação de água da chuva. Sua casa é um espaço como unidade piloto sustentável para que outras casas da região adotem também esses passos de convivência, interação e educação ambiental na comunidade. Mica além de contribuir para a geração de renda com a produção e o manejo ecológico de picolés com frutas do Cerrado, tem ajudado na preservação ambiental e na manutenção da nossa horta. De forma muito inclusiva com a promoção da cidadania campesina, várias oficinas foram realizadas para fazer a convergência entre a comunidade e

nossa escola com objetivo de pensar na gestão de um espaço coletivo de horta e agrofloresta dentro dos nossos campos atrás da escola.

Foi preciso por parte da escola ter um olhar agroecológico sobre a conservação do solo, pressupondo considerar a terra e o território como ciência em seu sentido integral. Nessa perspectiva, a humanidade e a natureza se relacionam em harmonia e equilíbrio como nos ensina a grande mestre Ana Primas. “ Um solo conservado é muito mais do que um solo rico em nutrientes, é aquele que gera vida em abundância para as pessoas que cultivam e se alimentam dele, assim para continuar os trabalhos usamos a cartilha da terra. ”

Com a expansão populacional da região, houve um cenário de contínua degradação dos ecossistemas requerendo um melhor entendimento sobre as contribuições da natureza para as pessoas. Através das histórias buscamos com os nossos alunos refletir sobre pequenas ações no dia-dia que podem contribuir para uma consciência coletiva. É preciso entender que o que torna a vida possível só será garantido através do uso sustentável da natureza, o que é comumente praticado por comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cenas da educação do campo. A educação do campo é um território em disputa na luta pelo direito à educação uma das primeiras propostas foi ressignificar o currículo da educação do campo para que haja um respeito à especificidade da educação campesina e a diversidade de seus sujeitos. O campo tem sua especificidade, toda essa diversidade de coletivos humanos

apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologia, valores e culturas. A educação dos diferentes grupos têm especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no projeto político pedagógico da nossa escola.

Um dos aspectos a se observar é que foi necessário promover uma sensibilização dos educadores, para isso era preciso que eles também se sentissem sensibilizados com os saberes, os fazeres do campo e a diversidade dos seus sujeitos.

Tudo isso é uma luta. É o movimento dialético que vai e volta e nossa luta é que as políticas públicas, as diretrizes para educação do campo se concretizem e se materializem na escola.

Os registros históricos mostram que a educação do campo começou a surgir em 1998 a partir das discussões dos debates dos movimentos sociais, da igreja e da sociedade. No caminhar de 1996 até chegar em 2022 a gente vai perceber que toda essa mobilização vai buscando a identidade da escola do campo e aqui surgem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo do DF.

Os frutos dessas sementes que foram lançadas no passado pelos nossos pioneiros, estudiosos, educadores e movimentos sociais que lutaram pela escola do campo permitem hoje novas cenas para a identidade da escola do campo.

A importância do inventário reside também em assegurar: para além da identidade da escola do campo, essa identidade é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade dos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade, nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam soluções exigidas para estas questões e a qualidade social da vida coletiva do país; direcionados para o mundo do trabalho bem como para o desenvolvimento social economicamente, justo e ecologicamente sustentável.

O projeto institucional de nossa escola é a expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação popular e escolar, com qualidade social, constituindo-se no espaço público de investigação e articulação de experiências.

Na trajetória da construção do inventário foi preciso refletir constantemente sobre as propostas pedagógicas da escola do campo e que essas propostas elas precisam respeitar as diferenças e o direito à igualdade cumprindo imediatamente e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9396 de 1996 contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Foram

necessários diversos estudos na coordenação coletiva para entender a educação do campo em seus aspectos legais da educação do campo no DF.

(A Lei 4751 de 2012 lei da gestão democrática PDE DF meta 8 da educação do campo e o Regimento escolar da rede pública Seção IV da educação do campo art. 74 a 84 PDE e a portaria 419 de 20/12/2018 diretrizes pedagógicas da educação do campo.)

O art. 4 da portaria 419 instituiu o inventário social, histórico, cultural e ambiental como instrumento basilar na construção identitária da escola do campo cabe aqui ressaltar a grandiosidade deste artigo por que muitas escolas do Distrito Federal perdem o título de escola do campo pois ocorre de ir surgindo um aglomerado de pessoas se intensificando naquele local e trazendo características mais urbanas do que camponesas, e dependendo das legislações e decretos de uma hora para outra a escola, perde seu título de escola do campo mas o que fica então para a gerência de educação do campo é o inventário se a escola possui este instrumento basilar na sua construção identitária apenas um decreto não poderia modificar pois ela tem uma história, ela tem uma trajetória estabelecida pela sociedade pelos movimentos sociais.

Nas coordenações coletivas foi muito importante conhecer a leitura e refletir sobre as palavras de Miguel Arroyo:

Através da luta, através da luta pelos direitos de seus povos. Na luta pela terra, pelos seus territórios e a produção camponesa ao pensarmos o inventário é preciso pensar sobre todas do currículo como território em disputa, e é aqui que a gente busca organizar o trabalho pedagógico na escola, através de uma formação de educadores: dinâmica, social, política e cultural e é através das lutas pelo direito dos seus povos que há de se garantir o direito à terra, o território, ao modo de produção camponês, a educação e a escola matrizes formativas da educação do campo.

Na luta pela construção do inventário vivemos a complexidade da realidade do campo como espaço de experiências humanas, políticas, sociais, culturais, cognitivas, éticas e estéticas. Nem sempre está claro para os professores e educadores, para os gestores que atuam na escola do campo a dimensão da identidade da escola do campo.

Foi preciso também conversar sobre o currículo oculto, sobre os conteúdos pautados em um diálogo de conhecimentos, de processos de formação, o diálogo na diversidade para ampliação do conhecimento, a desconstrução do saber sequencial repartido em disciplinas partindo para a interdisciplinaridade.

O processo de reelaboração do saber-fazer era articular a prática pedagógica escolar e a prática social camponesa, o currículo e trabalho, território e aculturação, espaços de

identidade, de cultura. Ressalta-se que uma visão bucólica de campo é desconstruída ao perceber que o campo tem sangue, o campo tem guerras, o campo tem precariedade diversas.

Perguntas que nos movem na busca por nossa identidade: Como está o PPP e o currículo da nossa escola? Estão relacionados com território e com as populações camponesas de nossa comunidade? Os saberes, os fazeres, os valores, a ética e a estética da nossa comunidade está presente no PPP? A nossa escola propicia a formação continuada dos educadores com a interação com o território camponês? Como a escola promove a interação dos educadores e educandos e suas respectivas agências formativas presentes no território camponeses? Como pensar essa interação da escola e comunidade camponesa para ser ressignificada?

Quando a gestão 2022 começa na escola do Arrozal percebe-se que no PPP da escola os saberes e os fazeres do campo não estavam presentes.

O inventário é a trilha e o caminho para o PPP. Surge então a importância de trilhar o PPP, tecendo o inventário. Constituindo-se em um instrumento investigativo, coletivo, dialético com objetivo de reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que serviram de subsídio na construção do PPP da nossa escola, cuja essência como elemento técnico vai vir para garantir a política educacional voltada para escola do campo legitimando-a.

E que havia também uma não vinculação das ações pedagógicas com a Portaria nº 419, que é o marco essencial para a materialização do inventário, quando ele se torna normativo, um princípio de educação do campo. Não conhecer esses aspectos legais também é um impeditivo para que as importantes conquistas da educação do campo se materializem, não conhecer o inventário como uma metodologia para ressignificação das escolas do campo do DF torna-se então uma busca para essa atual equipe gestora. Que busca apoio na EAPE através das oficinas com a professora Doutora Ana Carolina Seixas.

Começamos um debate sobre o inventário e foi com gana que reafirmamos o compromisso de que nossa equipe sendo uma das 75 escolas do campo precisávamos implementar dentro das políticas de educação do campo, tecer o nosso inventário.

Como uma pesquisa etnográfica, como processo dialético e de construção. Ressalta-se a contribuição fundamental e essencial da EAPE Escola de formadores do Distrito Federal juntamente com a UNB que contribui com esse momento formativo através da escola da terra. Lembrando que o Distrito Federal não pode ser visto apenas como Brasília, mas dentre as 75 escolas do campo nesse universo, sete são de Ensino

Médio e uma oferece Ensino Médio noturno. A educação de jovens e adultos é oferecida em seis escolas e 32 cidades satélites com suas escolas do campo. Esse quadro quantitativo mostra também como vamos nos distanciando da educação do campo, sendo que a maioria são escolas classe e apenas uma oferece o ensino médio noturno.

Dos princípios da educação do campo, é preciso ressaltar o desenvolvimento pedagógico curricular a partir da vinculação das matrizes formativas da população do campo, que são: terra, trabalho, história, cultura, luta social, vivência de opressão, conhecimento popular e organização coletiva.

Era preciso então retomar a coluna da vida do inventário garantindo que essas matrizes formativas estivessem no dia-dia nas ações da escola. Como já faz parte da proposta de educação do campo do DF é preciso então que as atividades de pesquisa sejam realizadas por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral. Essa forma de saber e fazer do povo camponês se constitui referência para as práticas pedagógicas.

A terra como elemento educativo e norteador dos estudos da comunidade escolar camponesa. Foi através então dos ensinamentos camponeses de como se planta, quando se vai plantar, como se colhe, as melhores épocas, como vai ou não arar a terra, se a terra está boa ou ruim. A terra educa e ensina.

PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

Infância Viva Retratos

Justificativa

O projeto deseja favorecer a percepção e a sensibilidade, bem como a expressividade das crianças por meio das diferentes linguagens artísticas. Movimentando e descobrindo múltiplas linguagens, ampliando as identidades étnicas raciais a educação para a diversidade do campo e antirracista.

Os desenhos são recurso significativo na proposta pedagógica a fim de atingir os princípios das DCNEI e do Currículo em Movimento. A partir dos desenhos infantis, as crianças podem: conviver com seus pares e com o adulto partilhando diferentes ideias e conhecendo o outro; participando do planejamento e da gestão da instituição escolar; explorando a imaginação e a criatividade; bem como se expressa por meio da linguagem

visual como sujeito ativo e de direito, conforme preconiza a perspectiva da sociologia da infância.

Deixar as crianças registrarem seus interesses através da fotografia, permitir que sejam fotógrafas do seu cotidiano e registrem aquilo que as tocam, oportuniza aos educadores a transformação de um cotidiano esvaziado de sentido para uma dinâmica de experiências repletas de narrativas infantis e de diálogos diretos com os interesses, visões e necessidades das crianças.

Objetivo Geral:

Despertar o interesse por desenhar e fotografar considerando a utilização de diferentes ferramentas, suportes e materiais experimentando diversas posições espaciais e corporais para desenhar e se fotografar (sentadas, em pé, deitadas de bruços etc.), assim como explorar variadas possibilidades de traçar desenhos, ocupando os espaços, de modo bem pessoal.

Objetivos Específicos:

- ✓ Trabalhar com a percepção das suas marcas (linhas, formas, volumes, planos) e com as cores.
- ✓ Utilizar materiais artísticos variados em diferentes planos e superfícies.
- ✓ Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
- ✓ Exercitar a autoria individual dentro da coletiva.
- ✓ Participar da tomada de decisão relativa à escolha de materiais.
- ✓ Conhecer-se e reconhecer-se no contato criativo.

Principais ações:

- ✓ Desenvolvimento de atividades de desenhos como forma de livre expressão;
- ✓ Desenvolvimento de ações que envolvem memória, percepção e atenção visual;
- ✓ Desenvolvimento de atividades que permitam a percepção e prática auditiva;
- ✓ Desenvolvimento de atividades que possibilitem percepção de superfície e tamanho, a configuração tridimensional e o reconhecimento dos objetos em seu formato, tamanho, cor e textura;
- ✓ Desenvolvimento de atividades de simetria com vista à definição de lateralidade;

Avaliação do projeto e no projeto:

O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.

Folhas e papeis variados.

Projektor / Data Show

Responsáveis:

Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

As oficinas são desenvolvidas no mensalmente decorrer do ano letivo dentro dos espaços da escola, a partir das atividades planejadas pela coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora. **NINHADA**

Objetivo Geral:

Garantir o êxito no acolhimento e inserção da criança no contexto da Educação Infantil.

Objetivos Específicos:

Promover ações de acolhimento com linguagens, sentimentos, emoções, aprendizagens que oportunize a consolidação da liberdade, da autonomia e do protagonismo infantil no ingresso do estudante de educação infantil e em um novo contexto agora, escolar.

Principais ações:

Planejamento coletivo;

Envolvimento de todos os profissionais da educação;

Participação das famílias e/ou responsáveis e da comunidade;

Atendimento à diversidade;

Consideração dos sentimentos das crianças e dos adultos.

Avaliação do projeto e no projeto:

O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores buscando perceber o estabelecimento de vínculos positivos como a criança, sua família e a escola.

Recursos:

O acolhimento da criança envolve aconchego, bem-estar, amparo, cuidado físico e emocional. Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.

Folhas e papeis variados.

Projeter / Data Show

Responsáveis:

Toda a comunidade escolar.

**PRÁTICAS DO BEM CONVIVÊNCIA ESCOLAR E CULTURA DE PAZ –
BULLYING NÃO TEM GRAÇA!****Justificativa**

O projeto busca desenvolver o acolhimento, o amor e a transformação social. Desenvolver laços de empatia com sua história, suas emoções, seus modos de ser e estar no mundo e suas possibilidades de Devir que serão sempre conduzidas pela própria criança em seu processo de ser com os outros sempre amparada por nós e pela família.

Objetivo Geral:

Ampliar o diálogo entre todos os agentes da comunidade escolar, incentivando a reflexão crítica e transformação de realidades violentas, excludentes e preconceituosas. Trabalhar habilidades de escuta sensível, cultura de paz que venham a contribuir com o desempenho e processo pedagógico, estimulando nos estudantes o convívio social, cidadania e senso crítico, além de atividades socializadoras

Objetivo Específico:

- Resgatar as regras principais de convivência.
- Reforçar o valor da ética nos dias atuais e a necessidade de exercitá-la em nossas atitudes diárias.
- Estimular o companheirismo, a amizade e o respeito ao outro.
- Conhecer o fenômeno Bullying, refletindo sobre suas consequências na vida dos alunos.
- Divulgar o conceito de Bullying não só no ambiente escolar e familiar, mas também para a sociedade.
- Desenvolver atividades artísticas e culturais
- Ampliar por meio da arte e da educação as competências e habilidades dos estudantes no que tange ao desenvolvimento e motricidade.
- Criar um ambiente de práticas e exercícios do convívio social saudável, abordando questões de ética, cidadania, diversidade e valores humanos;
- Promover através da ludicidade uma visão acolhedora para a realidade dos estudantes, ampliando suas possibilidades de crescimento pessoal;
- Envolver a escola de maneira participativa no desenvolvimento integral dos discentes.

Principais ações:

- Oferecer atividades que trabalhem valores como tolerância e solidariedade;
- Estimular o convívio ético com as diferenças e;
- Promover o diálogo entre os estudantes despertando-lhes a consciência crítica.
- Apresentação de histórias cantadas pelos educandos e orientadas pelas professoras;
- Apresentação de músicas, trava língua, cantiga de roda e danças;
- Resgate de brincadeiras antigas.

Avaliação do projeto e no projeto:

O projeto será avaliado continuamente e/ou em intervalos quinzenais através de avaliações das atividades pela equipe da coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.

- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- As atividades dos projetos acontecem quinzenalmente, atendendo os estudantes de todas as turmas pontualmente no início de cada turno de aula.

PLENARINHA

Objetivo Geral:

O Projeto Plenarinha tem como objetivo fortalecer o protagonismo das crianças no processo de aprendizagem e desenvolvimento da primeira infância na Educação Infantil.

Objetivos Específicos:

- A Plenarinha também objetiva de forma específica promover a escuta atenta, sensível e intencional às crianças acerca de suas necessidades e interesses e, para que elas possam anunciar sua visão de educação e de mundo, expressando como compreendem a realidade que as envolve.

Principais ações:

- Divulgação do Tema;
- Proposição de início de estudos sobre o tema para a organização dos projetos na unidade escolar;
- Webinar – Plenarinha (Dia de Formação da Educação Infantil);
- Desenvolvimento do projeto na unidade escolar;
- Realização da Plenarinha local;
- Realização da Plenarinha Regional;
- Realização da Plenarinha Distrital;
- Avaliação da Plenarinha e
- Levantamento do Tema para o próximo ano.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O registro das atividades realizadas no dia a dia da escola mostra o percurso da prática pedagógica e proporciona sua avaliação.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- A Plenarinha é um projeto da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, sob a coordenação da Diretoria de Educação Infantil - DIINF, realizado por toda a comunidade escolar, voltado, prioritariamente, à Educação Infantil e ao primeiro ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Cronograma:

- O projeto Plenarinha é desenvolvido ao longo do ano letivo no âmbito da unidade escolar.

LER É CRESCER

O hábito e o prazer pela leitura de livros estão cada vez mais escassos atualmente. Isso ocorre pelo fato de que o fácil acesso à internet, que traz informações prontas, tem tirado das pessoas o costume de ler para pesquisar, ler para se informar ou ler, simplesmente pelo prazer de ler.

Em nossa comunidade, boa parte dos pais, por diversos motivos, não têm disponibilidade para incentivar os filhos à leitura. Além disso, os recursos tecnológicos também contribuem, na maioria das vezes, de forma negativa em relação ao desenvolvimento do prazer pela leitura,

Hoje, com complexa concorrência da sempre atraente Internet, o hábito da leitura, necessário à evolução científica, filosófica e cultural de qualquer povo, corre o risco de ser

relegado a um segundo plano, prejudicando sobremaneira a formação do indivíduo. (AMARAL, 2012, [on-line]).

Pelos motivos elencados acima, torna-se imprescindível que a escola retome a prática de leitura com os estudantes, pois, também de acordo com Hugo César Amaral,

[...] em tempos de redes sociais, jogos online e outros atrativos virtuais, é muito improvável que estudantes, sem uma orientação adequada na família e na escola, venham trocar a Internet por um livro. É um fenômeno universal. E estas ponderações, acerca dos efeitos nocivos da Internet sobre o ato de ler se aplicam igualmente a adultos, cada vez mais reféns e prisioneiros de seus tablets, smartphones e laptops (AMARAL, 2012, sp).

Objetivo Geral: Fomentar o gosto pela leitura e o hábito de ler em todas as etapas da escolarização.

Objetivos Específicos:

- Facilitar o acesso da comunidade escolar ao acervo literário da instituição;
- Proporcionar aos estudantes momentos de prazer e diversão através da leitura e/ou contato com os livros;
- Aprimorar a capacidade interpretativa e o horizonte de expectativas dos pequenos leitores e;
- Desenvolver o processo de leitura, escrita e fala, de maneira eficiente, utilizando de forma recursiva de estratégias e procedimentos que viabilizem a apropriação dessa leitura e dessa escrita.

Principais ações:

- Rodas de leituras em sala;
- Visitação à biblioteca para Leitura;
- Eventos (feira de livro);
- Conversas com autores;
- Leitura dramatizada;
- Utilização de quadrinhos, gibis e outros meios que envolvam a leitura e o visual ao mesmo tempo;
- Recontos de histórias e
- Leitura compartilhada.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O estudante será incentivado a trazer os temas abordados nos livros para a contemporaneidade e apresentá-los por meio de expressões artísticas de diferentes áreas como artes plásticas e produção textual. O diálogo entre as turmas que participam do projeto também será estimulado para que o debate possa se expandir e ser levado também para o ambiente familiar. A iniciativa fortalece a ideia de que, embora surjam novas tecnologias a cada dia, os livros continuam sendo uma ferramenta insubstituível para formação social, intelectual, cognitiva e cultural de crianças e jovens.

Recursos:

- Material de Literatura
- Sacolas para o projeto.
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- Durante o ano letivo. O projeto é trabalhado conforme o planejamento semanal do professor regente da turma, acontecendo sempre uma vez por semana.

FEST LIVRO**Objetivo Geral:**

O projeto objetiva difundir a produção literária dos estudantes para os pais, familiares e visitantes, fomentando assim, a culminância de ações pedagógicas de incentivo à leitura realizadas na escola.

Objetivo Específico:

- Incentivar a leitura e o contato com outras linguagens artísticas da criação humana;
- Incentivar a leitura em suas diversas linguagens;
- Proporcionar o contato entre autores e seus leitores;
- Estimular a valorização do livro e da leitura e
- Aprimorar a capacidade interpretativa e o horizonte de expectativas dos pequenos leitores.

Principais ações:

- Palestras;
- Mesas redondas com os estudantes;
- Lançamento dos livros;
- Sessão de autógrafos de livros;
- Programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.);
- Oficinas;
- Contação de histórias, teatro de fantoches;
- Troca de livros;
- Bate-papo literário;
- Eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.

Avaliação do projeto e no projeto:

O projeto será avaliado através de avaliações das atividades pela equipe da coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

Apresentações literárias e teatrais, lançamentos dos livros, palestras, bate-papos com autores e oficinas.

Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.

Folhas e papéis variados.

Projektor / Data Show Livros de literatura infantil e infanto-juvenil;

- Caixas decoradas para a disponibilização dos livros;
- Sapateiras para disponibilização de livros em ambientes diversos da Unidade Escolar;

- Fantoques;
- Ambientes disponíveis na UE: pátios, sala de leitura

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora. Professora Andrea da Silva.

Cronograma:

- Apesar de acontecer sempre no 2º semestre do ano, as atividades são iniciadas pelo Projeto Ler é Crescer.

BOM SABER

Objetivo Geral:

- Desenvolver nas crianças as habilidades cognitivas e socioemocionais e proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem.
- Objetivo Específico:
- Promover o processo de alfabetização, orientando-se pela indispensável compreensão do princípio alfabético, estimulando a curiosidade e o prazer de ler.
- Possibilitar a melhoria na aprendizagem de escolares, através do projeto interventivo, criando mecanismos que favoreçam a superação das dificuldades.

Principais ações:

- Atividades que propiciem o desenvolvimento da capacidade de ler, escrever e realizar cálculos com autonomia;
- Estímulo ao desenvolvimento cognitivo;
- Desenvolvimento de atividades que propiciem o aprimoramento da lateralidade;
- Vivência de estruturas matemáticas explorando o raciocínio lógico de maneira significativa;
- Estudo quinzenal de gêneros textuais;
- Produção coletiva e individual do gênero em estudo;
- Aprofundamento de aspectos gramaticais e ortográficos, inclusive privilegiando as produções dos alunos e;
- Correção, reestruturação e socialização de textos.

- Avaliação do projeto e no projeto:
- A partir do resultado nas produções escritas e na oralidade dos alunos que vierem a ser expressos nas atividades de leitura e escrita do cotidiano escolar, marcando a qualidade das produções coletivas e individuais.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes, equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma: Anual.

SABORES E SABERES

Objetivo Geral:

- Incentivar a autonomia alimentar das crianças, a conscientização e o envolvimento acerca dos aspectos sociais, pedagógicos e nutricionais que o momento da refeição propicia.

Objetivo Específico:

- Incentivar os bons hábitos alimentares e identificar as preferências alimentares dos alunos conscientizando sobre a importância da alimentação saudável.

Principais ações:

- Permitir às crianças que escolham os alimentos que comporá seus pratos;
- Orientar para que as crianças compreendam a importância de servir-se em pequenas porções quantas vezes necessário;
- Promover momentos em que as crianças aprendam com seus pares a servir no prato alimentos desconhecidos em suas vivências familiares;

- Promover no cotidiano da escola uma alimentação prazerosa numa dinâmica de interação e aprendizado em um ambiente preparado e;
- Desenvolver momentos que otimizem o aprendizado através dos exemplos como, saber respeitar o espaço coletivo, aguardar a vez, colaborar com o cuidado e higiene dos espaços.

Avaliação do projeto e no projeto:

Aos poucos a equipe pedagógica deve construir com as crianças importantes momentos de formação, reflexão e aprendizado. Após o período de implantação da metodologia deve ser possível destacar os avanços na autonomia, diminuição do desperdício, troca de cultura entre pares, refeições prazerosas e regras de socialização.

Recursos:

- Peças teatrais;
- Música;
- Quebra cabeças com verduras e frutas;
- Caça ao tesouro utilizando alimentos como foco;
- Confeção de saladas de frutas e
- Recortes com fruta e verduras.

Responsáveis:

Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor, cozinheiro, auxiliar da limpeza, equipe de conservação, vigilância, dentre outros.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.

VIVÊNCIAS NO QUINTAL

Objetivo Geral:

- Brincar nos espaços fora da sala de aula como garantia de exploração de vivências diárias da Educação Infantil.

Objetivo Específico:

- Experimentar brincadeiras do contexto comunitário.
- Utilizar materiais alternativos para a realização de brincadeiras.
- Experimentar habilidades motoras no brincar.
- Reconhecer a importância de se aprender e aprimorar novos movimentos.
- Identificar as capacidades físicas presentes nas brincadeiras.
- Reconhecer os tempos e espaços escolares para brincar.

Principais ações:

- Utilizar a brincadeira como um recurso escolar e aproveitar a motivação própria das crianças para tornar a aprendizagem mais atraente.
- Avaliação do projeto e no projeto:
- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores de forma a observar a participação e interação dos estudantes e quais brincadeiras os estudantes mais gostaram de realizar. Observando inclusive, se eles tiveram dificuldades ou facilidades em respeitar os tempos e espaços estabelecidos nessa proposta.

Recursos:

Objetos e materiais apropriados, oferecidos pela escola, materiais alternativos (o que também favorece no desenvolvimento da criatividade). Independente da forma ou do material utilizado, salientamos a importância da valorização dos tempos e espaços destinados ao brincar dentro da escola, como garantia de direito dos estudantes, previsto na legislação brasileira.

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.

NOSSAS RAÍZES

Objetivo Geral:

- Ampliar o conhecimento do mundo e da cultura indígena.

Objetivo Específico:

- Promover a valorização da diversidade e das diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza.
- Combater o preconceito na escola a partir de uma perspectiva de valorização dos povos originários, combater a intolerância cultural e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais indígenas como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.
- Contribuir para a construção de uma infância livre, autônoma e parceira na mudança social.
- Proporcionar às crianças referenciais positivos acerca da diversidade fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e valorize a diversidade étnico racial.

Principais ações:

- Fazer leitura de deleite de diversas obras em sala;
- Leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história;
- Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções coletivas, tendo como referência uma história Indígena;
- Estudar o vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja melhor aproveitada pelos alunos;
- Mostrar o mapa dos povos indígenas no Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;
- Pedir às crianças que façam um autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas;
- Promover Espaço Povos Extraordinários;
- Visita de contadores de histórias;
- Oficina de Culinária Brasileira para as crianças e professores;
- Oficina: A cultura indígena dançada e cantada e;

- Oficina: Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

- Livros que sirvam de referência para este trabalho.
- Músicas.
- Vídeos.
- Mapa dos povos indígenas no Brasil
- Espaço Povos Extraordinários (retratos, biografias, fotografia e elementos presentes na cultura indígena).
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma: Anual

Avaliação do projeto e no projeto:

- Nas coordenações pedagógicas e avaliações institucionais.

Recursos:

- Material de Contação de história.
- Material Pedagógico

BAOBÁ

Objetivo Geral:

Este projeto tem por objetivo atender as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 que determinam que seja ensinada nas escolas brasileiras a História da África e a Cultura Afro-brasileira e principalmente conhecer e reconhecer a importância dos povos africanos na história do Brasil e a influência destes povos na história, cultura, religião, culinária e costumes brasileiros.

Objetivo Específico:

- Combater o racismo na escola a partir de uma perspectiva afrocentrada, combater a intolerância religiosa e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais africanos como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.
- Promover a valorização da diversidade e das diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza.
- Contribuir para a construção de uma infância livre e autônoma parceira na mudança social.
- Proporcionar às crianças, referenciais positivos acerca de Negritude fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e valorize a diversidade étnico racial.

Principais ações:

- Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro;
- Promover o reconhecimento e valorização das canções, jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais africanas;
- Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias;
- Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e artistas negros;
- Possibilitar a manifestação de interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida;
- Promover roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e;
- Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.

Avaliação do projeto e no projeto:

A avaliação do projeto se dará entre professores, alunos, equipe gestora e demais funcionários envolvidos, quanto a validade, a importância, a metodologia utilizada, o envolvimento de cada segmento e o desenvolvimento do projeto com espaço para críticas e sugestões.

Recursos:

- Livros
- Cartazes
- Fotografias
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma:

- O projeto ocorreu no mês de novembro com culminância na semana da Consciência Negra.

YAYÁ

Objetivo Geral:

Possibilitar dentro do espaço escolar uma efetiva participação da família no processo educacional do estudante na perspectiva de que a parceria família-escola possa possibilitar melhorias no processo ensino-aprendizagem.

Objetivo Específico:

- Trazer temas de relevância para a comunidade.

- Abrir um espaço de formação e fala para as famílias.

Principais ações:

- Acolhimento e boas vindas aos pais;
- Sensibilizar as famílias sobre a importância da temática;
- Apresentar vídeos para ilustrar e complementar o tema;
- Entrega de textos impressos aos pais sobre o tema, para releitura e posterior consulta;
- Reflexão, discussão aberta sobre os itens propostos e;
- Incentivar a participação espontânea, buscando refletir junto com os pais sobre sugestões de novos temas a serem apresentados em futuros encontros.

Avaliação do projeto e no projeto:

O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela equipe gestora, pelo SOE e SEAA com fichas para avaliação das intervenções realizadas com os pais/responsáveis.

Recursos:

- Material informativo.
- Responsáveis:
- Equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma:

- Ao longo do ano letivo.

DIRETO DA HORTA

Educação ambiental coletiva: Um instrumento de Ecoalfabetização.

Objetivo Geral:

- Desenvolver atitudes que permitam ao estudante apresentar ações de preservação do meio ambiente valorizando a produção de alimentos sem agrotóxicos, cuidados com a saúde e a valorização da vida e da natureza.

Objetivo Específico:

- Despertar nas crianças o interesse em ter uma alimentação saudável por meio do cultivo de diversos alimentos em nossa horta.
- Proporcionar e oportunizar momentos com ações para a criança ser protagonista dentro do processo.
- Conhecer, pela degustação, diferentes alimentos cultivados na horta da escola.
- Sensibilizar as famílias sobre alimentação saudável, desnutrição e obesidade infantil.
- Estabelecer relações entre o valor nutritivo dos alimentos cultivados.
- Proporcionar vivências e informações sobre o meio ambiente.
- Oferecer um lanche saudável.
- Conhecer a origem e o desenvolvimento do alimento.
- Utilizar as hortaliças na preparação do lanche.

Principais ações:

- Preparação da terra e canteiros;
- Entrega das sementes;
- Orientação para os professores sobre cultivo em horta;
- Levantamento de hipóteses sobre o que é horta, a importância dos alimentos e suas vitaminas;
- Pesquisa sobre horta e termos \ objetos utilizados;
- Escolha das hortaliças com a turma;
- Pesquisa sobre hortaliças;
- Preparação do canteiro e plantio com as crianças;
- Produção da placa de identificação do canteiro pelos estudantes;
- Cuidados diários;
- Registro e acompanhamento das fases de crescimento;
- Colheita;
- Envio das hortaliças para casa e;
- Preparação e degustação de receitas escolhida pelos alunos.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Observação dos hábitos alimentares das crianças.
- Registro da participação e interesse das crianças.

Recursos:

- Terreno para desenvolver a horta.
- Adubos.
- Sementes.
- Ferramentas necessárias ao cultivo de hortaliças (pazinhas, rastelos e regadores).
- Mangueiras.
- Tela, tijolos, garrafas, pets ou pneus.

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- O projeto Horta é desenvolvido ao longo do ano letivo.

MENINA MOÇA E MENINO RAPAZ**Objetivo Geral:**

- Orientar os estudantes do 4º Ano e 5º Ano sobre as mudanças e conflitos recorrentes das idades.

Objetivo Específico:

- Discutir com os adolescentes os temas selecionados para a educação em saúde.
- Contribuir para a adoção de hábitos saudáveis na vida dos adolescentes.
- Fazer com que os adolescentes conheçam e criem um vínculo com a equipe de saúde.

Principais ações:

- Levar informações pertinentes sobre a temática a fim de realizar a adoção de hábitos saudáveis de vida pelos adolescentes.
- Distribuição de kits de cuidados e higiene pessoal.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado pela equipe gestora, SOE e SEAA.

Recursos:

- Kits de higiene pessoal.
- Material Informativo.

Responsáveis:

- Equipe da Unidade de Saúde, equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma: 2º semestre.

AMIGOS DO ZIP**Objetivo Geral:**

Promover apoio às crianças a reconhecer emoções e a identificar e desenvolver alternativas para trabalhar com esses sentimentos

Objetivo Específico:

- Promover a consolidação de padrões de reação à sentimentos.
- Amparar educadores a mediar um percurso formativo em que a criança vive.
- Promover a compreensão e o desenvolvimento de ferramentas para lidar melhor com as emoções.

Principais ações:

- Condução do educador a encorajar os estudantes a pensarem em outras alternativas, analisarem as consequências de seus atos e agirem de acordo com o que entenderam e a partir do repertório emocional que desenvolvem no processo.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Nas coordenações pedagógicas e avaliações institucionais.

Recursos:

- Guia todo o projeto.
- Mascote de tecido
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros. Cadernos lápis e sacolinhas

- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma: Anual.

O acolhimento, para além das datas, materializa a humanização da educação, valendo, portanto, para os primeiros dias e também ao longo do ano letivo.

Festa Arrozal

Justificativa

As Festas populares são uma excelente oportunidade de engajar diversas atividades interdisciplinares e ampliar o universo linguístico, pois se constitui uma temática rica em que podem ser explorados diversos tipos de linguagens, resgate de brincadeiras, culinária e memórias do território.

A escola tem um papel importante na valorização das tradições, portanto este projeto integrará a comunidade escolar e ocorrerá durante todo o mês de junho e julho.

Objetivo Geral

Produzir conhecimento e cultura relacionados aos costumes das festas populares

Objetivos Específicos

- Conhecer as características das festas tradicionais em diferentes regiões do país;
- Valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo;
- Compreender a história das festas juninas, bem como seu valor dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e religiosos;
- Perceber a importância do trabalho em equipe e a união dele.

Metodologia

As atividades serão desenvolvidas de forma individual e coletiva com a interação professor/aluno. Três semanas antes da festa os alunos tomarão conhecimento da gincana, seus objetivos, premiações das turmas vencedoras.

Durante as semanas que antecedem a festa junina os professores trabalharão, em sala, a temática através de músicas, colagem, recortes, produção de enfeites em sala, tradições rurais, ditados, comidas típicas, origem da festa junina e outras atividades que envolva o tema.

Recursos

Músicas; TNT; EVA; Fitas adesivas; Cola quente; Cartolinas; Atividades escritas; Chapéus de palha, chita e outros tecidos; Brinquedos para a pescaria etc.

Culminância

Festa Junina na escola com apresentações dos alunos, exposições em murais e comidas típicas, rifas, bingos etc.

Avaliação

Através da participação, colaboração e organização das atividades desenvolvidas e também na realização da festa.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Segundo a Orientação Pedagógica do projeto político pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas (2014), o acompanhamento e a avaliação da implementação do PPP indicarão aspectos que precisam ser revistos, replanejados e os que merecem ser potencializados, assim como os documentos e/ou procedimentos/instrumentos utilizados para avaliar (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões etc.).

Na Comunidade de Aprendizagem ECCA esse momento é permanente, realizado pela equipe gestora, coordenação, docentes e famílias. Vale ressaltar que as Coordenações Pedagógicas, as reuniões ordinárias do Conselho de Classe, do Conselho Escolar e a avaliação institucional dos dias letivos temáticos, constituem-se momentos privilegiados para essa atividade. Nesses processos, formulários, questionários e momentos de escuta ativa, envolvendo as crianças, serão desenvolvidos. Assim, a cada bimestre, em coletiva, nos reunimos para avaliar o PPP analisando e registrando como alcançar os melhores resultados, “aprendizagem significativa de nossos estudantes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anexos:

Carta: As lembranças de uma professora pioneira

Nilma de Castro Lopes

“A Escola Classe Córrego do Arrozal foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. Entre os anos de 1994 e 1998, a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. O nome da escola por sua vez, relaciona-se com as plantações de arroz que antigamente existiam à beira do córrego de mesmo nome. Sua origem remonta a meados da década de 1990. Com o crescimento populacional local, fez-se necessário ampliar esse atendimento. Sendo assim, entre 1999 e 2001, passou a funcionar na associação comunitária local, utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino, ofertando da Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental. Nesse período, de forma administrativa, a escola era anexo da Escola Classe Brochado da Rocha. Em 2002, após doação de terreno

da EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF.

Entre os anos de 2002 e 2007, a escola esteve ofertando: Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tiveram, nesse período de 2002 até 2006, algumas gestões, como: Júnior e Eliane. Entre 2007 e 2009, a escola teve como gestora a professora Anemauro, que infelizmente faleceu em 2009, interrompendo assim todo um trabalho de excelência. Dentre as suas realizações está a implantação da “Educação Integral”, para todos os estudantes. Foi um grande marco, pois atendeu à vários anseios das famílias, por serem uma comunidade carente.

No período de 2010 a 2019, a escola passou por grandes mudanças, tendo como gestora a professora Joliene.

Em 2011, a escola deixou de ofertar Educação Infantil, devido a reorganização de atendimento. Assim, passou a atender apenas o Ensino Fundamental de 09 anos – 1º ano a 4ª série. No mesmo

ano, a escola contava com uma Sala de Recurso Generalista que atendia os estudantes diagnosticados, Biblioteca e Laboratório de Informática, que foram reformados em parceria com a Rede Gasol e inaugurados em 19 de maio de 2011.

Entre os anos de 2012 e 2013, o prédio escolar passou a ser compartilhado com a EC Brochado da Rocha, que estava em reforma. Em 2013, a escola foi vencedora do Prêmio Gestão Escolar, concurso anual realizado pelo CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, que teve como objetivo valorizar e motivar as escolas públicas no desenvolvimento de uma gestão democrática de qualidade.

Nos anos de 2015 e 2016, o atendimento na Educação Integral foi alterado, passando a ser apenas para as turmas de 3º, 4º e 5º Anos.

A partir de 2017, retorna-se a oferta de Educação Infantil e suspende-se o 8º atendimento de Educação Integral por falta de espaço físico. Chega-se a configuração atual desta unidade que passa a oferecer vagas distribuídas da seguinte forma: 1º e 2º Período da

Educação Infantil e o 2º Bloco no turno matutino e 1º e 2º Período da Educação Infantil e o 1º Bloco no vespertino.

Em 2018, a EC. Córrego do Arrozal fez parte do projeto Parceria pela Valorização da Educação-PVE, executado pelo Instituto Votorantim, que tinha por objetivo contribuir para a melhoria da educação pública nas cidades em que a empresa tem operações.

Em 2019, passamos a fazer parte do projeto Escola que Queremos, uma das bandeiras implantadas pela SEEDF que visava a melhoria da educação pública em vários aspectos, como gestão e inovação, e melhora dos índices de avaliação da educação tanto no âmbito distrital, quanto nacional. Tivemos também, nesse ano, a construção da quadra poliesportiva da escola, obra realizada com recursos destinados de parceria entre Ministério Público da União e Associação de Moradores da Comunidade Córrego do Arrozal, que se tornou uma grande conquista para a escola e a comunidade, já que o seu uso se faz para todos.

No período de 2020 e 2021, tivemos a finalização de uma gestão de quase 10 anos, cheio de

conquistas e marcos que fizeram dessa escola um lugar feliz de estar.

No ano de 2022, iniciou-se um período de muitos desafios, um período marcado de reconstruções, de resgate de identidade, de esperança, coisas que se perderam pelas sequelas de uma pandemia que assolou o mundo inteiro. Pode se dizer que foi o período que a escola mais precisou de um gestor que realmente quisesse ser um gestor, na verdade, mais que um gestor, talvez uma espécie de super homem, como dizem as crianças, ou se não, uma supergirl. Córrego do arrozal...na verdade se diz: núcleo rural córrego do arrozal. Porque se faz necessário dizer:” núcleo rural”??? Até então, uma expressão que em muitas mentes que se deixam levar pelos preconceitos sociais, pelo status, pelo orgulho, escondem as suas origens, escondem valores que até então fariam valer características tão suntuosas, tão magníficas, que determinaria a sua essência, a essência de um povo livre, de uma terra livre, o que se resume uma liberdade de defender o que é de tão básico, tão necessário para o homem do campo: garantir a sua própria

sustentabilidade. São nesses pressupostos, que tudo se teve início à um registro mais pontual, mas de forma bem simples e modesta, sem deixar de lado aquilo que tem mais importância, que é de maior relevância: as pessoas que vivem aqui nessa localidade e a ligação que estas tem com um elo extremamente importante na vida delas: a escola classe córrego do arrozal, sendo a única instituição de referência, humanizada, capaz de valorizar cada pessoa dessa comunidade, lembrando à cada um o seu potencial como indivíduo em construção, capaz de fazer progresso, partindo da base inicial: a estrutura social, econômica de onde vive, sem discriminar as suas características, mas encarando como uma base para alcançar outros alvos na vida.

A comunidade Córrego do arrozal é uma comunidade diversificada, em vários sentidos: econômicos, sociais, culturais, sendo estas que acabam envolvendo ideais que determinam a forma de valorizar ou não o lugar em que vive. Em resultado à essa diversidade, podemos chegar á conclusão que há uns anos atrás, essa comunidade sempre passou por rodízios de moradores, onde a sua permanência se valia de

acordo com as necessidades econômicas, pois até então, não havia uma escola com estruturas que pudesse garantir uma base ideal para que tais indivíduos pudessem ter uma esperança de mudanças significativas e que pudessem contribuir para uma nova concepção de vida.

Mas, tudo mudou, quando em 2001, após a doação de um terreno da Embrapa, foi fundada a escola classe córrego do arrozal. Tal instituição tornou-se o único elo entre o governo e a comunidade, onde as suas necessidades se fazem ouvidas, através de uma escuta sensível e humanizada. É dentro desse ambiente que tudo começou: novos horizontes surgiram, novas expectativas foram criadas, tabus foram destruídos... surgiu uma fonte de inspiração para pequenos e aqueles um pouco maiores, crianças que passaram a traçar o seu caminho, sem ter a vergonha de sua origem, sem ter a vergonha de dizer quando perguntam o seu endereço de moradia:..."eu moro no córrego do arrozal..." eu estudo na escola classe córrego do arrozal...", " eu pertenço á comunidade do córrego do arrozal".

Ao longo desse período, especificamente há 22 anos de existência dessa escola, muitos relacionamentos foram construídos para toda a vida; muitos preparos foram feitos para proporcionar às crianças pequenas, oportunidade de crescerem e tornarem pessoas melhores, aptas para enfrentar um mundo, cheio de desafios, fora dos muros dessa instituição que acolheu, aconchegou e cuidou, nos mais ternos braços preparados de profissionais capacitados. Essa escola é realmente uma fonte de inspiração!!! muitas vidas foram impulsionadas a seguirem carreiras lá fora, isso falando em vidas profissionais, mas e o que dizer naquilo que mais engrandece o ser humano, que tem haver com formação de caráter, que habilita essas pessoas a enfrentarem situações na vida, que dependendo de suas atitudes, conseguem provar que tudo isso não foi do nada, mas de um conjunto de fatores que envolveu tanto estrutura física, como humanas, provindas de uma escola com princípios básicos: preparar pessoas de caráter para viver em um mundo com suas diversidades, respeitando e valorizando o que é de mais importância na vida: o ser humano!!!

Poderíamos aqui falar, falar, falar de todos os feitos que essa instituição realizou aos longos desses anos, mas a marca que ela deixou e que permanecerá para sempre em nossos corações é o que ela nos representa: “

“ Escola córrego do arrozal é a nossa inspiração de vida”

Tabela 1

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE APRENDIZAGEM
<p>Objetivo da Escola: Promover a transformação sociocultural, a partir de uma prática educativa emancipatória, comprometida com a diversidade, com o acesso e a produção de conhecimento que articule o local e o universal e com a formação de pessoas sensíveis, críticas e autônomas que contribuam com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.</p>
<p>Tema: Viajando no Mundo das Infâncias vendo o mundo pelas linguagens da criança.</p>
<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Assegurar uma educação de qualidade que valorize não apenas as informações e a busca do desenvolvimento cognitivo, mas compreenda a escola como um todo educativo, no qual os estudantes sejam contemplados na humanização do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, pela ação de toda a Comunidade de Aprendizagem;• Consolidar a metodologia de trabalho por projetos, implementando os desafios para as aprendizagens e proporcionando vivências para estimular os temas geradores.• Organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo (PPP) de forma coerente e articulada considerando a

construção do conhecimento como finalidade social da escola.

- Garantir espaços de ludicidade, múltiplos e flexíveis, com brincadeiras e experimentações; ampliar as oportunidades educacionais, seja nas artes, cultura, esportes ou na vivência das demais experiências. Para isso, os momentos de formação configuraram-se como circunstâncias para compartilhar aprendizagens e experiências, favorecendo, assim, a formação integral do estudante.
- Ampliar os espaços de aprendizagem para além do espaço escolar, abarcando espaços culturais e esportivos diversos, comunidades indígenas e territórios verdes.
- Vivenciar a cidadania, no cotidiano das práticas pedagógicas.
- Estimular e efetivar a construção da Comunidade de Aprendizagem.
- Estimular o resgate de vínculos familiares, articulando o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento da criança e do adolescente.
- Dinamizar o funcionamento da escola, voltando-se para uma prática didático pedagógica inclusiva, que respeita os saberes e os ritmos próprios.
- Diminuir a infrequência escolar e, conseqüentemente, o índice de evasão.
- Incentivar o ingresso e promover a permanência e a aprendizagem de alunos e alunas: com necessidades educativas especiais (ANEE); indígenas, quilombolas e

oriundos dos demais povos e comunidades tradicionais brasileiras; em situação de vulnerabilidade e risco social.

- Promover práticas que levem em consideração a diversidade e as diferenças socioculturais de estudantes, famílias e profissionais da escola.
- Atuar em conformidade com a igualdade e a diversidade de gênero.
- Desenvolver atividades geradoras de motivação, participação, cooperação, coeducação e sociabilidade.
- Oportunizar contatos mais ricos, diversificados e constantes da criança com a leitura, a escrita, a matemática e outras áreas do conhecimento humano, sempre em situações reais, significativas e de prazer, desenvolvendo projetos pedagógicos específicos.
- Estimular situações que favoreçam o fortaleçam a identidade e a autoconfiança da Comunidade de Aprendizagem.
- Colaborar para que crianças e adolescentes percebam, reconheçam e expressem seus sentimentos e necessidades.
- Promover o reconhecimento e a apropriação dos saberes do território.
- Trabalhar reagrupamentos intra e extraclasse.
- Discutir e chegar a uma compreensão comum do conceito de economia do bem viver, agregando ações para sua efetivação na Comunidade de Aprendizagem.
- Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes.
- O aprofundamento da gestão democrática.

- O estabelecimento de relações entre pessoas sob a lógica da cooperação, não da competitividade.
- Uma práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável.
- Uma expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa; grupo de pessoas que interage entre si e estabelece relações sociais.
- O olhar para a escuta às crianças.
- Rompimento da lógica tradicional dos tempos escolares (PACHECO, 2014).
- Promover a escola como espaço de difusão e circulação de manifestações culturais, ampliando o repertório cultural das crianças.
- Aprimorar os processos avaliativos, tornando-os cada vez mais qualitativos, permanentes e processuais.
- Fortalecer a participação de todos os atores e segmentos envolvidos na consolidação do PPP; a expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa.
- Manter e ampliar os espaços coletivos de tomadas de decisões, fortalecendo o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM).
- Aumentar a presença das famílias na escola.
- Reconhecer os servidores da escola como efetivos educadores.

- Promover continuamente a reflexão sobre a prática pedagógica e realizar formação de educadores de todos os grupos envolvidos na Comunidade de Aprendizagem (docentes, educadores sociais, estagiários, servidores, parcerias diversas etc.), instituindo formação continuada nas práticas e metodologias.
- Promover o acesso e a permanência do aluno na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo Integral do ensino fundamental. Para o cumprimento deste propósito é necessária uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal.
- Aumentar o quantitativo de dispositivos de acesso à internet para pesquisa e desenvolvimento da pedagogia por projetos e promover, tal acesso a todas as crianças, especialmente com dificuldades socioeconômicas e em risco de vulnerabilidade social.
- Alfabetizar todas as crianças que chegam à escola.
- Mapear espaços físicos e virtuais que se constituam como espaços de aprendizagem, bem como talentos da comunidade que possam participar do trabalho pedagógico no processo de troca de saberes.
- Garantir a compreensão da relação entre direitos, deveres e

valores, a justificativa de cada dever pactuado e das consequências no caso do seu descumprimento e criar de dispositivos para ajudar o cumprimento dos deveres e a perda de direitos nos casos de não cumprimento dos deveres.

- Oferecer suporte e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade (desemprego, diminuição de renda, não acesso a serviços de saúde).
- Manter e estruturar a Comissão de Solidariedade a fim de mobilizar a comunidade etc.
- Reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem.
- Fortalecer as coordenações pedagógicas como espaço tempo privilegiado de formação continuada no trabalho.
- Promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante.
- Fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar.
- Estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida.

- Contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.

1º E 2º BIMESTRE: 13/03 a 11/07

Dimensão: EU

Conforme Scardua (2016), essa dimensão tem a ver com a humanização, com o desenvolvimento de seres capazes de escuta, compaixão e alteridade, o que só pode surgir dentro de um contexto de cuidado prévio. Ou seja, só cuida, escuta e se preocupa com o próximo quem, antes, é cuidado, sujeito de uma escuta ativa e de ações compassivas. Tem a ver com a relação de construção e reconstrução de uma identidade e de um desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; com uma relação equilibrada entre o racional e o emocional; com o saber ouvir, encorajar e apoiar; ter pensamento crítico e autonomia intelectual e formação ética e humanística. A dimensão do saber ser, numa escola pública, envolve as questões da desigualdade social, dos contextos étnicos e raciais, dos riscos de violência e vulnerabilidades sociais a que muitas crianças estão submetidas, das questões de gênero que permeiam as famílias e a comunidade escolar,

exigindo uma postura ativa da escola no enfrentamento às violências e no acolhimento a todos os grupos historicamente excluídos. Assim, a dimensão curricular do saber ser envolve o eixo transversal da educação em Direitos Humanos numa perspectiva crítica.

Eixo Transversal Predominante: Identidade e Diversidade.

- Identidade e diversidade cultural na perspectiva da musicalidade.
- O pertencimento infantil na escola da infância: diálogos entre saberes e prazeres.
- Identidade e diversidade das crianças do Distrito Federal expressas nas brincadeiras.
- A diversidade alimentar.
- Identidade e diversidade no cotidiano da Educação Infantil.
- O acolhimento e a construção identitária.

	Tema / Nome	Objetivos de aprendizagem (Currículo Em Movimento E.F).
Projetos Didáticos	Infância Viva	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de desenhos como forma de livre expressão; • Desenvolver ações que envolvem memória, percepção e atenção visual; • Desenvolver atividades que
	Retratos - Movimentando e descobrindo múltiplas linguagens, ampliando as	

	<p>identidades étnicos raciais e a educação para a diversidade do campo e antirracista.</p>	<p>permitam a percepção e prática auditiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades que possibilitem percepção de superfície e tamanho, a configuração tridimensional e o reconhecimento dos objetos em seu formato, tamanho, cor e textura; • Desenvolver atividades de simetria com vista à definição de lateralidade; • Desenvolver atividades que levam ao controle do corpo e de suas partes em relação ao espaço externo e a gravidade e; • Promover atividades que possibilitem a estruturação, organização e orientação espacial.
	<p>Ninhada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover planejamento coletivo; • Cuidar em promover a participação das famílias e/ou responsáveis e da comunidade na inserção dos estudantes em

		<p>seus novos ciclos e/ou modalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir atendimento à diversidade; • Considerar os sentimentos das crianças e dos adultos. • Garantir que o ambiente de educação coletiva seja um local afetivo e protetor, transmissor de segurança e acolhimento.
	<p>Práticas do Bem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar histórias cantadas pelos educandos e orientadas pelas professoras; • Apresentar músicas, trava língua, cantiga de roda e danças; • Resgatar brincadeiras antigas.
	<p>Plenarinha</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o Tema; • Propor o início de estudos sobre o tema para a organização do projeto na escola; • Oportunizar a participação dos professores na Webinar – Plenarinha (Dia de Formação da Educação Infantil).

		<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o projeto na unidade escolar; • Realizar a Plenarilha local; • Realizar a Plenarilha Regional; • Realizar a Plenarilha Distrital; • Avaliar a Plenarilha e • Promover o levantamento do Tema para o próximo ano.
	<p>Ler é Crescer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover rodas de leituras em sala; • Articular a visitação à biblioteca para Leitura; • Organizar eventos (feira de livro); • Fomentar conversas com autores; • Promover momentos de Leitura dramatizada; • Viabilizar a utilização de quadrinhos, gibis e outros meios que envolvam a leitura e o visual ao mesmo tempo; • Possibilitar recontos de histórias e • Amparar leitura compartilhada.

	<p>Fest Livro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar palestras; • Promover mesas redondas com os estudantes; • Viabilizar lançamento dos livros; • Organizar sessão de autógrafos de livros; • Promover programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.); • Apoiar Oficinas; • Oferecer contação de histórias, teatro de fantoches; • Promover troca de livros; • Articular bate-papo literário; • Propiciar eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.
	<p>Sabores e Saberes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir às crianças a escolha dos alimentos que comporá seus pratos; • Orientar para que as crianças compreendam a importância de servir-se em pequenas porções quantas vezes necessário; • Promover momentos em que

		<p>as crianças aprendam com seus pares a servir no prato alimentos desconhecidos em suas vivências familiares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover no cotidiano da escola uma alimentação prazerosa numa dinâmica de interação e aprendizado em um ambiente preparado e; • Desenvolver momentos que otimizem o aprendizado através dos exemplos como, saber respeitar o espaço coletivo, aguardar a vez, colaborar com o cuidado e higiene dos espaços.
	<p>Nossas Raízes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar leitura de deleite de diversas obras em sala; • Oportunizar leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história; • Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções coletivas, tendo como referência uma história Indígena;

		<ul style="list-style-type: none">• Articular o estudo do vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja melhor aproveitada pelos alunos;• Mostrar o mapa dos povos indígenas no Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;• Viabilizar que às crianças façam autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas;• Promover Espaço Povos Extraordinários;• Combinar visita de contadores de histórias;• Proporcionar oficina de Culinária Brasileira para as crianças e professores;• Proporcionar oficina: A cultura indígena dançada e cantada e;• Proporcionar oficina:
--	--	---

		Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.
	Baobá	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro; • Promover o reconhecimento e valorização das canções, jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais africanas; • Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias; • Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e artistas negros; • Possibilitar a manifestação de interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida; • Promover, roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e; • Possibilitar a interação com a

		<p>cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.</p>
	<p>Direto da Horta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preparação da terra e canteiros; • Entregar das sementes; • Orientar os professores sobre cultivo em horta; • Fomentar o levantamento de hipóteses sobre o que é horta, a importância dos alimentos e suas vitaminas; • Incentivar a pesquisa sobre horta e termos \ objetos utilizados; • Viabilizar a escolha das hortaliças com a turma; • Pesquisa sobre hortaliças; • Preparar o canteiro e plantio com as crianças; • Articular a produção da placa de identificação do canteiro pelos estudantes; • Desenvolver os cuidados diários; • Registrar e acompanhar as

		<p>fases de crescimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar a colheita; • Enviar hortaliças para casa e; • Planejar o preparo e degustação de receitas escolhida pelos alunos.
	<p>Menina Moça e Menino Rapaz</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar informações pertinentes sobre a temática a fim de realizar a adoção de hábitos saudáveis de vida pelos adolescentes. • Distribuir kits de cuidados e higiene pessoal.
	<p>Amigos do Zip</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar o encorajamento dos <u>estudantes</u> para que pensem outras alternativas, analisar as consequências de seus atos e agir de acordo com o que entendem e a partir do repertório emocional que desenvolvem no processo.

Semanas Temáticas	06/03 a 10/03 Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a defesa dos direitos dos alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais; • Assegurar a consolidação da educação inclusiva; • Buscar o combate a discriminação e a intolerância e; • Promover o respeito à diversidade.
	20/04 a 24/04 Semana da Conscientização do Uso da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma reflexão sobre a importância da água, engajar para ações concretas e discutir os desafios da proteção dos recursos hídricos.
	17/04 Dia do Campo	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar homenagens e conscientizar a população sobre a importância do campo para a economia e na existência de uma sociedade.
	08/05 a 12/05 Semana da Educação Para a Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, participantes ativos da sociedade e que

		<p>reconheçam a qualidade de vida como fator predominante para a obtenção da aprendizagem e da saúde, conforme preconizado nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação.</p>
	<p>18/05 Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações pertinentes à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, consoante a Constituição Federal e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
	<p>22/05 a 26/05 Semana do Brincar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que sensibilizem a sociedade sobre a importância do brincar na infância. • Oportunizar espaços para o brincar. • Oportunizar Recreio Musical. • Desenvolver brincadeiras dirigidas por professores regentes • Estabelecer rotina de

		exploração dos espaços diferenciados da escola.
	03/06 Dia Nacional da Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de palestras e oficinas que envolva a temática; • Fomentar a discussão sobre ações práticas para a gestão dos recursos naturais; • Promover ações que impulsionem a conservação e manutenção ambiental, por exemplo: reciclagem, coleta de pilhas, baterias de celular, dentre outros;
Eventos	17/06 Festeja Arrozal	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que contribuam na afirmação da identidade cultural da comunidade local, reforçando a diversidade cultural e atraindo expressiva participação das famílias.
	11 e 13/04 Na trilha do Teatro	<ul style="list-style-type: none"> • Circuito gratuito de formação de plateia em teatro para estudantes por meio de três ações: mediação pedagógica, espetáculo de palhaçaria e oficina de musicalização infantil.

Passeios	29/03 Boi do Seu Teodoro	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e celebração da magnitude histórica e artística do Bumba Meu Boi, com o objetivo de sistematizar o conhecimento e promover a mobilização dos detentores desse patrimônio, por meio de festejos, apresentações e oficinas na própria sede, nas escolas e em eventos culturais e sociais.
	14/04 Passeio IHG-DF. DF Seu Povo Sua História.	o IHG-DF disponibiliza como atividade educacional seu espaço, instrumentos, equipamentos e, principalmente, seu rico acervo histórico-museológico e bibliográfico.

3º BIMESTRE 28/07 a 06/10

<p>Dimensão: OUTRO</p> <p>Aprender a cuidar de si e do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta; a desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro, enfim com tudo o que existe. Trata-se de um cuidado e respeito com todas as formas de ser, animadas e inanimadas, envolvendo, portanto, desde as subjetividades no nível micro, de si mesmo e da</p>
--

comunidade local ou próxima, até o nível global, numa perspectiva de cidadania global (ACOSTA, 2016). Trata-se da perspectiva de uma vida boa, em harmonia dos seres humanos consigo mesmos, com a natureza e o universo, em comunidade, dentro da perspectiva de que a Terra tem o suficiente para atender às necessidades de todas as pessoas.

Eixo Transversal Predominante: Inclusão e Respeito às diferenças.

- Fomentar proposta pedagógica antirracista para a Educação.
- Tolerância Religiosa: O eu, o outro e o nós.
- Identidade e Diversidade alimentar.
- Identidade e diversidade em e para os Direitos Humanos.
- Desafio de trabalhar diversidade com crianças bem pequenas e pequenas, com a leveza que é delas.

Projetos Didáticos	Tema / Nome	Objetivos de aprendizagem (Currículo Em Movimento E.F).
	Infância Viva Retratos - Movimentando e descobrimo múltiplas linguagens,	

	<p>ampliando as identidades étnicas raciais e a educação para a diversidade do campo e antirracista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades que permitam a percepção e prática auditiva; • Desenvolver atividades que possibilitem percepção de superfície e tamanho, a configuração tridimensional e o reconhecimento dos objetos em seu formato, tamanho, cor e textura; • Desenvolver atividades de simetria com vista à definição de lateralidade; • Desenvolver atividades que levam ao controle do corpo e de suas partes em relação ao espaço externo e a gravidade e; • Promover atividades que possibilitem a estruturação, organização e orientação espacial.
	<p>Práticas do Bem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar histórias cantadas pelos educandos e orientadas pelas professoras; • Apresentar músicas, trava língua, cantiga de roda e

		<p>danças;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resgatar brincadeiras antigas.
	Plenarinha	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o Tema; • Propor o início de estudos sobre o tema para a organização do projeto na escola; • Oportunizar a participação dos professores na Webinar – Plenarinha (Dia de Formação da Educação Infantil). • Desenvolver o projeto na unidade escolar; • Realizar a Plenarinha local; • Realizar a Plenarinha Regional; • Realizar a Plenarinha Distrital; • Avaliar a Plenarinha e • Promover o levantamento do Tema para o próximo ano.
	Ler é Crescer	<ul style="list-style-type: none"> • Promover rodas de leituras em sala; • Articular a visitação à biblioteca para Leitura; • Organizar eventos (feira de livro);

		<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar conversas com autores; • Promover momentos de Leitura dramatizada; • Viabilizar a utilização de quadrinhos, gibis e outros meios que envolvam a leitura e o visual ao mesmo tempo; • Possibilitar recontos de histórias e • Amparar leitura compartilhada.
	<p>Fest Livro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar palestras; • Promover mesas redondas com os estudantes; • Viabilizar lançamento dos livros; • Organizar sessão de autógrafos de livros; • Promover programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.); • Apoiar Oficinas; • Oferecer contação de histórias, teatro de fantoches; • Promover troca de livros; • Articular bate-papo literário;

		<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.
	<p>Nossas Raízes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar leitura de deleite de diversas obras em sala; • Oportunizar leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história; • Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções coletivas, tendo como referência uma história Indígena; • Articular o estudo do vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja melhor aproveitada pelos alunos; • Mostrar o mapa dos povos indígenas no Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;

		<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar que às crianças façam autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas; • Promover Espaço Povos Extraordinários; • Combinar visita de contadores de histórias; • Proporcionar oficina de Culinária Brasileira para as crianças e professores; • Proporcionar oficina: A cultura indígena dançada e cantada e; • Proporcionar oficina: Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.
	<p>Convivência Escolar E Cultura De Paz – Bullying Não Tem Graça!</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer atividades que trabalhem valores como tolerância e solidariedade; • Estimular o convívio ético com as diferenças e; • Promover o diálogo entre os estudantes despertando-lhes a consciência crítica.

	Baobá	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro;• Promover o reconhecimento e valorização das canções, jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais africanas;• Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias;• Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e artistas negros;• Possibilitar a manifestação de interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida;• Promover, roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e;• Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e
--	--------------	--

		afro-brasileira.
	Yayá	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar acolhimento e boas-vindas aos pais; • Sensibilizar as famílias sobre a importância da temática; • Apresentar vídeos para ilustrar e complementar o tema; • Entregar de textos impressos aos pais sobre o tema, para releitura e posterior consulta; • Promover reflexão, discussão aberta sobre os itens propostos e; • Incentivar a participação espontânea, buscando refletir junto com os pais sobre sugestões de novos temas a serem apresentados em futuros encontros.
	Direto da Horta	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preparação da terra e canteiros; • Entregar das sementes; • Orientar os professores sobre cultivo em horta; • Fomentar o levantamento de

		<p>hipóteses sobre o que é horta, a importância dos alimentos e suas vitaminas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a pesquisa sobre horta e termos \ objetos utilizados; • Viabilizar a escolha das hortaliças com a turma; • Pesquisa sobre hortaliças; • Preparar o canteiro e plantio com as crianças; • Articular a produção da placa de identificação do canteiro pelos estudantes; • Desenvolver os cuidados diários; • Registrar e acompanhar as fases de crescimento; • Oportunizar a colheita; • Enviar hortaliças para casa e; • Planejar o preparo e degustação de receitas escolhida pelos alunos.
	<p>Amigos do Zip</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar o encorajamento dos <u>estudantes</u> para que pensem outras alternativas,

		<p>analisar as consequências de seus atos e agir de acordo com o que entendem e a partir do repertório emocional que desenvolvem no processo.</p>
Semanas Temáticas	31/07 a 04/08 Semana Distrital do Estatuto da Criança e do Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Ofertar ações de maneira participativa e de modo a contribuir com a compreensão dos direitos das crianças e adolescentes.
	11/08 Dia do Estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que valorizem o empenho dos estudantes no processo de aprendizagem e para ressaltar a importância dessa fase no desenvolvimento integral das crianças.
	17/08 Dia do Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que possibilitem o entendimento que o patrimônio de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos.
	21/08 a 25/08 Semana Distrital da Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Promover palestras, debates e outras atividades alusivas à Primeira Infância, bem como

		<p>ofertar às crianças atividades especiais no campo artístico (desenho, pintura, confecção de murais, dramatização, teatro, música), brincadeiras, circuitos, gincanas, jogos, danças, contação de histórias, caminhadas, passeios, etc.</p>
	<p>05/09 a 11/09 Semana do Cerrado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover debates que conscientizem os estudantes sobre a emergência climática, o risco do fogo e as características próprias do bioma cerrado.
	<p>11/09 a 15/09 Semana da Prevenção ao Uso de Drogas no DF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover seminários, rodas de conversa e contação de histórias buscando caminhos que levem à temática de diminuição progressiva e à superação do uso de drogas.

Eventos	16/09 Encontro com as famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Articular discussão sobre comportamentos, alinhar expectativas, inovar as práticas pedagógicas e entender quais são os próximos passos na educação dos alunos.
Passeios	A Definir	

4º Bimestre 09/10 a 21/12

Dimensão: NÓS

Saber conviver dentro da perspectiva da democratização, do viver em exercício de cidadania, de educação em e para os direitos humanos, o eixo saber conviver busca propiciar convivências múltiplas, enfatizando-se os valores morais e éticos. Parte-se do pressuposto que a escola não ensina a conviver; ela é, em si, um dos primeiros espaços de convivência da criança com a diversidade. Isso porque se compreende que a melhor forma de ensinar é na prática. Assim, uma escola que “ensina” sobre democracia e em si mesma não é democrática, na verdade ensina o oposto. Pelo

mesmo motivo, a escola não ensina cidadania: ela própria constitui espaço de vivências de cidadania e de democracia, apresentando as diferentes tradições e modos de ser da sociedade. Por isso mesmo, esse eixo significa engajar alunos e alunas no enfrentamento dos problemas da cidade; incentivar a participação em conferências, seminários, palestras para discussões; fomentar o acompanhamento de proposições e discussões no âmbito legislativo local, regional, nacional e global, bem como constituir espaços estudantis de discussão política, como os grêmios, as assembleias; as rodas de conversa sobre temas de interesse comum (SCARDUA, 2016). Esse eixo relaciona-se a uma Cidadania Global política.

Eixo Transversal Predominante: Cultura / Povos Originários
/ Pertencimento à Coletividade

- A diversidade no dia a dia da escola.
- Diversidade musical: histórias, experiências, identidade e respeito.
- Culturas, crianças e infâncias a pluralidade que evoca as singularidades.
- Promoção de uma educação Antirracista.
- Infância no Distrito Federal: histórias e memórias.
- Fortalecimento e valorização da raça negra.
- Mapas Vivenciais: A experiência de Inventaria a

Potência da diversidade cultural das Infâncias.

	Tema / Nome	Objetivos de aprendizagem (Currículo Em Movimento E.F).
Projetos Didáticos	<p>Infância Viva Retratos - Movimentando e descobrimo múltiplas linguagens, ampliando as identidades étnicos raciais e a educação para a diversidade do campo e antirracista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de desenhos como forma de livre expressão; • Desenvolver ações que envolvem memória, percepção e atenção visual; • Desenvolver atividades que permitam a percepção e prática auditiva; • Desenvolver atividades que possibilitem percepção de superfície e tamanho, a configuração tridimensional e o reconhecimento dos objetos em seu formato, tamanho, cor e textura; • Desenvolver atividades de simetria com vista à definição de lateralidade; • Desenvolver atividades que levam ao controle do corpo e de

		<p>suas partes em relação ao espaço externo e a gravidade e;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover atividades que possibilitem a estruturação, organização e orientação espacial.
	Práticas do Bem.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar histórias cantadas pelos educandos e orientadas pelas professoras; • Apresentar músicas, trava língua, cantiga de roda e danças; • Resgatar brincadeiras antigas.
	Plenarinha	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o Tema; • Propor o início de estudos sobre o tema para a organização do projeto na escola; • Oportunizar a participação dos professores na Webinar – Plenarinha (Dia de Formação da Educação Infantil). • Desenvolver o projeto na unidade escolar; • Realizar a Plenarinha local; • Realizar a Plenarinha

		<p>Regional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar a Plenarilha Distrital; • Avaliar a Plenarilha e • Promover o levantamento do Tema para o próximo ano.
	<p>Ler é Crescer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover rodas de leituras em sala; • Articular a visitação à biblioteca para Leitura; • Organizar eventos (feira de livro); • Fomentar conversas com autores; • Promover momentos de Leitura dramatizada; • Viabilizar a utilização de quadrinhos, gibis e outros meios que envolvam a leitura e o visual ao mesmo tempo; • Possibilitar recontos de histórias e • Amparar leitura compartilhada.
	<p>Fest Livro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar palestras; • Promover mesas redondas com os estudantes; • Viabilizar lançamento dos

		<p>livros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar sessão de autógrafos de livros; • Promover programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.); • Apoiar Oficinas; • Oferecer contação de histórias, teatro de fantoches; • Promover troca de livros; • Articular bate-papo literário; • Propiciar eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.
	<p>Sabores e Saberes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir às crianças a escolha dos alimentos que comporá seus pratos; • Orientar para que as crianças compreendam a importância de servir-se em pequenas porções quantas vezes necessário; • Promover momentos em que as crianças aprendam com seus pares a servir no prato alimentos desconhecidos em suas vivências familiares;

		<ul style="list-style-type: none"> • Promover no cotidiano da escola uma alimentação prazerosa numa dinâmica de interação e aprendizado em um ambiente preparado e; • Desenvolver momentos que otimizem o aprendizado através dos exemplos como, saber respeitar o espaço coletivo, aguardar a vez, colaborar com o cuidado e higiene dos espaços.
	Vivências No Quintal	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar a brincadeira como um recurso escolar e aproveitar a motivação própria das crianças para tornar a aprendizagem mais atraente.
	Nossas Raízes	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar leitura de deleite de diversas obras em sala; • Oportunizar leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história; • Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções

		<p>coletivas, tendo como referência uma história Indígena;</p> <ul style="list-style-type: none">• Articular o estudo do vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja melhor aproveitada pelos alunos;• Mostrar o mapa dos povos indígenas no Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;• Viabilizar que às crianças façam autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas;• Promover Espaço Povos Extraordinários;• Combinar visita de contadores de histórias;• Proporcionar oficina de Culinária Brasileira para as crianças e professores;• Proporcionar oficina: A cultura
--	--	--

		<p>indígena dançada e cantada e;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar oficina: Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.
	<p>Convivência Escolar E Cultura De Paz – Bullying Não Tem Graça!</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer atividades que trabalhem valores como tolerância e solidariedade; • Estimular o convívio ético com as diferenças e; • Promover o diálogo entre os estudantes despertando-lhes a consciência crítica.
	<p>Baobá</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro; • Promover o reconhecimento e valorização das canções, jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais africanas; • Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias; • Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e

		<p>artistas negros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a manifestação de interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida; • Promover, roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e; • Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.
	<p>Yayá</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar acolhimento e boas-vindas aos pais; • Sensibilizar as famílias sobre a importância da temática; • Apresentar vídeos para ilustrar e complementar o tema; • Entregar de textos impressos aos pais sobre o tema, para releitura e posterior consulta; • Promover reflexão, discussão aberta sobre os itens propostos e; • Incentivar a participação

		<p>espontânea, buscando refletir junto com os pais sobre sugestões de novos temas a serem apresentados em futuros encontros.</p>
	<p>Direto da Horta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preparação da terra e canteiros; • Entregar das sementes; • Orientar os professores sobre cultivo em horta; • Fomentar o levantamento de hipóteses sobre o que é horta, a importância dos alimentos e suas vitaminas; • Incentivar a pesquisa sobre horta e termos \ objetos utilizados; • Viabilizar a escolha das hortaliças com a turma; • Pesquisa sobre hortaliças; • Preparar o canteiro e plantio com as crianças; • Articular a produção da placa de identificação do canteiro pelos estudantes; • Desenvolver os cuidados

		<p>diários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registrar e acompanhar as fases de crescimento; • Oportunizar a colheita; • Enviar hortaliças para casa e; • Planejar o preparo e degustação de receitas escolhida pelos alunos.
	Amigos do Zip	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar o encorajamento dos <u>estudantes</u> para que pensem outras alternativas, analisar as consequências de seus atos e agir de acordo com o que entendem e a partir do repertório emocional que desenvolvem no processo.
Semanas Temáticas	Semana da Criança	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ação de arrecadação de brinquedos para doação a crianças carentes. • Promover atividades de brincadeiras e diversão.
	23/10 a 29/10 Semana Nacional do Livro e da Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Articular atividades voltadas para a democratização do acesso ao livro e a biblioteca.
	11/11	<ul style="list-style-type: none"> • Propor reflexões, críticas e

<p>Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade</p>	<p>ações de enfrentamento.</p>
<p>20/11 Dia Nacional da Consciência Negra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a apresentação de livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro; • Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias; • Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e artistas negros; • Promover, roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e; • Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.
<p>27/11 a 01/12 Semana Maria da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover palestras na escola. • Providenciar distribuição de

	Penha	material informativo sobre a Lei Maria da Penha e seus impactos na vida das mulheres, das famílias e da sociedade.
Eventos	25/11 Culminância Fest Livro	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar palestras; • Promover mesas redondas com os estudantes; • Viabilizar lançamento dos livros; • Organizar sessão de autógrafos de livros; • Promover programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.); • Apoiar Oficinas; • Oferecer contação de histórias, teatro de fantoches; • Promover troca de livros; • Articular bate-papo literário; • Propiciar eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.

	14/12 Formatura PERÍODO.	2º • Possibilitar momento de reunião das famílias para comemorar o encerramento de um ciclo na vida dos estudantes da Educação Infantil.
Passeios		

Tabela 2

PROPOSTAS DE TRABALHO SUGESTÕES

Infâncias, educação e culturas indígenas.

Educação ambiental coletiva

Culturas indígenas, diversidade cultural, Educação indígena, Infâncias e diversidade, Literatura indígena, povos indígenas, povos originários esses temas não devem ser vistos como um recorte temático, mas

como um dos eixos estruturantes do nosso projeto político-pedagógico. Propomos como ponto de partida do percurso formativo a realização da roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, as diferenças e o respeito. Possibilitando a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história dos povos originários.

Objetivos do trabalho com o livro KABA

DAREBU:

Ampliar o conhecimento de mundo e da cultura indígena. Estudar o vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja mais bem aproveitada pelos alunos. Atender a produção dos gêneros textuais e conteúdos por ano. Sequência Didática/Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções coletivas, tendo como referência a história de uma criança Indígena. O livro Kabá Darebu pode ser a referência de leitura que direcionará a produção dos gêneros textuais e conteúdos sugeridos nessas semanas.

Objetivos

- Promover a valorização da diversidade e das diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza
- Combater o preconceito na escola a partir de uma perspectiva de valorização dos povos originários, combater a intolerância cultural e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais indígenas como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.
- Contribuir para a construção de uma infância livre e autônoma parceira na mudança social
- Proporcionar às crianças referenciais positivos acerca da diversidade fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e Valorize a diversidade étnico racial.
- Com esse pressuposto, foi criada, em 10 de março 2008, a Lei n. 11.645, que determina:

- Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos...” Assim é determinante apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural indígena em todas as turmas. Todas as crianças precisam se ver representadas nos materiais que o professor propõe, mas também, precisam entender que na sociedade existem diferenças entre as pessoas. O contato com obras que representem a diversidade humana deve ser incentivado em casa e na escola para que a convivência, o respeito e a valorização das diferenças sejam cotidianos para as crianças.

Conteúdos

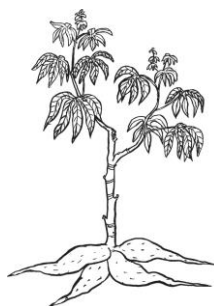
1. Identidade e ancestralidade e educação ambiental coletiva.
2. Reconhecer e valorizar canções jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e outras crianças.
3. Corpo e movimento.
4. Linguagens, história e artes.
5. Gêneros textuais (poemas, músicas, receitas, textos informativos, contos, narrativas...).
6. Leitura e reescrita/ releitura da obra.
7. Tradições orais e valorização da memória.
8. Mulheres escritoras. Pintores, artistas e autores indígenas.
9. O eu o outro e o nós, escuta fala e pensamento.
10. Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
11. Aprender a se colocar no coletivo escutando atentamente seus colegas e respeitando as vezes em momentos coletivos.
12. Participar de atividades que envolvam a confecção de objetos buscando materiais e aprendendo a valorizar a produção dos colegas.
13. Dialogar com crianças e adultos expressando seus desejos necessidades sentimentos e opiniões.
14. Expressar ideias sobre suas vivências por meio da linguagem oral e escrita. Escrita espontânea, fotos, desenhos e outras formas de expressão.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGENS

<p style="text-align: center;"><u>HISTÓRIAS GERADORAS E ATIVIDADES</u> <u>ESPAÇOS</u> TEMAS</p>	<p style="text-align: center;">ALGUMAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">KABÁ DAREBU</p>
<p>Abertura/Apresentação do tema aos estudantes (Roda de Conversa dirigida a respeito do tema/reflexão sobre a diversidade cultural do povo brasileiro). Os livros citados logo abaixo, servem de referência para este trabalho, objetivam uma educação que respeite a diversidade. Eles auxiliam no desenvolvimento da linguagem e na construção de valores.</p> <p>Aqui também é um momento muito importante para que possamos conhecer o que as crianças já sabem sobre os temas. Podemos ler mais de um LIVRO por semana na sala ou no espaço MUNDURUKU.</p>	<p>Nas sociedades indígenas a oralidade é um elemento Central na produção e manutenção das mais diversas culturas dos valores conhecimentos ciências e história.</p> <p>Fazer leitura de deleite de diversas obras em sala (leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história).</p> <p>Mostrar o mapa dos povos indígenas no</p>

- KABÁ DAREBU
- O TUPI QUE VOCÊ FALA
- COISAS DE ÍNDIO
- O MENINO POTI
- ABC DOS POVOS ÍNDIGENAS
- “Índio eu não sou”, da escritora e poeta Márcia Kambeba,
- APRECIAR MÚSICAS E VÍDEOS
- BRINCAR COM BRINCADEIRAS ÍNDIGENAS
- Criar um alfabeto de A à Z com palavras de origem indígena. Ilustrar essas palavras.

As culturas dos primeiros povos que habitaram as terras brasileiras, suas narrativas, costumes, organização social, religiosidade, culinária, expressões artísticas, modos de ser, pensar e se relacionar com a natureza são uma das matrizes culturais do povo brasileiro. Respeitá-las e conhecê-las é fundamental para uma compreensão mais profunda de nossa identidade coletiva.



Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social.

Pedir às crianças que façam um autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas. Assim como Kabá.

Na prática

Sugestão de encaminhamento

Leve livros ou revistas com imagens de aldeias indígenas, ilustrando rituais ou brincadeiras infantis e disponha no interior da roda do início do dia, definindo um tempo para que o grupo explore o material.

Promova uma roda de conversa para levantar o que conhecem a respeito dos povos originários:

- Tiveram a oportunidade de ler alguma reportagem sobre a cultura indígena em jornais, livros, revistas ou sites?
- Já conheceram um indígena?
- Tiveram a oportunidade de conversar com algum deles?
- Já visitaram uma terra indígena?

Se alguma criança já teve a experiência pessoal com essa cultura, peça para contar como foi para o grupo.

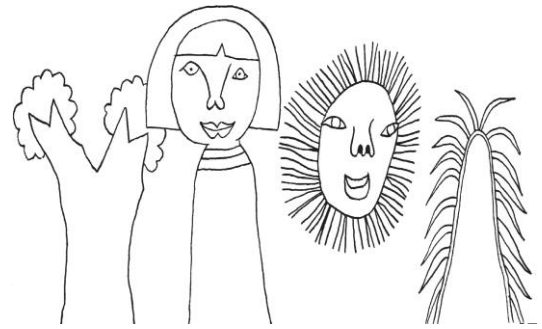
Pergunte se sabem onde vivem os povos indígenas do Brasil hoje. Aproveite o momento para mostrar, no mapa do país, as reservas indígenas existentes e fotos de diferentes etnias ameríndias.

<p>Uma história puxa a outra</p> <p>Cada turma pode trabalhar com um gênero textual dentro do tema destas semanas. Assim os estudantes podem interagir com atividades propostas como leitura compartilhada e individual, interpretação de textos, produções textuais espontâneas, criação. Podemos fazer uma exposição posteriormente com os textos espontâneos e as artes dos estudantes criados a partir dos temas trabalhados durante essa semana.</p>	<p>As lendas têm raízes na tradição oral. Assim, nos descendentes de povos originários podemos ter acesso à sabedoria dos ancestrais por meio da oralidade.</p> <p>O registro da memória pode ser preservado graças ao compartilhamento das contações e também pela escrita, fazendo com que ensinamentos e valores indígenas não se percam com o tempo.</p>
<p>DICIONÁRIO</p> <p>Verbetes: INDIGENA e ANCESTRALIDADE</p> <p>Vamos ampliar o repertório e vocabulário, vamos propor atividades que favoreçam estudo de palavras e seus significados e a compreensão de que aquilo que se usa para comunicar carrega a história de muitos povos podemos usar o dicionário memória de palavras de Ana Paula Brandão ou ABC DOS POVOS INDIGENAS.</p> <p>Podemos criar uma coleção de palavras de origem INDÍGENA com as crianças cada nova palavra pode ser escrita e ilustrada por elas. Uma boa estratégia para enriquecer o vocabulário é a leitura de contos e histórias. As palavras e os desenhos podem ficar expostos numa parte especial dos murais das nossas escolas essas atividades colaboram diretamente para que as crianças saibam que o português falado no Brasil tem uma rica herança dos povos indígenas.</p> <p>Atualmente, mais de 160 línguas e dialetos são falados pelos povos indígenas no Brasil. Elas integram o acervo de quase sete mil línguas faladas no mundo contemporâneo (SIL Internacional, 2009). Antes da chegada dos portugueses,</p>	<p>Palavras indígenas na nossa língua de onde vieram? Entre as inúmeras influências e contribuição dos povos indígenas na construção do patrimônio cultural brasileiro destacam-se as no plano linguístico.</p> <p>Atividade história divertida</p> <p>Produção de texto com repertório mais ampliado os professores podem propor as crianças que criem Pequenas Histórias nas quais as palavras descobertas entrem na composição por exemplo selecionar algumas palavras e colocadas numa caixa tesouro sentadas em roda o tesouro deve passar de mão em mão a primeira criança retira uma palavra a identifica sem ou com ajuda do professor e deve começar a história, por exemplo a palavra Maracujá a criança pode dizer um dia estava em casa brincando quando vovó chegou com MARACUJÁS a próxima criança retira uma nova palavra e da continuidade à história.</p>

contudo, só no Brasil esse número devia ser próximo de mil.

No processo de colonização, a língua Tupinambá, por ser a mais falada ao longo da costa atlântica, foi incorporada por grande parte dos colonos e missionários, sendo ensinada aos índios nas missões e reconhecida como Língua Geral ou Nheengatu. Até hoje, muitas palavras de origem Tupi fazem parte do vocabulário dos brasileiros.

Da mesma forma que o Tupi influenciou o português falado no Brasil, o contato entre povos faz com que suas línguas estejam em constante modificação. Além de influências mútuas, as línguas guardam entre si origens comuns, integrando famílias linguísticas, que, por sua vez, podem fazer parte de divisões mais englobantes - os troncos linguísticos. Se as línguas não são isoladas, seus falantes tampouco. Há muitos povos e indivíduos indígenas que falam e/ou entendem mais de uma língua; e, não raro, dentro de uma mesma aldeia fala-se várias línguas - fenômeno conhecido como multilinguismo.



Desdobramento das histórias lidas

Cada turma pode CRIAR E representar como achar mais interessante o que aprender com as histórias ouvidas.

Oficinas de pinturas Indígenas. Releitura de telas
(Equipe Gestora) espaço Munduruku

Trabalho com a Biografia dos artistas

Artista Denilson Baniwa

JAIDER ESBELL

“UM MAKUNA’IMÍ ENTRE NÓS”

Rora’imí - Brasil

2022

Conhecer o Conjunto de cartazes produzidos pelos artistas INDÍGENAS. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população Indígena nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: POVOS, MEMÓRIAS mídia, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas indígenas, resistências e movimentos sociais, povos em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.

<p>Espaço povos extraordinários.</p> <p>Observar os retratos, ler as biografias e fazer a releitura da fotografia e dos Cartazes dos P.I. Pedir para que os alunos destaquem elementos que compõem o gênero cartaz. Também é possível propor a produção de outro cartaz de forma coletiva, destacando outro povo.</p> <p>Cada turma pode investigar um POVO E SUA CULTURA</p> <p>Visita do ESCRITOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina para as crianças e professores • <u>Oficina: A cultura indígena dançada e cantada</u> • <u>Oficina: Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.</u> 	<p>Estudar a diversidade de povos não só em língua portuguesa, mas, em outras disciplinas, como história, geografia e artes.</p>
<p>MAIS SUGESTÕES COM O LIVRO DE DANIEL MUNDURUKU</p> <p>1° e 2° anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo: repertório de palavras, escrita como meio de comunicação, texto coletivo, texto narrativo, criação de frases, esporte, convivência em grupo e conhecimento da região amazônica e dos povos originários. <p>3°, 4° e 5° anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo: texto narrativo, criação de frases, conhecimento da região amazônica, contrastes culturais e instrumentos musicais. • Antes da leitura / preparação para a leitura • Educação Infantil 1° e 2° anos: com procedimentos didáticos lúdicos, contação de histórias, cartazes e desenhos, 	

- 3º, 4º e 5º anos: podemos organizar os alunos em grupos para pesquisarem conceitos e imagens, elaborarem cartazes e apresentarem seminários para a sala sobre os temas estudados. Podemos realizar também o estudo do significado das seguintes palavras e expressões: **ancestral, violência, aldeia, parente, rodear, urucum, jenipapo, tensão, rastros, fogueira, céu suspenso. entoar, cura, desatentos, malária, fratura, pajé, maracá, nu (nudez), orgulho, antepassados e livre (liberdade).**

- Estudar as páginas 24 e 25.

- Confeccione diagramas e cartazes com os alunos sobre as informações contidas nessas páginas decore a sala com os trabalhos feitos pelos alunos, para lhes fornecer repertório linguístico para as produções de texto. Procure também complementar essa decoração com imagens, objetos que lembrem as histórias clássicas apresentadas na obra. Combine com a classe as regras de comportamento antes da leitura, que será feita em dias.

Propostas de gêneros textuais

- Os gêneros textuais

- LISTA ABC dos povos indígenas

- O gênero REESCRITA

Pode ser solicitado para todos os anos, só que nos 1º e 2º anos o professor precisa ser escriba e os outros anos podem escrever com autonomia.

Procure levar modelos dos gêneros textuais que serão trabalhados como referência de estrutura de texto para o aluno. 1º ano: o professor precisa ser escriba dos textos orais dos alunos.

- Gênero Lista (separe em duas listas, as raízes e as frutas por exemplo)

Oriente o aluno a utilizar a página 10 da obra para escrever duas listas de alimentos que Kabá costuma consumir, separando as raízes e as frutas. Nesse gênero pode haver ilustrações de cada item.

- Gênero Tabela (brincadeiras)

Tendo como referência as páginas 11 e 12 da obra, sugira a construção uma tabela que separe as brincadeiras de do povo Munduruku e a da turma da ECCA. Por fim, peça aos alunos que destaquem, nessa tabela, qual tipo de brincadeira os alunos têm contato para informar Kabá o que há em comum entre ele e a

turma.

- Gênero Árvore Genealógica

Como tarefa de casa, solicite a confecção da árvore genealógica de cada aluno para o estudo dos ancestrais de cada família. Depois disso, exponha essa pesquisa na sala de aula e monte com a turma a árvore genealógica de Kabá Darebu.

- Gênero Receita (peixe assado do Kabá)

Como seria a receita de peixe assado de Kabá? O tempero, o nome do peixe, o acompanhamento (guarnições), o modo de preparo. Vamos imaginar e escrevê-la? Porém, para se escrever o modo de preparo, é preciso considerar os recursos disponíveis da cozinha do povo Munduruku para se assar esse peixe.

- Gênero Manual (como construir uma uka'a)

Os alunos deverão escrever ao Kabá um manual de construção de uma uka'a. Nele deve haver os procedimentos de construção e os de precaução. A página 4 deverá ser utilizada como repertório de escrita.

- Gênero Mapa/Cartografia (mapa da aldeia de Kabá Darebu)

Sugira a criação do mapa da aldeia de Kabá. A página 5 deverá ser utilizada pelas crianças para obter as informações necessárias. Como a Floresta Amazônica é o lugar de referência do local da história, deve ser utilizada como exemplo para a criação do desenho.

- Gênero Descrição

Como tarefa de casa, peça para os alunos descreverem suas casas, quem mora nela e como é sua vizinhança, de forma que eles consigam explicar a Kabá as diferenças entre as moradias dele e a sua. As descrições da uka'a de Kabá estão nas páginas 4 e 5 da obra, e são importantes para estabelecer a comparação entre tipos de residências.

- Gênero Lista (como me sinto)

De acordo com as páginas 14 e 15 da obra, Kabá nos conta como sua gente utiliza tinta para representar sentimentos: tristeza, tensão, alegria (festas), necessidade (caça). Diante dessas informações, sugira a preparação de uma lista dos sentimentos associados às pinturas que o povo Munduruku utiliza para representá-la. Assim, esse gênero deverá ter ilustração e texto.

- 3º, 4º e 5º anos: escrita com autonomia

- Gênero Manifesto do Índio

Os alunos deverão ajudar Kabá a escrever um manifesto que demonstre suas angústias em relação aos direitos de preservação cultural do P.I. Uma das características de um manifesto é a sua objetividade.

- Gênero Entrevista

Os alunos deverão imaginar que são os jornalistas que entrevistarão Kabá. Elaboração de perguntas e respostas que tragam as seguintes informações sobre a cultura do povo Munduruku: moradia, caça e alimentação, animais de estimação, crença (páginas 16, 17, 18, 19 e 20) e contato com os PARIWAT (páginas 21 e 22).

- Gênero Lenda

Mostre o vídeo sugerido e sugira uma pesquisa sobre a lenda da mandioca. Poderão ser utilizadas também as informações contidas da obra nas páginas 26 e 27 para complementar o trabalho. Depois disso, os alunos deverão escrever sobre essa lenda para enviá-la a Kabá, informando-lhe dessa história tão tradicional da cultura brasileira: <http://www.youtube.com/watch?v=bPMT6ZPxG1o> (1min30).

- Gênero Autobiografia (Sou CRIANÇA)

Os alunos escreverão uma autobiografia, assim como Kabá fez. A obra deverá ser utilizada como referência temática de informações necessárias para essa autobiografia, principalmente as páginas 24 e 25.

- Gênero Notícia

Os alunos deverão pesquisar sobre o povo Munduruku. Depois disso, escrever uma notícia de jornal que traga essas informações. Uma notícia é objetiva, contém fatos/acontecimentos importantes e informa os principais envolvidos (nomes, idades, onde moram).

ESCOLA CLASSE CÓORREGO DO ARROZAL PROPOSTAS DE TRABALHO

Consciência Negra: A educação antirracista não deve ser vista como um recorte temático, mas como um dos eixos estruturantes do nosso projeto político-pedagógico.

OBJETIVOS

Promover a valorização da diversidade e das Diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza

Combater o racismo na escola a partir de uma perspectiva afro centrada, combater a intolerância religiosa e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais africanos como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.

Contribuir para a construção de uma infância livre e autônoma parceira na mudança social

Proporcionar às crianças referenciais positivos acerca de Negritude fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e Valorize a diversidade étnico racial.

Contribuir com a implementação da Lei 10.639/03 para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro é essencial em todas as turmas. Todas as crianças precisam se ver representadas nos materiais que o professor propõe, mas também, precisam entender que na sociedade existem diferenças entre as pessoas. O contato com obras que representem a diversidade humana deve ser incentivado em casa e na escola para que a convivência, o respeito e a valorização das diferenças sejam cotidianos para as crianças.

CONTEÚDOS

- Identidade e ancestralidade, reconhecer e valorizar canções jogos e brincadeiras que digam a respeito às tradições culturais de sua comunidade e outras crianças. Corpo, movimento, linguagens, história e artes.
- Gêneros textuais (Poemas, Cordel, Receitas, Textos Informativos, Contos, Narrativas...).
- Leitura, reescrita, releitura da obra, tradições orais e valorização da memória.
- Mulheres negras, escritoras, pintores e artistas negros.
- O eu, o outro e o nós; escuta, fala e pensamento.
- Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida,
- aprender a se colocar no coletivo escutando atentamente seus colegas e respeitando em momentos coletivos. Participar de atividades que envolvam a confecção de objetos buscando materiais e

aprendendo a valorizar a produção dos colegas.

- Dialogar com crianças e adultos expressando seus desejos necessidades sentimentos e opiniões, expressar ideias sobre suas vivências por meio da linguagem oral e escrita espontânea de fotos desenhos e outras formas de expressão.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGENS

Propomos como ponto de partida do percurso formativo a realização da roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, as diferenças e o respeito. Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.

SEMANA DATAS	<u>HISTÓRIA GERADORAS E ATIVIDADES</u> <u>ESPAÇO GRIÔ TEMAS</u>	ALGUMAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO
Novembro	<p>Abertura/Apresentação do tema aos estudantes (MARIA CLARA). -Roda de Conversa dirigida a respeito do tema/reflexão sobre a diversidade cultural do povo brasileiro). Os livros citados logo abaixo, que servem de referência para este trabalho, objetivam uma educação que respeite a diversidade. Eles auxiliam no desenvolvimento da linguagem e na construção de valores. Aqui também é um momento muito importante para que possamos conhecer o que as crianças já sabem sobre os temas. Podemos ler um LIVRO por dia no espaço GRIÔ.</p> <p>MEU CRESPO É DE RAINHA O CABELO DE CORA O CADERNO DE RIMAS DO JOÃO OBAX O MUNDO NO BLACK POWER DE TAYO OYÁ</p> <p>APRECIAR MÚSICAS E SAMBAS BRINCAR COM BRINCADEIRAS AFRICANAS</p>	<p>Nas sociedades Africanas a oralidade é um elemento Central na produção e manutenção das mais diversas culturas dos valores conhecimento ciências e história.</p> <p>Fazer leitura de deleite de diversas obras em sala (leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história.)</p> <p>Mostrar a África para as crianças no mapa ler os nomes dos países do continente/ Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social.</p> <p>Pedir às crianças que façam um auto retrato e apontem em si as características que as fazem lindas assim como nas histórias ouvidas.</p>

	<p>Contos africanos</p> <p>Cada turma pode trabalhar com um gênero textual dentro do tema desta semana ou com um conto. Assim os estudantes podem interagir com atividades propostas como leitura compartilhada e individual, interpretação de textos, produções textuais espontâneas, criação. Podemos fazer uma exposição posteriormente com os textos espontâneos dos estudantes criados a partir dos temas trabalhados durante essa semana.</p>	<p>Os contos africanos têm raízes na tradição oral. Assim, descendentes de africanos podem ter acesso à sabedoria dos ancestrais por meio da oralidade. O registro da memória pode ser preservado graças ao compartilhamento das contações e também pela escrita, fazendo com que ensinamentos e valores africanos não se percam com o tempo.</p>
	<p>DICIONÁRIO</p> <p>Verbetes: Consciência</p> <p>Vamos ampliar o repertório e vocabulário vamos propor atividades que favoreçam estudo de palavras e seus significados e a compreensão de que aquilo que se usa para comunicar carrega a história de muitos povos podemos usar o dicionário memória de palavras de Ana Paula Brandão.</p> <p>Podemos criar uma coleção de palavras de origem africana com as crianças cada nova palavra pode ser escrita e ilustrada por elas. Uma boa estratégia para enriquecer o vocabulário é a leitura de contos e histórias africanas. As palavras e os desenhos podem ficar expostos numa parte especial dos murais das nossas escolas essas atividades colaboram diretamente para que as crianças saibam que o português falado no Brasil tem uma rica herança do povo africano.</p>	<p>Palavras africanas na nossa língua de onde vieram? Entre as inúmeras influências e contribuição dos povos africanos na construção do patrimônio cultural brasileiro destacam-se as no plano linguístico</p> <p>Atividade história divertida</p> <p>Produção de texto com repertório mais ampliado os professores podem propor as crianças que criem Pequenas Histórias nas quais as palavras descobertas entrem na composição, por exemplo, selecionar algumas palavras e colocadas numa caixa tesouro sentadas em roda o tesouro deve passar de mão em mão a primeira criança retira uma palavra a identifica sem ou com ajuda do professor e deve começar a história, por exemplo a palavra batuque a criança pode dizer um dia estava em</p>

		<p>casa dormindo quando ouvi um batuque a próxima criança retira uma nova palavra e da continuidade à história.</p>
<p>Desdobramento das histórias lidas</p> <p>Cada turma pode CRIAR E representar como achar mais interessante o que aprender com as histórias ouvidas.</p> <p>Oficinas de pinturas africanas. Releitura de telas (Anete, Nilma) espaço GRIÔ</p> <p>Trabalho com a Biografia do artista Edward Saidi Tingatinga E BASQUIAT</p>	<p>Conhecer o Conjunto de cartazes produzidos pelos artistas plásticos. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, povo negro em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.</p>	
<p>Espaço mulheres negras extraordinárias.</p> <p>Observar os retratos, ler as biografias e fazer a releitura da fotografia e dos Cartazes de mulheres negras. Pedir para que os alunos destaquem elementos que compõem o gênero cartaz. Também é possível propor a produção de outro cartaz de forma coletiva, destacando outra personalidade negra, de preferência brasileira.</p> <p>Cada turma pode investigar uma mulher negra extraordinária</p>	<p>Estudar a vida e a obra de diversas mulheres negras extraordinárias não só em língua portuguesa mas, em outras disciplinas, como história, geografia e artes.</p>	
<p>Visita da contadora de histórias e professora da SEEDF Maria Clara</p>	<p>Criar um alfabeto de A a Z com palavras de origem africanas. Ilustrar essas palavras.</p>	
<p>Oficina para as crianças e professores com o profissional e</p>	<p>A escola vai organizar esse dia de</p>	

cabeleireiro, com conhecimentos sobre penteados em cabelos crespos e cacheados

Culinária AFROBRASILEIRA / FEIJOADA

beleza, autoestima e valorização, só para as crianças cuidarem dos próprios cabelos.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

CALDART, R. S.; et al. **Inventário da Realidade**: guia metodológico para uso nas Escolas do Campo. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS: IEJC, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública De Ensino Do Distrito Federal**. Brasília. SEEDF. SUBEB. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Inventário**: Proposta Didática para Construção de Inventário Social, 2010

FREITAS, L. C. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. *In*: CALDART, R.S. **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010

ARROYO, M. G., Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBOSA, A. I. C. A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do pro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

_____. Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental: anos iniciais, anos finais. 2 edições. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em- Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. Didáticas e práticas de ensino e a abordagem da diversidade sociocultural. *In*: XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIPE. Livro IV. Fortaleza: Eduece, p. 127 – 147. Disponível em:

_____. Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

_____. Diretrizes de Avaliação educacional: Aprendizagem, institucional e em larga escala. Brasília: SEEDF, 2014 – 2016. Disponível em:

<<http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/Diretrizes-Avaliacao-Educacional-1.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. Guia prático: organização escolar em ciclos para aprendizagens – ensino fundamental. Brasília: Subsecretaria de Atenção Básica. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2016. Disponível em:

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em:

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015. Indicador de regularidade do docente da Educação Básica. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

_____. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 040/2014, de 17 de dezembro de 2014. Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: 2014. Disponível em:

_____. Ministério da Educação. Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse). Brasília, DF, 2015. Disponível em:

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

_____. O dualismo perverso da escola pública brasileira. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 1,

_____. PDE-DF: Plano Distrital de Educação 2015-2024. Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n. 135, de 15 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

<http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/escola_complexidade_gestao/nota_tecnica_indicador_escola_complexidade_gestao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.3>>. Acesso em 18 abr. 2021. 87

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizescuriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 29 jun. 2016.

<http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_fundamental_guia_ciclos.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_artigo_kelly_aparecida_almeida_azevedo.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

<<http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/Manual-Diretrizes.pdf>> Acesso em 18 abr. 2021

<<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro4/10.%20DID%C3%81TICA%20E%20PR%C3%81TICAS%20>

<https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regulabilidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

<https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

<<https://www.qedu.org.br/escola/244549-ec-115-norte/ideb>>. Acesso em 18 abr. 2021.

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos. Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2021.

ALTHUSSER, L. P. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998.

AMARAL, H. C. **Jornal da Manhã Online**. A Internet e o hábito da leitura. Articulistas. (2012). Disponível em: <https://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,72573>. Acesso em: 21 jun. 2021.

AQUINO, J. G. SAYÃO, R. DA construção de uma escola democrática: a experiência da EMEF Amorim Lima. ECCOS – Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 15-37. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/378/368>> Acesso em 18 abr. 2021.

avaliação para as aprendizagens, avaliação institucional e avaliação em larga escala. Avaliar para aprender, aprender para avançar. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em:

AZEVEDO, Kelly A. A. Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar. Londrina: Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em:

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, Portugal: Vega, 1970.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº2 de 11 set. 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada em 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** ed. atual. Brasília, 1997.

DE%20ENSINO%20E%20A%20ABORDAGEM%20DA%20DIVERSIDADE%20SOCIOCULTURAL%20NA%20ESC

Disponível em:
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3573/1/ulsd60708_td_Rita_Goncalves.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos. Brasília: SEEDF, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal. **Portaria Nº 129 29 mai. 2021.** Institui o Programa Escola em Casa DF. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9dd5a6f3-0da7-384a-b274-77dffbe2d1dc/DODF%20087%2001-06-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal. **Portaria Nº 129 29 mai. 2021.** Institui o Programa Escola em Casa DF. Disponível em:

[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9dd5a6f3-](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9dd5a6f3-77dffbe2d1dc/DODF%20087%2001-06-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf)

0da7-384a-b274-

77dffbe2d1dc/DODF%20087%2001-06-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Educação Especial: Orientação Pedagógica**. Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem: Orientação Pedagógica**. Brasília, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens**. Brasília, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala**. Brasília, 2014 – 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 6. ed. Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Educacional: Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria Nº 172**

EC 115 NORTE. Dados da plataforma QEdu. Disponível em:

ESTABLET, R.; BAUDELLOT, C. L'Ecolecapitalisteen France. Paris: Maspero, 1971.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003. 88

FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 2003b.

GANDA, D.R.; BORUCHOVITCH, E. A autorregulação da aprendizagem: principais conceitos e modelos teóricos. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 46, 1º sem. de 2018, p. 71-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/2175-3520.20180008>>. Acesso em 27 fev. 2021.

GONÇALVES, R. De C.P. Arquitetura flexível e pedagogia ativa: um (des.)encontro nas escolas de espaços abertos. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Educação. 2011.

JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. A metacognição como estratégia reguladora da aprendizagem. *Psicologia Reflexiva Crítica*. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 177-185, 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, SP: Loyola, 1985.

OLA.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021

p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARTINHO, M. Área aberta como conflito entre pedagogia e arquitetura. *Revista Periferia*, Rio de

Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3451/2368>> Acesso em 18 abr. 2021.

MEIRELES-COELHO, Carlos; SILVA, Lurdes Figueiredo. Ensino individualizado e escolas de área aberta em Portugal. J. M. Sousa (Org.). *Atas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores*. Vol. 2. Universidade da Madeira, 26 a 28 de abril de 2007. (Porto): SPCE. Disponível em:

<<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/6767/1/2007%20Ensino%20individualizado%20e%20escolas%20de%20c3%a1rea%20aberta.pdf>>. Acesso em 18. abr. 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade

em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro: n. 34, 2008, p. 287-324. Disponível em:

<http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

MOREIRA, M.A; MASSINI, E.A.F. *Aprendizagem significa: a teoria de David Ausubel*, São Paulo: Moraes, 1982.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Plano Educacional de Brasília.

Disponível em:

<<http://www.museudaeducacao.com.br/cte-43/plano-educacional-de-brasilia/>>. Acesso em 18 abr. 2021.

PACHECO, J. *Aprender em Comunidade*. São Paulo: Edições SM, 2014. Disponível em:

<<https://cidadeseeducadoras.org.br/wp-content/uploads/2018/04/aprender-em-comunidade.pdf>> Acesso em 18 abr. 2021. 89

PEREIRA JÚNIOR, E. A. OLIVEIRA, D. A. Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da educação básica. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, v. 46, n. 160, abr. – jun. de 2016, p. 312-332. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-160-00312.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2021.

SAVIANI, D. A história das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCARDUA, M. P. Espaços de educação libertadora: a dissidente voz de uma escola suficientemente boa. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2103/2/MarthaPaivaScarduaTese2016.pdf>> Acesso em 18 abr. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, vol. 35, n. 81, p. 195 a199, jan./mar, 1961.

UNESCO. Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em:

<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368757/PDF/368757por.pdf.multi>> Acesso em 18 abr. 2021.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001

em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/07/SEI_GDF-42841873-Circular-172-2020.pdf. Acesso em: 21 jun 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Portaria N° 14 11 jan. 21**. Dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCD's [...] com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, entre outros. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.html Acesso em: 07 jun. 21. (2021a).

DISTRITO FEDERAL. Casa Civil. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Decreto N° 41.849 27 fev. 2021**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.html Acesso em: 07 jun. 21. (2021b).

DISTRITO FEDERAL. Casa Civil. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Decreto N° 41.874 19 mar. 2021**. Institui toque de recolher das 22h às 05h, em todo Distrito Federal, no período agudo da pandemia de COVID-19. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.html Acesso em: 07 jun. 21. (2021c).

LARROCA, L. M. CPB Educacional. **Desatenção** – TDAH ou fatores ambientais?

Comportamento. Disponível em:

<https://educacional.cpb.com.br/conteudos/comportamento/desatencao-tdah-ou-fatores-ambientais/> Acesso em: 21 jun. 21. 2021

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon – SENAC, 1997.